

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**OS GOVERNOS DE FERNANDO COLLOR DE MELLO (1989-1992) E
DILMA ROUSSEFF (2014-2016) ATRAVÉS DA MÍDIA NACIONAL:**
aproximação com o cotidiano escolar por meio do paradiático “Democracia
Brasileira em Crise”

Joyce Cristine Silva Lopes

SÃO LUÍS -MA

2020

JOYCE CRISTINE SILVA LOPES

**OS GOVERNOS DE FERNANDO COLLOR DE MELLO (1989-1992) E
DILMA ROUSSEFF (2014-2016) ATRAVÉS DA MÍDIA NACIONAL:
aproximação com o cotidiano escolar por meio do paradidático Democracia
Brasileira em Crise**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Maranhão com vistas à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Dr^a. Monica Piccolo Almeida Chaves

SÃO LUÍS- MA
2020

Lopes, Joyce Cristine Silva.

Os governos de Fernando Collor de Mello (1989-1992) e Dilma Rousseff (2014-2016) através da mídia nacional: aproximação do cotidiano escolar por meio do paradidático Democracia brasileira em crise / Joyce Cristine Silva Lopes. – São Luís, 2020.

193 f.;

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2020.

Orientador: Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves.

1. Ensino de História. 2 Fernando Collor. 3. Dilma Rousseff. 4. Mídia. 5. Paradidático. I. Título.

CDU 328.176:070(81)

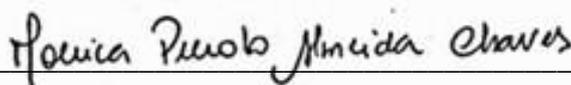
JOYCE CRISTINE SILVA LOPES

**OS GOVERNOS DE FERNANDO COLLOR DE MELLO (1989-1992) E DILMA
ROUSSEFF (2014-2016) ATRAVÉS DA MÍDIA NACIONAL: aproximação
com o cotidiano escolar por meio do paradigmático Democracia Brasileira em
Crise**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-
Graduação da Universidade Estadual do
Maranhão com vistas à obtenção do título de
Mestre.

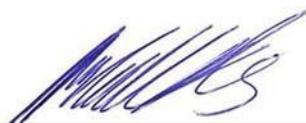
Aprovado em: 23/06/2020

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Monica Piccolo Almeida Chaves (orientadora)

PPGHIST – UEMA



Prof.º Dr. Marcelo Cheche Galves (Arguidor)

PPGHIST– UEMA



Prof.ª Dr.ª Júlia Matos (Arguidora)

PPGH - FURG

Prof.º Dr. Fábio Henrique Monteiro Silva (Suplente)

PPGHIST – UEMA

*Ao meu amor, mar de calma,
Huld Henry.*

AGRADECIMENTOS

Quando comecei minha caminhada acadêmica em 2010, nem nas minhas melhores perspectivas pensei que, tempos depois, passaria da graduação ao mestrado. Eu me via graduada, mas o mestrado era algo tão distante, quase inimaginável. Mas aqui estou finalizando um trabalho que materializa toda luta, amor e gratidão que tenho pela minha trajetória. Então vamos aos agradecimentos!

Primeiramente agradecer a Deus pela força e por ter me sustentado em todos os momentos tanto de alegria quanto de dificuldade, sou ricamente abençoada por ele!

Quero agradecer também e principalmente as bases que me sustentam, anjos que Deus colocou em minha vida para que eu sentisse a sua presença e para que a caminhada fosse mais leve. Obrigada Mãe, Katia Rosa, por todo o apoio e pôr estar sempre ao meu lado. Nossa relação de cumplicidade e respeito me faz uma pessoa melhor, sabe que é um exemplo de vida para mim. Por sua causa estou chegando ao fim dessa jornada! Quero ser para Huld tudo aquilo que você foi para mim.

Obrigada irmã, Mayendra Lopes, por me aguentar, por me apoiar sempre. Por ter sempre uma palavra de apoio e carinho para me oferecer. Te amo demais e minha vida se enche de luz por ter você. Quero agradecer também ao meu pai, Jorge Lopes, que do seu modo, me mostrou que eu precisava ser forte e independente porque a vida não seria fácil e eu tinha que está preparada. Obrigada.

Obrigada especial as minhas tias, que estiveram dispostas a ficar com Huld sempre que precisei para frequentar as aulas ou qualquer outra atividade acadêmica. Vocês são ótimas. Tia Lindalva, Dada, que é como uma segunda mãe e sempre esteve presente quando mamãe não podia estar.

Tenho que agradecer também ao meu príncipe, Huld Henry. O filho mais perfeito que alguém poderia ter. Obrigada filho por ser essa criança maravilhosa, por compreender às vezes que deixei de sair ou de brincar com você por causa da faculdade, e agora por conta do mestrado. Obrigada por não ser tão exigente com o tempo da mamãe. Sempre estive disposto a estar comigo, mesmo que algumas horinhas sem reclamar ou chorar quando precisava me ausentar. Você é minha Luz. Te amo!

Obrigada aos meus avós, José Ribeiro e Sebastiana Azevedo. Vô que sempre me incentivou, nunca me julgou e sempre arrancou de mim boas gargalhadas. Vó, que lembro pouco por que partiu desse plano enquanto era criança, mas que tenho certeza torceu por mim todo esse tempo.

Aos amigos da UEMA, com os quais compartilhei bons e maus momentos. Vocês são indispensáveis na minha vida, e sabem que entraram nela para me fazer ver que a vida continuava, apesar das dificuldades, dos julgamentos sociais e das críticas. Obrigada a minha princesa Edilene Vale, pelas horas de desabafo e descontração compartilhadas. Ao amigo Werbeth Belo, pelos conselhos e dúvidas tiradas ao longo do curso. Obrigada à amiga karlleyde Aires, que mesmo não fazendo mais o curso, sempre esteve disposta a me ouvir. Quero agradecer também a preta mais linda, Luane Carvalho, que me ensinou a me jogar na vida!

Aos amigos do grupo de pesquisa NUPEHIC, com os quais compartilhei momentos de muito conhecimento nas reuniões, muito obrigada! Também devo agradecer a amiga Raissa, que passou comigo por esse momento de estresse e de muita alegria que foi o mestrado. Obrigada pelas conversas, e por todo conhecimento compartilhado!

E não posso deixar de compartilhar esse momento de gratidão com as amigas que fiz nesse processo todo, Rafaella e Samara. Vocês foram fundamentais para fazer essa caminhada mais leve e divertida! Muito obrigada!

Também devo agradecer aos funcionários da UEMA: Luisa, a bibliotecária mais incrível e feliz, a Rey pelas dicas de normatização compartilhadas e a secretária Flavia, que sempre esteve disposta a ajudar nas questões burocráticas e administrativas, meu muito obrigada.

Ao longo do mestrado, deparei-me com professores que foram muito importantes para a minha transformação como pessoa e foram muito além da relação de professor e aluna, se tornaram amigos. Ao Professor Henrique Borralho, obrigada pelas discussões sobre a vida e a minha função enquanto educadora! Elizabeth Abrantes, meu muito obrigada, não só pelas contribuições ao trabalho, mas por me transformar em uma mulher feminista!

Sou grata também a minha orientadora, Monica Piccolo Almeida. Pessoa por quem tenho um carinho enorme, que tenho como exemplo pela história de vida e pelas lutas vencidas. Mulher de fibra. Obrigada pelas broncas, pelos conselhos, por estar sempre disposta a ajudar, por todo conhecimento compartilhado comigo, professora e amiga, você me fez um ser humano melhor. Obrigada pela proximidade, sua companhia nessa caminhada me engrandeceu muito.

Obrigada também aos amigos de trabalho, por se disponibilizarem a me ajudar sempre que precisei. A minha supervisora e amiga, Samara, pelas vezes que me pegou escrevendo e lendo a dissertação no horário de trabalho, pelas conversas e pela compreensão. Obrigada!

Mas o meu obrigada especial é para a amiga e irmã Nájela, que é a artista que alegra a minha vida e que se disponibilizou a fazer longas e cansativas leituras sobre Fernando Collor e Dilma Rousseff. Um presente que ganhei da vida e com quem divido a loucura e o amor de discutir política.

A todos que de maneira direta ou indireta contribuíram para que esse trabalho se concretizasse meu muito obrigado, vocês fazem parte dessa caminhada. Eu consegui, sou grata a todos pela força e carinho.

RESUMO

O presente trabalho é um estudo sobre o processo de *impeachment* de Fernando Collor de Mello (1992) e Dilma Rousseff (2016), identificando as semelhanças e diferenças entre os dois períodos históricos. Mais precisamente, analisa as principais características desses dois momentos, de destituição de um Presidente da República, através do jornalismo nacional e maranhense. Para tanto, serão analisadas obras que tratam sobre o tema com o intuito de entender a conjuntura política durante o governo do “Caçador de Marajás”, como ficou conhecido Fernando Collor durante a sua gestão, e da presidente Dilma Rousseff. A temática se justifica pela importância de se discutir os processos de *impeachment* na Nova República e pela necessidade de entendimento dos limites da democracia brasileira construída após o Regime Empresarial Militar. A partir da análise das reportagens e das fotografias veiculadas durante os referidos períodos, o estudo mapeou a crise da hegemonia, sob a perspectiva gramsciana, dos dois governos apontando as causas para o *impeachment* sofrido por Collor em 1992 e o Golpe enfrentado por Dilma Rousseff em 2016. Além desta dissertação, também foi elaborado um produto educacional (livro paradidático) voltado aos alunos da educação básica, que pretende levar para a sala de aula esta temática de modo mais simples e didático, usando jornais e fotografias divulgados nacionalmente durante os anos de 1990-1992 e 2014-2016 como fonte principal

Palavras-chave: Ensino de História. Fernando Collor; Dilma Rousseff; Mídia; Paradidático.

ABSTRACT

The present work is a study on the process of impeachment by Fernando Collor de Mello (1992) and Dilma Rousseff (2016), identifying the similarities and differences between the two historical periods. More precisely, it analyzes the main characteristics of these two moments, of the dismissal of a President of the Republic, through national and Maranhão journalism. For this purpose, works that deal with the topic will be analyzed in order to understand the political situation during the government of the “Caçador de Marajás”, as Fernando Collor became known during his term, and of President Dilma Rousseff. The theme is justified by the importance of discussing the impeachment processes in the New Republic and by the need to understand the limits of Brazilian democracy built after the Military Business Regime. Based on the analysis of the reports and photographs published during these periods, the study mapped the crisis of hegemony, under the Gramscian perspective, of the two governments pointing out the causes for the impeachment suffered by Collor in 1992 and the coup faced by Dilma Rousseff in 2016. In addition to this dissertation, an educational product (paradidactic book) was also created, aimed at basic education students, which intends to bring this theme to the classroom in a simpler and more didactic way, using newspapers and photographs disseminated nationally during the years of 1990-1992 and 2014-2016 as the main source.

Keywords: History Teaching. Fernando Collor; Dilma Rousseff; Media; Paradidactic.

LISTA DE SIGLAS

AL - Alagoas

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BA – Bahia

BNCC- Base Nacional Comum Curricular

BRT – Transporte Rápido por Ônibus (Bus Rapid Transit)

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNLD – Comissão Nacional do Livro Didático

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNV – Comissão Nacional da Verdade

CONAE – Conferência Nacional de Educação

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CUT – Central Única dos Trabalhadores

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

ES – Espírito Santo

EUA – Estados Unidos da América

FAF – Fundo de Aplicação Financeira

FFLCH - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FSP – Folha de São Paulo

GO – Goiânia

HGPE – Horário Gratuito Político Eleitoral

IEMA – Instituto Estadual de Educação, Ciências e Tecnologia do Maranhão

IFPR – Instituto Federal do Paraná

IFRN – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INL – Instituto Nacional de Livros Didáticos

IOF – Imposto sobre Operações Financeiras

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LDB – Lei de Diretrizes de Bases

MA – Maranhão

MBL – Movimento Brasil Livre

MEB – Movimento Endireita Brasil
MEC – Ministério da Educação
MPL – Movimento Passe Livre
MRCH – Matriz de Referência de Ciências Humanas
MRO – Movimento Revoltados Online
NME – Nova Matriz Econômica
NUPEHIC – Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC – Programa Nacional de Aceleração do Crescimento
PB – Paraíba
PE – Pernambuco
PFL – Partido da Frente Liberal
PC – Paulo Cesar
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais
PCNEM – Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
PDS – Partido Social Democrático
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PIB – Produto Interno Bruto
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE – Plano Nacional da Educação
PNLD – Programa Nacional do Livro e do Material Didático
PRN – Partido da Reconstrução Nacional
PROFHISTORIA - Programa de Pós-Graduação em Ensino de História
PRONATEC – O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSL – Partido Social Liberal
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC – Pontifícia Universidade Católica
RJ – Rio de Janeiro
RN – Rio Grande do Norte
RS – Rio Grande do Sul

SP – São Paulo

TR – Taxa de referência de Juros

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UCS – Universidade de Caxias do Sul

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UFMS – Universidade Federal de Santa Maria

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UPF – Universidade de Passo Fundo

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE IMAGENS

| | | |
|------------|--|-------|
| Imagem 1: | Capa da revista <i>Veja</i> em 1988 | p. 36 |
| Imagem 2: | Fernando Collor em Programa eleitoral em 1989 | p. 37 |
| Imagem 3: | Collor em campanha eleitoral em 1989 | p. 41 |
| Imagem 4: | Collor e Lula em debate eleitoral em 1989 | p. 43 |
| Imagem 5: | Reportagem do jornal <i>O Globo</i> sobre pesquisa eleitoral 1989 | p. 45 |
| Imagem 6: | Matéria do jornal <i>Folha de São Paulo</i> sobre a campanha em 2014 | p. 50 |
| Imagem 7: | Programa eleitoral de Dilma Rousseff em 2014 | p. 51 |
| Imagem 8: | Dilma Rousseff em campanha Eleitoral em 2014 | p. 52 |
| Imagem 9: | Registro do debate de segundo turno na Rede Globo em 2014 | p. 57 |
| Imagem 10: | Capa da Revista <i>Veja</i> sobre o Petrolão | p. 59 |
| Imagem 11: | Reportagem do jornal <i>Folha de São Paulo</i> sobre o discurso de posse | p. 67 |
| Imagem 12: | Editorial do Jornal <i>Folha de São Paulo</i> sobre discurso | p. 67 |
| Imagem 13: | Apresentação do Plano econômico de Collor | p. 68 |
| Imagem 14: | Repercussão do plano econômico através do jornal <i>O Globo</i> | p. 70 |
| Imagem 15: | Repercussão do plano econômico através do jornal <i>O Estado do Maranhão</i> | p. 71 |
| Imagem 16: | Reportagem sobre a contratação sem licitação de empresas de publicidade | p. 75 |
| Imagem 17: | Repercussão do novo ministério através do jornal <i>O Estado do Maranhão</i> | p. 78 |
| Imagem 18: | Repercussão do novo ministério através do jornal <i>O Imparcial</i> | p. 79 |
| Imagem 19: | Capa da Revista <i>Veja</i> sobre as denúncias de Pedro Collor | p. 80 |
| Imagem 20: | Os “Caras Pintadas” | p. 81 |
| Imagem 21: | Manifestações de <i>Impeachment</i> no Rio de Janeiro | p. 82 |
| Imagem 22: | Manifestações pró <i>impeachment</i> em São Luís do Maranhão | p. 82 |
| Imagem 23: | Manifestações pró <i>impeachment</i> em São Luís | p. 83 |
| Imagem 24: | Repercussão da candidatura de Dilma Rousseff em <i>O Globo</i> online | p. 86 |

| | | |
|------------|---|--------|
| Imagem 25: | Denúncias do jornal <i>Folha de São Paulo</i> contra Palocci | p. 90 |
| Imagem 26: | Crise de articulação | p. 91 |
| Imagem 27: | Protesto do movimento “Vem pra rua” no Rio de Janeiro | p. 93 |
| Imagem 28: | Protestos no Rio de Janeiro | p. 94 |
| Imagem 29: | Manifestações em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília | p. 96 |
| Imagem 30: | Panelaço contra Dilma Rousseff | p. 97 |
| Imagem 31: | Editorial contra o <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff | p. 99 |
| Imagem 32: | Manifestações em Belo Horizonte | p. 100 |
| Imagem 33: | Pesquisa do Datafolha sobre o <i>impeachment</i> | p. 101 |
| Imagem 34: | Aceitação do pedido de <i>impeachment</i> pela câmara dos deputados | p. 102 |
| Imagem 35: | Manifestação pró <i>impeachment</i> em São Luís | p. 103 |
| Imagem 36: | Movimento a favor do <i>impeachment</i> em São Luís | p. 104 |
| Imagem 37: | Depoimento de Lula na Lava Jato | p. 105 |
| Imagem 38: | Protesto contra o <i>Impeachment</i> 2016 | p. 106 |
| Imagem 39: | Protesto pró <i>impeachment</i> 2016 | p. 106 |
| Imagem 40: | Livro didático “ História Global ” | p. 133 |
| Imagem 41: | Livro didático “ História das cavernas ao terceiro milênio ” | p. 140 |
| Imagem 42: | Fernando Collor pilotando um caça da força aérea | p. 143 |
| Imagem 43: | Movimento “Caras pintadas” | p. 144 |
| Imagem 44: | Posse de Dilma Rousseff no segundo mandato | p. 145 |
| Imagem 45: | Livro didático “ Contato História ” | p. 147 |
| Imagem 46: | Abertura do capítulo de Brasil Contemporâneo | p. 149 |
| Imagem 47: | Movimento Fora Collor | p. 152 |
| Imagem 48: | Movimento a Favor e Contra <i>Impeachment</i> de Dilma Rousseff | p. 154 |
| Imagem 49: | Livro didático “ História Sociedade e Cidadania ” | p. 155 |
| Imagem 50: | Charge de abertura da unidade Brasil Contemporâneo | p. 156 |
| Imagem 51: | Fernando Collor em campanha eleitoral | p. 157 |
| Imagem 52: | Manifestação em Junho de 2013 | p. 160 |
| Imagem 53: | Livro didático “ Cenas da História ” | p. 162 |
| Imagem 54: | Movimento “Caras Pintadas” | p. 164 |
| Imagem 55: | Jornada de junho 2013 | p. 165 |
| Imagem 56: | Capa e contracapa do produto “Democracia brasileira em crise” | p. 182 |

| | | |
|------------|--------------------------------------|--------|
| Imagem 57: | Apresentação e introdução do produto | p. 182 |
| Imagem 58: | Abertura dos capítulos | p. 183 |
| Imagem 59: | Boxes “Saiba mais” e “Pensando” | p. 184 |
| Imagem 60: | <i>Box</i> “Leia mais...” | p. 184 |
| Imagem 61: | <i>Box</i> “Agora é sua vez” | p. 185 |

LISTA DE QUADROS

| | | |
|-----------|--|--------------|
| Quadro 1: | Medidas do Projeto de Reconstrução Nacional | p. 73 |
| Quadro 2: | Análise dos livros didáticos e o governo Collor | p. 132 – 133 |
| Quadro 3: | Livros didáticos e a historiografia sobre os governos Collor | p.169 – 171 |
| Quadro 4: | Análise dos livros didáticos e o governo Dilma Rousseff | p. 172 – 174 |
| Quadro 5: | Livros didáticos e a historiografia sobre o governo Dilma Rousseff | p. 175 – 176 |

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Dados do PNLD 2018

p. 128

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 21 |
| CAPÍTULO 1 - CAMPANHA ELEITORAL DE 1989 E 2014: O embate de projetos através dos meios de comunicação | 31 |
| 1.1 Campanha Eleitoral 1989: análise do programa de governo do “Caçador de Marajás” | 35 |
| 1.2 Campanha Eleitoral de 2014 das telinhas para as redes sociais: reeleição de Dilma Rousseff | 47 |
| CAPÍTULO 2 - OS GOVERNOS FERNANDO COLLOR E DILMA ROUSSEFF ATRAVÉS DA MÍDIA BRASILEIRA | 62 |
| 2.1 Fernando Collor e o Neoliberalismo: principais medidas do governo | 63 |
| 2.2 Dilma Rousseff e fim do pacto Social de 2015 a 2016 | 85 |
| CAPÍTULO 3 - FERNANDO COLLOR E DILMA ROUSSEFF NOS LIVROS DIDÁTICOS | 107 |
| 3.1 O Ensino no Brasil e a Influência sob o Projeto de Sociedade | 108 |
| 3.2 Livros Didáticos e o Ensino de História: Revisão crítica dos governos Fernando Collor e Dilma Rousseff | 123 |
| 3.2.1 Livro 1: História Global - Editora Saraiva | 132 |
| 3.2.2 Livro 2: História das Cavernas ao Terceiro Milênio- Editora Moderna | 139 |
| 3.2.3 Livro 3: Contato Histórias – Quinteto Editora | 145 |
| 3.2.4 Livro 4: História Sociedade & Cidadania- Editora FTD | 153 |
| 3.2.5 Livro 5: Cenas da história- Palavras Projetos Gráficos LTDA | 160 |
| 3.2.6 Apresentação do paradidático “DEMOCRACIA BRASILEIRA EM CRISE: os <i>impeachment</i> de Fernando Collor e Dilma Rousseff “ | 175 |
| CONCLUSÃO | 184 |
| REFERÊNCIAS | 187 |

INTRODUÇÃO

A pesquisa com o título: **“Os governos de Fernando Collor de Mello (1989-1992) e Dilma Rousseff (2014-2016) através da Mídia Nacional: aproximação com o cotidiano escolar por meio do paradidático “Democracia Brasileira em Crise”** construiu uma análise sobre os dois processos de destituição ocorridos na Nova República brasileira: o *impeachment* de Fernando Collor, em 1992 e o golpe parlamentar¹ de Dilma Rousseff, em 2016 tomando como fonte principal de pesquisa dos jornais de circulação nacional, *Folha de São Paulo*, *O Globo* e os seus sítios na internet, a revista *Veja* e os jornais maranhenses *O Imparcial* e o *Estado do Maranhão*. E a partir da análise dessas fontes, deu-se a elaboração de um material didático intitulado **“Democracia Brasileira em crise: os casos Fernando Collor (1989-1992) e Dilma Rousseff (2014-2016)”**.

Os meios de comunicação utilizados nesse estudo foram selecionados a partir do contato com o acervo do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC)² e o mapeamento de reportagens sobre o governo Fernando Collor. A partir desse mapeamento, foram selecionados os jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo* por apresentarem uma gama de reportagens e de posicionamento claro em relação ao novo projeto político que acreditavam ser essencial para o Brasil pós ditadura.

O jornal *Folha de São Paulo*³ foi fundado em 1921 pelos jornalistas Olival Costa e Pedro Cunha, dirigido por Otavio Farias Filho até 2018 e atualmente por Sérgio Dávila, com um intuito de ser “um jornal a serviço do Brasil”. Em seu projeto editorial apresenta-se como “um jornal contrário a recente onda internacional de populismo nacionalista ultraconservadora”. O jornal mantém uma postura liberal diante da economia, da política e dos costumes, jornalismo crítico, apartidário e pluralista (*Folha de São Paulo*, 2014).

Embora durante o governo Collor o jornal *Folha de São Paulo*, se apresentasse como o principal veículo de comunicação contrário ao presidente, entretanto, não era contrário ao projeto neoliberal representado por Fernando Collor. No que tange à relação

¹ A opção pela designação de “Golpe parlamentar” deu-se em virtude de discussão historiográfica adotada por Michael Lowy (2016), que em análise sobre o contexto político brasileiro durante o governo Dilma Rousseff, identifica o processo aberto na Câmara dos Deputados como um golpe de Estado “pseudolegal”, “constitucional”, “institucional”, o autor aponta os mecanismos utilizados pela elite política para afastamento de Dilma Rousseff do cargo de presidente do Brasil. A mesma concepção é defendida por Marilena Chauí (2016), Kim Doria (2016) e Jinkings (2016).

² Os jornais *Folha de São Paulo*, *O Globo*, *O Imparcial* e *O Estado do Maranhão* - utilizados para análise da campanha e governo de Fernando Collor de Mello - fazem parte do acervo do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), coordenado pela Prof.^a Dr.^a Monica Piccolo, disponíveis no site: www.nupehic.net.br. As edições utilizadas para as análises do governo Dilma Rousseff foram coletadas do acervo próprio de cada veículo de comunicação disponibilizados na internet.

³ Disponível em: www.folha.uol.com.br

com o governo Dilma Rousseff, o jornal *Folha de São Paulo* apontou críticas contra a presidente e ao projeto político social democrata, mas posicionou-se contrário ao golpe parlamentar travestido de *impeachment*.

O jornal *O Globo*⁴ foi criado em 1925 por Irineu Marinho e faz parte do grupo Globo dirigido por Roberto Marinho por quase oito décadas. Em seu projeto editorial, o jornal apresenta-se como “independente, apartidário, laico” com principal objetivo de praticar um “jornalismo de isenção, relacionado a correção e a agilidade”. Defende ainda a democracia, liberdades individuais, livres iniciativas, direitos humanos, a República e o avanço da ciência”. O grupo enfatiza que defende esses ideais contra qualquer tentativa de controle estatal e paraestatal (*O Globo*, 22/ 04/2019, p. 2).

Em 1989, o jornal *O Globo* foi um veículo fundamental na vitória do “Caçador de Marajás”, como ficou conhecido Fernando Collor, e foi um dos últimos a veicular os escândalos políticos envolvendo diretamente a sua imagem. Assim como em 1989, que se posicionou contrário ao projeto social democrata defendido por Lula, o jornal continuou contrário ao governo Dilma Rousseff a quem atribuíra críticas ferrenhas.

As revistas são também importantes veículos de análise para os dois períodos em virtude das reportagens, de grande impacto social, e das imagens produzidas. Por conta disso, a revista *Veja*⁵, de distribuição semanal, criada em 1968 pelo jornalista Roberto Cívica, é objeto de análise por conta das capas veiculadas em 1989 durante a campanha de Collor, que contribuíram decisivamente para construir e difundir a ideia de um líder incansável no combate à corrupção e ao marajáismo. O mesmo pode ser afirmado em relação às edições publicadas durante a campanha à reeleição de Dilma Rousseff e as investigações da Operação Lava Jato, associando a presidente aos escândalos de corrupção, contribuindo para o fortalecimento de sua destituição

Deslocando o foco da análise para o contexto maranhense e no intuito de analisar como os dois governos são tratados na imprensa local, foram escolhidos os jornais *O Imparcial*⁶ e o *Estado do Maranhão*⁷, também em virtude do acesso às reportagens no acervo do NUPEHIC em relação ao governo Collor e a disponibilidade de acesso gratuito na internet para a seleção das reportagens sobre o período do governo Dilma Rousseff.

⁴ Disponível em: www.oglobo.globo.com

⁵ Disponível em: www.veja.abril.com.br

⁶ Disponível em: www.oimparcial.com.br

⁷ Disponível em: www.imirante.com/oestadoma

O jornal *O Imparcial* foi criado em 1926 pelos irmãos João Pires Ferreira e José Pires Ferreira e em 1950 passou a fazer parte do grupo Diários Associados fundado por Assis Chateaubriand. O jornal foi criado como uma opção ao “diálogo político entre os folhetins de então, pertencentes a governistas e opositoristas no estado do Maranhão”. Apresenta-se como um impresso que se preocupa como o jornalismo apartidário capaz de dar à informação e o equilíbrio necessário para a imprensa no Maranhão (*O Imparcial*, 03/08/1950).

As reportagens sobre os dois governos reproduziam as publicações dos impressos de circulação nacional, apresentavam críticas ao governo Collor durante a crise e retratavam as consequências da crise governamental para o estado. Durante as manifestações pró *impeachment*, em 1992, noticiaram as imagens dos estudantes universitários e secundaristas nas ruas da capital maranhense.

As reportagens sobre o Governo Dilma apresentam o cenário da crise governamental. O jornal também deu destaque aos movimentos pró e contra *impeachment* de Dilma Rousseff na capital.

O jornal *O Estado do Maranhão* pertence ao Grupo Mirante, conglomerado de comunicação da família Sarney. Em 1973, José Sarney e Bandeira Tribuzzi compram o jornal *O Dia* e mudaram o nome em homenagem ao estado do Maranhão. Em seu projeto editorial o jornal apresenta-se também como independente, apartidário e diz ter como principal objetivo “oferecer aos leitores a verdade sobre os fatos”. Entretanto, o jornal foi por vezes tendencioso por não dar destaque, por exemplo, e como não poderia deixar de ser, aos escândalos políticos relacionados à família Sarney e seus aliados.

Durante a crise política do governo Collor, o jornal publicou com destaque as recorrentes manifestações nacionais e na capital do estado, São Luís, contra Fernando Collor. Com relação ao governo Dilma Rousseff, o jornal apresenta um posicionamento de crítica às medidas econômicas e contrário ao processo de *impeachment*.

Por meio das reportagens publicadas nesses veículos de comunicação, são apresentados os dois governos, suas principais medidas e o contexto da crise política que culminou no *impeachment* de Collor e no golpe parlamentar de Dilma Rousseff.

Partindo do ponto de vista de Motta (2012), em que todo passado precisa ser reconhecido em sua complexidade e submetido à razão, o estudo busca, através da mídia, traçar a narrativa da conjuntura política nacional em 1992 e 2016, entender o papel das manifestações populares nos processos políticos democráticos e o embate de classes constante na sociedade brasileira contemporânea.

A História, como ciência humana, garante a possibilidade de interrogação sobre o que é pensável e sobre as condições de compreensão dos fatos históricos (CERTEAU, 1982). Partindo deste pressuposto, considera-se que pensar as condições de compreensão sobre os métodos de impedimentos sofridos por Fernando Collor, em 1992, e Dilma Rousseff, em 2016, possibilita traçar as semelhanças e diferenças entre os dois processos, além de suas implicações para a democracia brasileira, frágil e instável.

Nesse sentido, é impossível pensar os dois momentos históricos sem levar em consideração a função da mídia nacional e as disputas de poder que implicaram, em 1992, na deposição de um presidente por crime de responsabilidade e comprovação de prática de corrupção, e, em 2016, por suspeita de crime de responsabilidade, comprovado apenas por diálogos jurídicos que travestem o golpe e instalam uma agenda de governo não aprovado pelas urnas.

No entendimento das questões aqui levantadas, dois temas assumem destaque: o papel da mídia e as disputas políticas em torno do controle do Estado. No que diz respeito ao primeiro tema, parte-se das análises de Selva Guimarães Fonseca (2011) que entende a mídia como um grupo de meios de comunicação que envolvem mensagem e recepção, de diversas formas, cuja manipulação dos elementos simbólicos é sua característica central e que concebe uma forma de poder que, nas sociedades “de massa”, possui papéis extremamente significativos (FONSECA, 2011).

Esses papéis são relacionados principalmente à contribuição de formação das agendas públicas e governamentais; à intermediação das relações sociais entre grupos distintos que disputam o controle do Estado, embora as grandes empresas de comunicação objetivem o lucro e ajam segundo a lógica e os interesses privados dos grupos que representam (CAPELATO, 1988); à influência sobre a opinião de inúmeras pessoas sobre temas específicos. Nesse sentido, a mídia, como nos afirma Maria Helena Capelato, emerge como componente importante da construção do cenário político nacional.

Na análise do segundo tema, as reflexões de Antônio Gramsci conduziram a interpretação aqui apresentada. Assim, para Gramsci (2012), a política se estabelece a partir da disputa de projetos e pela busca da hegemonia. A concepção ampliada de Estado, do pensador italiano, que propõe a junção de sociedade política e sociedade civil nas chamadas "sociedades ocidentais", ocorre de modo equilibrado entre a sociedade política e a sociedade civil, e a luta de classes tem como terreno decisivo os Aparelhos Privados de Hegemonia (GRAMSCI, 2012).

Na medida em que visam a obtenção do poder político-ideológico através do consenso, as mídias nacionais configuram-se como Aparelhos Privados de Hegemonia e durante as campanhas eleitorais de 1989 e 2014, atuando decisivamente na nacionalização de projetos políticos que defendiam e representavam os interesses de frações da classe dominante que viam, nos dois processos de retirada do poder dos presidentes democraticamente eleitos, atalhos para chegada ao poder. Partindo deste pressuposto, arrisca-se afirmar aqui que, na esfera de disputa política, durante as campanhas eleitorais de 1989 e 2014, estavam em busca pela hegemonia e pelo controle do Estado Restrito os projetos políticos neoliberais representados por Fernando Collor, em 1989, e Aécio Neves, em 2014, e o projeto social democrata defendido por Lula, em 1989, e Dilma Rousseff, em 2014. Desse modo, a busca pelo poder político e ideológico ocorre através da conquista da hegemonia e do embate entre projetos que pretendam tornar-se hegemônicos, ou seja, a sociedade é movida pelo embate de projetos, em cujo epicentro encontra-se a atuação da mídia

Nesse contexto, os Aparelhos Privados de Hegemonia são “organismos sociais privados, o que significa que a adesão aos mesmos é voluntária e não coercitiva, tornando-os assim relativamente autônomos em face do Estado em sentido restrito” (GRAMSCI, 2012, p. 42). Apesar desse seu caráter voluntário ou contratual, eles têm uma indiscutível dimensão pública, na medida em que são parte integrante das relações de poder na sociedade em virtude da função de criação de consenso em torno de projetos que consideram representativos de suas frações de classe.

Segundo Anderson (2008), os jornais, por exemplo, são o que o autor chama de “formas de criação imaginária” que representam o meio técnico para a “re-presentar” o tipo de comunidade imaginada correspondente à nação. Ou seja, é necessária a percepção de que um projeto de nação e a gestação desse projeto dar-se-á através da mídia.

Nesse contexto, a mídia é um produto cultural e, sobretudo, tem caráter nacional. A leitura das notícias é apresentada por Benedict Anderson como uma “cerimônia de massa” (ANDERSON, 2008, p. 68) praticada por milhares simultaneamente. Então, em um contexto de nacionalização de um projeto político específico ou de crise governamental, essa cerimônia é importante para a divulgação de medidas de contenção da crise ou de mudança de projeto político.

Além disso, pensar a imprensa televisiva ou impressa significa pensar as variáveis que envolvem a seleção e veiculação das notícias. A arbitrariedade na inclusão e justaposição

das matérias, por exemplo, durante as campanhas eleitorais ou crise de hegemonia, indicam não apenas a necessidade de manter a população informada, mas também o posicionamento da imprensa em relação aos projetos políticos com maior ou menor destaque dado as matérias, assim como ocorreu, por exemplo, durante a campanha de 1989 com o jornal *O Globo* na defesa do projeto político defendido por Collor e na demora em destacar os escândalos de corrupção do governo. Ou, ainda, na veiculação diária dos escândalos de corrupção envolvendo o Partido dos Trabalhadores de Dilma Rousseff, estabelecendo relação direta com a imagem da presidente.

Segundo Darnton e Roche (1996), durante muito tempo os historiadores trataram em geral a palavra impressa como um registro do que aconteceu e não como um ingrediente dos acontecimentos, entretanto, a mudança dessa percepção enriqueceu as análises dos fatos históricos, uma vez que a imprensa tem força ativa na história e configurou-se ao longo do tempo como ferramenta fundamental para a construção de uma nova cultura política. Além disso, essa perspectiva teórico-metodológica que fomentou estudos acadêmicos e a inserção da mídia também nas salas de aulas garantiu, tanto aos professores quanto aos alunos, a habilidade de lidar criticamente com os materiais analisados.

Nessa mesma prerrogativa, Cruz e Rosário (2007) apontam que além de força ativa na história, a imprensa e a mídia são reflexo da historicidade com linguagem constitutiva do social, com peculiaridades próprias. É preciso pensar a mídia como força ativa do capitalismo e não apenas como depósito de acontecimentos sem manter relação com os fatos que notícia. Desse modo, nas análises que se constroem a partir da utilização da mídia como fonte é preciso desvendar as relações entre a mídia e a sociedade e os movimentos de construção e instituição social que esta relação propõe.

Ao analisar os governos Collor e Dilma Rousseff através dos meios de comunicação é possível perceber como a luta pelo poder deu-se também por meio da luta pela opinião pública. A construção das campanhas, o contexto político e econômico dos dois períodos, os embates de projetos durante as campanhas e durante os governos, são objetos desse estudo e fomentam questões como: qual o posicionamento da mídia em relação a cada projeto? Qual a função da mídia durante as campanhas eleitorais, governo e crise que levou ao *impeachment*? E, sobretudo, como esse material pode e deve ser utilizado pelos historiadores e professores de história em sala de aula?

Nesse sentido, a mídia aqui não é posta como uma fonte de verdades sobre os períodos analisados, mas é vista como uma importante ferramenta de discussão da realidade

contemporânea e da criação de consenso sobre projetos em disputa. Através da mídia, pode-se discutir o social, o político e o econômico dentro de um período pré-determinado para estudo e os agentes participantes dos processos sociais, ainda é possível a percepção do papel dos meios de comunicação na construção do imaginário e memórias históricas (KRENISKI, 2011; BALLMANN; AGUIAR, 2016).

Assim, a análise não se detém em apontar que os meios de comunicação utilizados apresentavam determinada opinião sobre os governos Collor e Rouseff, mas destacar que a atuação desses meios de comunicação delimitou espaços, demarcou temas e construiu adesões e consensos a cada projeto político (CRUZ; ROSÁRIO, 2007).

Assim sendo, no estudo em tela, serão analisadas as matérias impressas sobre os dois referidos governos, com ênfase naqueles publicadas na primeira página e nos editoriais, aqui considerados como melhores representantes do posicionamento dos jornais, além dos programas de governos disponibilizados nos canais eletrônicos e as fotografias também coletadas em sites dos jornais e dos próprios presidentes.

Em virtude da transformação da própria concepção de fonte histórica e a ampliação dos recursos e possibilidades de ferramentas que o historiador pode utilizar, aumentaram também as metodologias relacionadas ao trato com a fonte utilizada. Nesse sentido, é preciso se atentar para a forma como serão analisadas as informações veiculadas por intermédio dos meios de comunicação. É necessária uma atenção especial para a percepção da “atmosfera do tempo em que a notícia foi escrita” (KRENISKI, 2011; BALLMANN; AGUIAR, 2016), que só pode ser aplicada por um historiador que queira entender as circunstâncias históricas em que o jornal está inserido e as intenções sociais que esse impresso quer provocar.

Além disso, a observação e análise de fotografias jornalísticas disponibilizadas nos acervos eletrônicos dos meios de comunicação, também utilizadas como fonte, necessitam de atenção no que tange às discussões relacionadas ao uso da iconografia, já que deixou de ser mero instrumento ilustrativo da pesquisa para assumir o status de documento fundamental na produção de conhecimento e grupos sociais. É uma janela aberta para o passado que fornece dados que os documentos textuais não registram. Entretanto, a compreensão da imagem abriu caminho para inúmeras análises associadas à construção da fotografia, a forma como são usadas, com que finalidade e o que pretendem mostrar (SÔNEGO, 2010).

Segundo Boris Kossoy (2001) “é preciso que o pesquisador faça a desconstrução do aparente, desvendando aquilo que está oculto” (KOSSOY, 2001, p. 25), além de identificar os assuntos e temas que foram focados naquele determinado momento histórico, os

profissionais e agências que produzem as imagens e as tecnologias empregadas em sua produção, bem como, “o contexto em que foram realizadas e a utilização de linguagem verbal para preenchimento das brechas e silêncios deixados pela imagem uma vez que a fotografia é um documento criado e construído” (KOSSOY, 2001, p. 45).

Segundo Karina Campagnoli (2014), a fotografia exerce o papel de perpetuar a memória, de resgatar a lembrança muito bem, pois é uma imagem, e no processo de rememoração, da memória principalmente dita, nos valemos das imagens das coisas na imagem registradas para criar a memória. Nessa prerrogativa, a imagem fotográfica, entregue à interpretação de um observador, já passou pelo olhar do fotógrafo, que a enquadrou, a expôs e a revelou em produtos químicos. Após este processo, vários caminhos já foram percorridos pela fotografia, mas o conteúdo registrado se mantém, como se o tempo tivesse parado no momento do aperto do botão da câmera fotográfica. Assim, ali se fixou para sempre um momento da história que através da fotografia poderá fazer parte da memória de quem vive a observá-la (CAMPAGNOLI, 2014).

Ainda na esteira do debate metodológico, o estudo da história do tempo presente no Brasil é ainda objeto de intensos debates e controvérsias, como o caso do golpe parlamentar sofrido por Dilma Rousseff, com consequências para a sociedade brasileira ainda não conhecidas, embora tenha emergido desse processo um extremismo de direita que assola a sociedade brasileira atualmente. Segundo Eric Hobsbawm (1995), as coisas se modificam e isso é uma das problemáticas relacionadas as análises inseridas na história do tempo presente.

Realizar uma pesquisa sobre o *impeachment* de Fernando Collor e Dilma Rousseff sempre levanta significativas discussões e problemáticas, e por conta disso é necessário um primoroso cuidado com as fontes utilizadas para analisar esses processos históricos, entretanto, é exatamente essa vivacidade das fontes (ALBUQUERQUE, 2009) que torna todo o processo apaixonante.

Segundo François Dosse (2012), as análises sobre fatos históricos inseridos na perspectiva do tempo presente apresentam-se como o “meio termo entre passado e presente ou o trabalho do passado no presente” (DOSSE, 2012, p. 17). Desse modo, o tempo presente não é um simples período adicional separado da história contemporânea e sim uma nova concepção da operação historiográfica.

A escrita da história do tempo presente, nesse contexto, não é um processo passivo, mas é resultado do embate entre o desejo de perceber o que aconteceu, como aconteceu, e os questionamentos que surgem a partir do presente do historiador (DOSSE, 2012). Além disso,

a história do tempo presente é também uma história de vigilância, uma vez que as testemunhas dos fatos históricos em análises podem contestar os registros e isso torna o processo ainda mais interessante.

Assim, esse trabalho situa-se a partir dos questionamentos do presente dessa historiadora e pretende a partir da mídia brasileira, analisar os dois processos de afastamento dos presidentes na Nova República Brasileira: Fernando Collor (1992) e Dilma Rousseff (2016).

Desse modo, a presente pesquisa está organizada em três capítulos: o primeiro, com o título **“CAMPANHA ELEITORAL DE 1989 E 2014: embate de projetos através dos meios de comunicação”** discute os pleitos eleitorais de 1989 e 2014 por meio da análise dos métodos utilizados por Collor e Dilma para a nacionalização de seus projetos políticos. Serão analisados os programas eleitorais dos dois candidatos e os debates presidenciais para o entendimento da conjuntura política e a disputa de projeto nos anos de 1989, entre Collor e Lula, e 2014, entre Dilma e Aécio Neves.

O segundo capítulo **“OS GOVERNOS COLLOR E DILMA ROUSSEFF ATRAVÉS DA MÍDIA BRASILEIRA”**, abordará os governos Collor e Dilma, da posse até o *impeachment*, com destaque para os projetos de governos que chegam ao poder em 1990 e 2015. Serão apresentadas as principais medidas e a conjuntura política dos dois períodos através da mídia de circulação nacional e maranhense.

Com subtópicos específicos para cada governo analisado, o segundo capítulo foi construído a partir das reportagens e fotografias veiculadas durante todo o governo de Collor (1990-1992) e Dilma Rousseff (2015-2016). No que tange ao governo do “caçador de Marajás”, serão analisadas as medidas neoliberais, a relação estabelecida com a imprensa nacional e a crise de hegemonia desencadeada pelos vários escândalos de corrupção associados à equipe presidencial e posteriormente ao próprio presidente.

Com relação ao governo Dilma Rousseff, a discussão será sobre a herança do lulismo e as cobranças que a presidente sofreu da mídia para dar continuidade ao pacto de classe estabelecido durante os governos Lula. Em seguida, a análise das principais medidas do governo Dilma em direção ao rompimento desse pacto e a crise política que se instaurara em função disso.

No terceiro capítulo, **“FERNANDO COLLOR E DILMA ROUSSEFF NOS LIVROS DIDÁTICOS”**, foi destinado um espaço à discussão em torno do ensino de história e da forma como os dois referidos governos são retratados nos livros didáticos nacionais. No

primeiro momento, será feita a discussão sobre o ensino de história através dos principais documentos que norteiam a temática e, posteriormente, a análise de livros didáticos com o intuito de perceber como os governos Collor e Dilma Rousseff são retratados.

Os livros foram escolhidos a partir da análise das publicações no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), cujo dados estão relacionados à quantidade de livros impressos e o valor total repassado às editoras pelas publicações. Foram analisados 5 livros das 13 coleções aprovadas pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2018, todos do terceiro ano do ensino médio que tratam sobre o Brasil contemporâneo e os governos de Fernando Collor e Dilma Rousseff.

Sendo assim, os livros analisados foram das coleções: “**História Global**” (editora Saraiva), “**História da Caverna ao Terceiro Milênio**” (Editora Moderna), “**Contando História**” (Quinteto Editora), “**História, Sociedade e Cidadania**” (FTD) e o livro “**Cenas da História**” (editora Palavras Projetos Editoriais Ltda.). Desse modo, os livros didáticos serão analisados sob a perspectiva de seus conteúdos, e das possibilidades de uso das informações contidas nessa ferramenta, uma vez que se acredita que a análise dos mesmos parte também da perspectiva de possibilidades de uso deste material didático e sala de aula.

Além disso, no terceiro capítulo será feita a apresentação do produto educacional “**DEMOCRACIA BRASILEIRA EM CRISE: os *impeachments* de Fernando Collor e Dilma Rousseff**”, um paradidático, elaborado a partir das reflexões teórico-metodológicas que constam nesta dissertação. Assim, será apresentada a forma como foi pensado e elaborado, e as contribuições para sua utilização em sala de aula pelos professores no processo de ensino e aprendizagem, entendido aqui como um processo de troca de conhecimento entre os professores e alunos.

CAPÍTULO 1 - CAMPANHA ELEITORAL DE 1989 E 2014: O embate de projetos através dos meios de comunicação

Nesse primeiro capítulo pretende-se construir um estudo sobre as campanhas eleitorais de Fernando Collor de Mello, em 1989, e Dilma Rousseff, em 2014, levando em consideração o papel da mídia enquanto Aparelho Privado de Hegemonia em defesa de projetos políticos em disputa durante os pleitos. Mais precisamente, analisar as principais características desses dois momentos históricos no cenário político brasileiro contemporâneo. Para tanto, serão consideradas referências bibliográficas que tratam sobre o tema com o intuito de entender a conjuntura política durante as campanhas eleitorais do “Caçador de Marajás” e da presidente Dilma Rousseff. A temática se justifica pela importância de se discutir os processos de *impeachment* na Nova República e de entendimento dos limites da democracia brasileira, construídos pós Regime Empresarial Militar⁸.

Segundo Norberto Bobbio (2000), o termo democracia, nas teorias das formas de governo, sempre foi empregado para designar um dos modos de governo em que o poder político pode ser exercido. Especificamente, designa a forma de governo em que o poder político é exercido pelo povo (BOBBIO, 2000). Entretanto o termo não pode ser analisado ou entendido distante da comparação com outras formas de governos, e sem que se leve em consideração o contexto histórico de cada momento em que o termo é empregado.

Nesse sentido, o autor conceitua democracia como sendo uma contraproposta de governo autocrático, caracterizada por um conjunto de regras que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos (BOBBIO, 1986). Desse modo, a democracia não pode ser restrita ao sentido de poder político exercido pelo povo o que existe é um governo aprovado pelo povo (SCHUMPETER, 1991 apud. NUNO, 2005, p. 5).

No debate de autores clássicos sobre democracia, tem-se o termo utilizado de modo descritivo e prescritivo. Para Aristóteles, democracia é classificada como as diversas formas

⁸ Optou-se por utilizar “Ditadura Empresarial Militar em detrimento de “Ditadura Civil Militar” por reconhecermos na obra de René Dreiffus, “1964: a conquista do Estado”, a denominação que melhor caracteriza a situação política brasileira em 1964. Através do mapeamento dos envolvidos no golpe de 1964, o autor mostra que existiu um projeto de classe inscrito no Golpe e na ditadura. Os “civis” a que Dreiffus faz menção em sua obra são empresários que representavam determinados projetos inseridos na sociedade dividida em classe em um determinado momento histórico no capitalismo no Brasil e não entre “civis” e “militares” (DREIFFUS, 1987).

de governar ou pelo bem comum ou para o próprio bem de quem governa. Nesse sentido, o termo para Aristóteles no modo descritivo é considerado a partir do julgamento de formas boas e más de governo e a democracia seria então a forma má enquanto a forma boa seria a políteia. Já para Platão, o termo é classificado a partir do seu uso prescritivo, nesse sentido a democracia é considerada o governo não do povo, mas dos pobres contra os ricos (BOBBIO, 2000).

Já no âmbito do debate sobre democracia para os modernos, o governo democrático só será possível nos pequenos Estados. Nesse sentido, a democracia passa a ser associada ao território. Entretanto, após as revoluções liberais, a democracia surge como forma de governo desejada (BOBBIO, 2000), e fundamental para a legitimidade política da sociedade moderna (BORGES; FUCHTER; KOHLS, 2013).

A partir do entendimento da democracia caracterizada como conjunto de normas que decidem quem e como o poder é exercido, Bobbio (2000) passa a apresentar as formas de democracia como elementos procedimentais para se chegar a decisões políticas. Desse modo, o autor aponta a democracia representativa, direta, política e social.

No contexto de reestruturação pós Primeira Guerra Mundial, os Estados representativos são firmados e conhecem um processo de democratização com o “alargamento do voto até o sufrágio universal masculino e feminino e o desenvolvimento do associacionismo político até a formação dos partidos de massa e o reconhecimento de sua função política” (BOBBIO, 2000, p. 152).

Nas democracias diretas, o povo exerce o poder diretamente sem o representante. Nas democracias políticas o indivíduo é considerado como cidadão enquanto na democracia social é considerado a partir da multiplicidade de seu *status*. Para o autor, o alargamento da democracia consiste na integração das formas democráticas (BOBBIO, 2000).

Segundo Marco Mondaini (2013), a partir da análise sobre os escritos de Bobbio, a democracia direta pode apenas corrigir a democracia representativa, mas nunca a substituir. Desse modo, considera que as duas formas não são excludentes e podem ser recíprocas, mas exclui-se a possibilidade da primeira substituir a segunda. No que se refere aos processos de democratizações atuais, não se fundamentalizam na passagem da democracia representativa para a direta, mas para a passagem das democracias políticas para as democracias sociais, em um contexto de extensão do poder no campo da sociedade política para a sociedade civil. É a configuração de uma democracia representativa de novos espaços, da democratização do Estado à democratização da sociedade.

É importante destacar, ainda, que a análise que a presente pesquisa propõe esbarra na problemática dos desdobramentos decorrentes dos processos de *impeachment* para o Brasil e, em especial, para as instituições públicas brasileiras, ainda pouco explorados pelo mundo acadêmico. Ademais, deve-se considerar que os eventos que levaram ao impedimento do governo de Dilma Rousseff, por exemplo, continuam em andamento e fundamentam a ascensão de um conservadorismo e eleição da extrema direita brasileira, observada através de embates políticos e ideológicos que refletem a disputada eleição de 2019 no Brasil.

Assim, este primeiro capítulo será dedicado à investigação de dois temas centrais: i) as estratégias eleitorais de Fernando Collor de Mello, em 1989, através dos jornais *Folha de São Paulo*, *O Globo* e da revista *Veja* e dos programas nacionalizados pelo Horário Gratuito Político Eleitoral (HGPE). ii) as estratégias eleitorais de Dilma Rousseff, em 2014, através da análise dos jornais *Folha de São Paulo*, *O Globo* e os portais de notícia na internet, escolhidos em virtude da circulação de imagens, notícias e vídeos durante o pleito de 2014 na internet que se configurou como ferramenta importante de disseminação das propostas dos candidatos durante a campanha.

Pretende-se, desta forma, mapear os principais pontos da agenda de governo apresentada pelos dois candidatos e o papel desempenhado pela mídia na ascensão e queda dos dois presidentes com o objetivo de esquadrihar o posicionamento dos principais meios de comunicação diante não só dos governos de Collor e Dilma, como também frente seus processos de *impeachment*, através da análise de reportagens, imagens e editoriais publicados durante os anos do governo Collor (1990-1992) e durante o governo Dilma Rousseff (2014-2016).

Para a referente análise, o referencial teórico utilizado será a obra do pensador italiano Antônio Gramsci, principalmente seus escritos carcerários, em que entende os processos políticos a partir de embates de projetos que tendem a se tornarem hegemônicos. Nessa prerrogativa, serão utilizados conceitos de Estado Ampliado, crise de Hegemonia e Partido Político, como baluartes de entendimento dos processos políticos democráticos que ocorrem durante os dois referidos governos.

Segundo Gramsci, na Sociedade Civil ocorrem embates constantes de projetos que pretendem se tornar hegemônicos, como aquele ocorrido ao longo das campanhas político-eleitorais de 1989 e 2014, nas quais ocorre o embate direto de projetos que cada grupo vê

como melhor maneira de materialização do poder e de governar o Estado Restrito⁹. Assim, de acordo com Carlos Nelson Coutinho, a política forma o núcleo central do pensamento do filósofo italiano, e aquilo que dá sentido a todas as suas inquietações e investigações históricas (COUTINHO, 1989).

Antônio Gramsci usa o conceito de política em sentido amplo, como prática que supera a manipulação da vida cotidiana, e em sentido restrito, quando utiliza o termo para observar que toda a esfera social é norteadada pela política (GRAMSCI, 2012). Desse modo, durante a campanha de 1989 a política ganha ainda mais destaque no cotidiano do país, em virtude de ser o primeiro pleito após um longo período de restrição de poderes políticos da população brasileira. Já em 2014, a campanha ganha destaque por conta de ideologias sociais latentes advindas de um governo que se intitula de esquerda e que transformou as estruturas vigentes no país.

Outro conceito gramsciano bastante significativo nessa pesquisa é o de Aparelho Privado de Hegemonia, que aqui se aplica à mídia. Desse modo, os Aparelhos Privados de Hegemonia são os portadores materiais da Sociedade Civil, ou seja, “organismos sociais voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política” (GRAMSCI, 2012 p.105), capazes de difundir interesses privados a fim de que se tornem nacionais.

Desse modo, a mídia impressa e televisiva teve papel fundamental na chegada de Fernando Collor à presidência da República. Todavia, o mais relevante desse processo é que a imprensa também teve papel fundamental na retirada do então presidente do cargo de primeiro mandatário da nação, haja vista que veiculou intensamente os escândalos políticos envolvendo o então presidente da República.

Assim, a imprensa age ora como Aparelho Privado de Hegemonia a favor do projeto político de Fernando Collor, ora como Aparelho Privado de Hegemonia do projeto contra hegemônico elaborado no âmbito da Sociedade Civil, já que para Gramsci a hegemonia não pode ser plena (GRAMSCI, 2012). No exato instante em que um projeto se torna hegemônico, estruturam-se movimentos para sua retirada do poder, os chamados processos contra hegemônicos.

No caso de Dilma Rousseff, a mídia também teve papel significativo, entretanto em conjuntura diferente. Durante a campanha de 2014, o governo disputa o segundo mandato

⁹ Gramsci possui tanto um conceito “restrito” quanto “ampliado” de Estado. O primeiro – o conceito “restrito” de Estado - corresponde à “sociedade política”, que se refere ao aparato governamental formal do Estado, seja ele administrativo, legal ou coercitivo. Já o conceito “ampliado” vê o Estado como fundido às sociedades civil e política (GRAMSCI, 1934, p.32).

em meio a uma crise econômica, marcada pela baixa nos níveis de desenvolvimentos sociais e escândalos de corrupção que fizeram com que a imprensa difundisse críticas a candidata à reeleição Dilma Rousseff. Entretanto, a profissionalização da campanha conseguiu elevar a popularidade da presidente e em uma disputa acirrada foi eleita em segundo turno vencendo o candidato Aécio Neves do PSDB.

1.1 Campanha Eleitoral 1989: análise do programa de governo do “Caçador de Marajás”

Durante o ano de 1989, a primeira campanha eleitoral presidencial pós Regime Empresarial-Militar ganha destaque na vida política do Brasil. É o momento de redemocratizar o país que durante anos vivera sob um regime autoritário e violento. Nesse contexto, políticos consagrados e novas figuras políticas ganham destaque nos noticiários e digladiam-se a fim de tornar seus projetos políticos hegemônicos.

A eleição de 1989 foi regulamentada pela Lei nº 7773, de 8 de abril de 1988, em que se assegurou a coligação de partidos para a apresentação de um candidato, e a propaganda eleitoral ficara restrita ao programa eleitoral no rádio e na televisão, de 15 de setembro a 12 de novembro de 1989, em cadeia nacional. O tempo de cada partido ou coligação foi distribuído de acordo com representação no Congresso, variando de 30 segundos a 22 minutos (BRASIL, 1989).

Em virtude do contexto político citado, a campanha de 1989 apresenta ainda como peculiaridade o fato de estar em jogo apenas o cargo de presidente do Brasil. Além disso, a profissionalização eleitoral ganha destaque com os serviços de diversos profissionais responsáveis por elaborar a melhor estratégia de marketing político capaz de atingir o público alvo: a população brasileira saturada com a política tradicional. Nesse sentido, o conteúdo das propagandas, os discursos e imagens dos candidatos eram minuciosamente pensados a fim de melhor representar e convencer sobre o projeto político defendido pelos seus representantes (PICCOLO, 2013).

Nesse contexto, a televisão ganha destaque como um dos principais meios de difundir os projetos em virtude da sua alta audiência e popularidade nos lares brasileiros. O Horário Gratuito Político Eleitoral (HGPE) foi o responsável por apresentar os projetos dos candidatos, e todos os mecanismos de criação de consenso advindos das campanhas profissionalizadas. Desse modo, os 28 candidatos apareciam em rede nacional diariamente,

em duas sessões de 70 minutos, durante sete dias por semana e por um período de 60 dias (PICCOLO, 2013).

Em um cenário de transformação política e desejo de participação política nacional, o candidato Fernando Collor, pouco conhecido nacionalmente, inicia sua carreira política em Alagoas quando, durante o período ditatorial, foi indicado prefeito de Maceió pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional) em 1979. Em 1982, foi eleito Deputado Federal pelo PDS (Partido Social Democrático) e em 1986, eleito governador de Alagoas pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Embora com governos envoltos em escândalos e clientelismo característicos da velha política tradicional, Fernando Collor apresentava-se como novo, o responsável pela redemocratização, longe das práticas políticas que levaram o país à crise institucional (PICCOLO, 2013).

Embora apresentando-se como novo, Collor era membro de família tradicional em Alagoas, filho de Arnon de Mello, político e dono de emissora de rádio e televisão responsável em retransmitir sinal da Rede Globo de Comunicação, fator que merece atenção no que tange a futura relação de Collor com Roberto Marinho para apoio da campanha presidencial. Fernando Collor ganha destaque com seu discurso enérgico contra o governo de José Sarney, ao realizar críticas à política econômica do então governo incapaz de conter a inflação (PICCOLO, 2013).

No dia 6 de abril de 1987, dois anos antes do pleito eleitoral, Fernando Collor almejando a presidência do país, começa a ser conhecido nacionalmente por meio de uma entrevista, publicada nas páginas amarelas da Revista *Veja*, cujo tema central foi “Caça aos Marajás” em Alagoas. Com o título “**Vou acabar com os Marajás**”, Fernando Collor falou sobre a demissão de funcionários em massa quando tomou posse no governo de Alagoas, fez críticas ao governo Sarney e firmou apoio a Mario Covas para presidente nas futuras eleições (CONTI, 1999).

Em 1988, Fernando Collor é mais uma vez destaque na Revista *Veja*, na capa, com fotografia de Dettmar, em que Collor pousou a frente a tela *Avatar*¹⁰. A imagem possibilitou a Collor visibilidade nacional, com a manchete “**O Caçador de Marajás**”. Na matéria, mais uma vez, destaque para as medidas consideradas enérgicas de combate ao marajaísmo¹¹ em Alagoas. A fotografia foi perfeitamente enquadrada pelo fotógrafo para dar destaque à imagem do soldado com espada a punho sobre o cavalo, e a associação de Fernando Collor

¹⁰ Pintura do artista alagoano Rosalvo Ribeiro, pintada em Paris em 1894 (CONTI, 1999, p. 110).

¹¹ Termo que designa profissionais contratados por órgãos públicos, mas que não compareciam ao trabalho para realizar suas funções.

como um soldado destemido combatendo os marajás, responsáveis pelo mau funcionamento do Estado.

Imagem 1: Capa da Revista Veja com Fernando Collor em 1988



Fonte: Revista Veja, 22/04/1988

Além disso, Fernando Collor ganha maior destaque após a apresentação pela Rede Globo, do programa “Globo Repórter”, em 2 de abril de 1989, que tratou sobre marajáismo, discurso de moralidade, pautado na “cartada moralizadora”, apresentados como marcas do governo de Alagoas. A partir de então, Collor ficou conhecido como “Caçador de Marajás”.

Após as reportagens da *Veja* e do Globo Repórter, as aparições de Collor ficaram mais constantes, todas organizadas para conquistar o público. A fim de demonstrar distanciamento com as velhas práticas políticas, o “Caçador de Marajás” lança sua candidatura pela legenda do PRN (Partido da Reconstrução Nacional), faz aparições em programas eleitorais do PJ (Partido da Juventude) e do PDC (Partido Democrata Cristão), que, somadas às críticas polêmicas ao governo Sarney, levam à conquista da opinião pública.

Ademais, o programa de governo é construído para apresentar Fernando Collor como o único capaz de salvar o país da crise generalizada em que se encontrava. Nos programas eleitorais televisionados, Fernando Collor faz uso de frases de impacto como: “chegou a nossa vez”, “candidato do povo”, “Brasil Novo”, “vamos todos juntos”, como forma de chegar à população e criar consenso em torno de suas propostas.

O “Caçador de Marajás” fala de forma direta e clara à população fazendo uso de termos como “vocês”, “minha gente”, “meu povo”, sempre com a expressão facial de

seriedade, olhos diretos na câmera, possibilitando a construção do diálogo direto com o telespectador.

Imagem 2: Fernando Collor em Programa Eleitoral.



Fonte: Programa Eleitoral, 30/03/1989.

O programa eleitoral do PRN, exibido no dia 30 de março de 1989¹², apresenta que “a reconstrução moral é pré-requisito para todas as demais tarefas que enfrenta a sociedade brasileira no campo político, econômico e social”. Em seu programa, o partido definia-se como liberal democrático e defendia a retomada do crescimento econômico a partir da redução da interferência estatal na economia.

Ainda que ressaltasse a importância dessa intervenção estatal em alguns setores específicos da sociedade, o programa eleitoral de Collor condenava os “protecionismos descabidos e os cartórios empresariais”. De acordo com o programa, “somente reunindo os ideais de liberdade individual e de livre iniciativa com os de justiça social e solidariedade, podemos construir uma nação que mereça esse nome”. Crítico em relação ao governo Sarney, fazia restrições ao “sucateamento criminoso” das empresas estatais. O PRN defendia ainda o parlamentarismo e o fortalecimento do federalismo como forma de combater “os terríveis males do centralismo exacerbado”.

Ao se iniciar o ano de 1989, Collor já havia firmado nacionalmente sua imagem de “Caçador de Marajás”. A partir de março, quando foi veiculado o programa nacional de rádio e televisão do PRN, o primeiro da nova legenda, Collor passou a crescer rapidamente nas pesquisas de intenção de voto. Em abril, alcançou o primeiro lugar, e em sondagens posteriores atingiu um patamar superior a 40% (VILLA, 2016).

¹² Os programas analisados nessa pesquisa estão disponíveis no site: www.memoriaglobo.com.

O programa de rádio e de televisão do PRN, transmitido em cadeia nacional em 26 de abril de 1989, constituiu peça importante na estratégia publicitária que envolveu o lançamento da candidatura Collor. Também fazendo uso de simbolismo nacional, o programa recorre às imagens gráficas de pesquisas de intenção de votos, além de imagens das realizações de Fernando Collor quando governador de Alagoas, como fachada de escolas e hospitais construídos por Collor, somado a imagens de pessoas pobres em abrigos e em seguida mutirões de construção de casas, dando a entender que sob tutela do governo essas pessoas receberam casas construídas sem apoio do governo Federal.

Em maio de 1989, Fernando Collor renuncia ao governo de Alagoas e oficializa sua candidatura à presidência da República. Em junho, já aparece com a maioria da intenção de votos, 43%, em virtude da nacionalização de sua imagem, seguido por Leonel Brizola (11%) e Lula (8%) (CONTI, 1999). No dia 15 de setembro, tem início o programa eleitoral gratuito dos candidatos e os programas apresentados pelo PRN durante o primeiro turno da campanha eleitoral são construídos a partir dos temas considerados mais problemáticos para a sociedade brasileira.

Em programa exibido em rede nacional, em 4 de novembro de 1989, Fernando Collor apresenta as propostas de governo direcionadas à saúde. O então candidato aparece vestido de forma simples, cores claras, expressão séria e firme, para falar ao povo sobre a falta de assistência médica que a maioria da população enfrenta. No programa são exibidas imagens de pessoas em filas de hospitais, com crianças em colo, despenteadas, magras para manter em foco a pobreza e a necessidade de mudanças emergenciais nesse setor.

O próprio candidato apresenta problemas, como a falta de hospitais, a mortalidade infantil, a miséria e fome que assolam a população brasileira. Como solução, depois da aparição da logomarca do governo Collor, em cores verde amarelo, um locutor com música entusiasta de fundo apresenta as medidas que serão adotadas pelo governo: em quatro anos o governo triplicará os gastos relacionados à saúde, incentivará a iniciativa privada a fazer investimento nessa área, vai também “controlar rigidamente” os custos e a qualidade dos serviços oferecidos pela iniciativa privada a hospitais e ambulatórios.

Fernando Collor também apresenta em seus programas cinco tópicos que acredita serem fundamentais para melhorar a vida da população pobre do país: acesso a saúde de qualidade, desenvolvimento, salários justos, moradia e transportes públicos de qualidade.

Com relação ao transporte, o programa produzido pela equipe do candidato e veiculado no dia 10 de novembro, faz a abertura com as duas letras L do nome Collor, em

verde e amarelo, percorrendo trilhos até formar o nome do candidato. Ao fundo, uma música entusiasta. Com imagens de Fernando Collor aclamado por uma multidão em caminhadas, com praças lotadas em seus comícios, o candidato aparece em palanque com a esposa e equipe de campanha, procurando construir uma imagem de seriedade com que Collor falava aos eleitores que acompanhavam seus comícios.

Nesse programa, um trabalhador critica o custo das passagens e, em seguida, o candidato destaca as medidas que serão implantadas caso seja eleito, como construção de ferrovias, regulamentação de leis para controle da concessão aos empresários do transporte público, redução do custo do transporte, controle da qualidade dos serviços prestados e aperfeiçoamento do vale transporte. O narrador do programa apresenta, em letras em verde e amarelo, que o governo pretende em quatro anos recuperar 32 mil km de rodovias, aplicar 3,5 bilhões de dólares no transporte coletivo, sem, no entanto, apresentar a origem dos recursos para realização dessas medidas.

Em programa exibido no dia 11 de novembro de 1989, depois de imagens de Collor em comícios e caminhadas pelo interior da Bahia, surge a imagem de uma balança em que uma mão vai colocando pesos azuis do lado direito enquanto o narrador completa: “Collor acredita que o cidadão é mais forte que o Estado, Collor apoia a livre iniciativa privada e Collor pretende abrir a economia do Brasil para o mundo. Por isso, alguns dizem que Collor é de direita”. A imagem mostra a mão colocando pesos do lado esquerdo da balança enquanto o narrador declara: “Collor vai fazer a reforma agrária, Collor defende a participação do trabalhador no lucro das empresas, Collor vai acabar com os Marajás. Por isso alguns dizem que Collor é de esquerda”. Em seguida, a imagem da balança igualada pelos pesos do lado direito e esquerdo, demonstrando que Fernando Collor caracteriza-se como o equilíbrio.

Evitando definições programáticas ou ideológicas mais precisas em seus discursos, Collor ganhava apoio nos mais variados setores do eleitorado e afirmava que sua candidatura “aterroriza tanto a direita, que só aceita fazer alianças tuteladas, quanto à esquerda, que só faz discursos” (COLLOR, 1989).

Em programa eleitoral exibido no dia 28 de novembro de 1989, Fernando Collor discursa à população com o objetivo de conquistar apoio para o segundo turno. Segundo ele, é o momento de pensar, pois o que está em jogo é o futuro do país. É chegada a hora do Brasil Novo. Segundo o candidato, ele estava sozinho contra os marajás, a corrupção e em favor da construção de um novo país. Para tanto, necessitava do apoio do povo.

(...) com a candidatura com apoio da população contra a miséria e a injustiça social com os mais pobres da cidade e do interior. Somos a maioria, temos a melhor proposta e a capacidade de governar o país. Com um programa claro e definido contra a injustiça social, a fome e o combate à inflação. (...) preciso da união de todos em torno das propostas. É hora de pensar, está em jogo o futuro do país sem acordo e sem conchavos. Chegou a nossa vez (COLLOR, HGPE, 28/11/1989).

Na fala de Collor percebe-se que o candidato toca nos pontos fundamentais: fome, miséria, injustiça social. Nesse contexto, Fernando Collor discursa como se tratasse com os iguais quando se refere ao “chegou a nossa vez”, embora o candidato pertença à família de longa tradição política em Alagoas. Seu avô foi ministro de Vargas; seu pai, governador do estado e senador. Collor foi nomeado pela Ditadura prefeito biônico de Maceió, depois se elegeu deputado federal pelo PDS. Sem expressão parlamentar, votou em Maluf contra Tancredo no Colégio Eleitoral. Transferiu-se para o PMDB e venceu a eleição para governador de Alagoas, ajudado pelo estelionato eleitoral do Plano Cruzado de Sarney (VILLA, 2016), fatos que demonstram o quanto o candidato não estava longe dos conchavos e acordos da política nacional.

Nessa prerrogativa, Collor era o representante do centro, que não era bom para o dualismo político do Brasil, e por conta disso era o melhor para a população, uma vez que, não estando envolto com nenhum dos dois lados, as medidas do seu governo visavam apenas o bem-estar da classe menos favorecida. Entretanto, o que se observou durante todo o governo foram conchavos e escândalos, bem como favorecimento de frações da classe dominante do país.

Segundo Sandra Kassia Villa (2016), o desafio de Collor era criar condições de governabilidade e de equilíbrio, uma vez que o país estava dividido em virtude dos projetos que pretendiam se nacionalizar no pleito de 1989. Todavia, as tentativas de governabilidade foram frustradas ao longo do governo.

Em 15 de novembro, data das eleições do primeiro turno, os candidatos Collor e Lula são escolhidos para disputa do segundo turno das eleições presidenciais, que aconteceriam no dia 17 de dezembro de 1989. Nesse momento, intensificam-se as disputas dos projetos através dos programas eleitorais.

No segundo turno, em programa sobre a inflação, Collor dispara novas críticas ao Governo Sarney e apresenta sua experiência e coragem como pontos fundamentais para se resolver a crise pela qual o país estava passando. A produção do programa, exibido em 22 de novembro, fez uso de imagens de pessoas nas ruas, nos comícios de Collor, em caminhadas e

carreatas. O candidato aparece de terno e gravata, com seriedade, com discurso de crítica ao governo atual e apontando que é o candidato de coragem responsável pela redemocratização. No fim da transmissão, o narrador completa: “O povo está de bem com Collor” e a imagem de Fernando Collor em uma praça pública em Pernambuco discursando e em seguida recebendo abraços de várias pessoas. Embora o programa tivesse como tema a inflação e as medidas que seriam adotadas pelo governo para seu combate, não foi apresentada nenhuma proposta efetiva que demonstrasse de que forma Fernando Collor pretendia combater a inflação.

No programa específico sobre as medidas relacionadas à Previdência Social, apresentado no dia 5 de dezembro, Fernando Collor discursa fazendo críticas ao governo Sarney, classificado como “governo inútil”, “incompetente”, “oportunista”, “irresponsável”. Nesse programa, Collor apresenta o rombo da Previdência Social de 23 bilhões de dólares gerado pelo governo que investiria os recursos da previdência em outras áreas. Fernando Collor defende que é necessário que o governo pague as dívidas relacionadas à previdência e, caso eleito, os gestores da previdência serão escolhidos pelo povo. Nessa perspectiva, apresenta-se que a participação da população em um governo democrático ocorreria de forma efetiva, sobretudo em um ramo do aparelho estatal, como a Previdência Social.

O programa de governo de Collor, intitulado Brasil Novo, era representado como sinônimo de modernidade, redemocratização e desenvolvimento, que, por sua vez, significaria uma melhora significativa nos padrões sociais, políticos e econômicos da sociedade brasileira. Collor auto intitulava-se como símbolo máximo da modernidade e renovação.

Em programa voltado às medidas relacionadas à economia, veiculado no dia 14 de dezembro, fez-se uso das mesmas ferramentas de imagens de Collor sendo aclamado em discurso para grande número de pessoas em praças, cumprimentando a população e distribuindo beijos em crianças. Em discurso, o “Caçador de Marajás” destaca, em visita ao interior da Bahia, que percebeu uma grande quantidade de pequenos empreendedores que com coragem abriram seu próprio negócio, mesmo estando o país assolado por uma crise econômica. Fernando Collor acrescenta que, se eleito, vai combater os sonegadores fiscais e vai reduzir a carga tributária para que esses pequenos e médios empresários consigam sair da ilegalidade. Mais uma vez, sem dizer como realizaria tais medidas.

Apostando na “cartada moralizadora”, Fernando Collor constrói todo o discurso de campanha centrado na moralização política. Segundo Conti (1999), o comportamento de

Collor ressaltava o gosto pelo sensacionalismo e se misturava à demagogia mais vulgar, já que em seus discursos apontava a corrupção como câncer do país, sobretudo nas altas esferas do poder, mas não dava nomes.

Na imagem 3 é possível observar um dos discursos de Fernando Collor em campanha eleitoral. A imagem disponível no acervo Globo mostra o candidato falando para uma multidão, com bandeiras e faixas, atenta à fala aparentemente enérgica do candidato. Nota-se através do enquadramento da imagem que o fotógrafo cobre a campanha eleitoral capturando a imagem do palco, durante a fala do candidato, e escolhe o ângulo que deixa em destaque Collor e “povo”.

Imagem 3: Collor em campanha eleitoral em 1989



Fonte: O Globo, 22/ 11/1989.

Durante a disputa de segundo turno entre Luís Inácio Lula da Silva e Fernando Collor, merecem destaque os debates realizados em conjunto entre as quatro principais emissoras de televisão: Rede Globo, Bandeirantes, SBT e Manchete, apresentados por Boris Casoy, Marília Gabriela, Eliankim Araújo, Alexandre Garcia, ocorridos em 03 de dezembro de 1989 e 14 de dezembro de 1989. Nos debates, os candidatos puderam apresentar suas propostas em rede nacional, sendo o debate transmitido pelas quatro emissoras simultaneamente. Nas imagens é possível perceber a postura de Collor frente às câmeras, as mãos comportadamente posicionadas atrás do corpo, sem exaltações. O tom exaltado, marca da campanha, esteve presente somente quando abordou temas como a política econômica e a inflação no Brasil.

O candidato fala com olhos fixos na câmera, testa franzida e em sua bancada várias pastas dando a ideia de que existiam muitos documentos analisados por Collor que embasavam as suas falas. Ao referir-se a Lula, Collor evita chamá-lo pelo nome, referindo ao adversário sempre como “o outro candidato”. O candidato Lula, pelo contrário, fala de forma impaciente, gesticula com as mãos, em tom de revolta sobre as relações de trabalho. Por

diversas vezes, consulta os papéis colocados em sua bancada, sem que estejam aparentes como fez Collor.

O debate assume ainda maiores proporções no cenário eleitoral a partir da edição apresentada pela Rede Globo, no Jornal Nacional, abertamente favorável ao candidato do PRN.

Imagem 4: Candidatos Collor e Lula em debate de segundo turno.



Fonte: Conti, 1999, p. 276

A primeira edição exibida no Jornal Hoje (telejornal vespertino) mostrou um debate equilibrado, em que os candidatos não trocaram farpas e acusações. Essa edição tem duração de 8 min e mostra os dois candidatos em discurso com tempo equilibrado de fala. Os temas retratados foram a inflação, as greves, violência na campanha e o discurso final de cada candidato.

O equilíbrio entre os dois candidatos presente no Jornal Hoje desaparece no telejornal noturno. A edição apresentada em horário nobre da emissora, no telejornal de maior audiência do país, o Jornal Nacional, começou com a fala de Lula apresentando o Partido dos Trabalhadores como um “partido que surge a partir do pluralismo de ideias e da liberdade política”. Em seguida, a fala de Collor: “de um lado, o representante do centro democrático e do outro lado o representante que expressa teses estranhas ao nosso meio. Teses marxistas e estatizantes, teses que não primam pelos princípios democráticos estabelecidos na constituição”. Na intencionalidade de apresentar a dicotomia existente entre os dois projetos políticos que pretendiam se tornar hegemônicos, a emissora favoreceu o projeto que defendia o neoliberalismo, representado por Fernando Collor.

Sobre o tratamento das greves, a edição mostra que Lula pretende realizar o diálogo entre o empresariado e as centrais sindicais entendendo-as como categorias essenciais e dando-lhes instrumentos para que possam assegurar os salários que cada uma deve receber. Enquanto Collor aponta que existe a greve política financiada pela CUT e pelo braço sindical,

e que essas greves são realizadas para levar aos noticiários e alavancar seus representantes. Ao referir-se aos nordestinos, Lula afirmou que o problema no Nordeste não é a “seca e sim a cerca, daí a necessidade de se defender a reforma agrária, para que não morram milhares de nordestinos e surjam as sub-raças”. Em oposição Collor, fala que não é “sub-raça”, e a prova que os nordestinos não são sub-raças que dois nordestinos disputam a presidência do país.

A edição do Jornal Nacional durou 10 minutos e 5 segundos e é visível o favorecimento dado a Collor, cujas falas tomam maior tempo do telejornal. As questões abordadas como: reforma agrária, democracia, greves, salários, manifestações, corrupção e acordos políticos mostram o posicionamento de Lula como um viés ideológico e radicalizado, desfavorável ao país, ao passo que Fernando Collor apresentava um discurso mais centrado e adequado ao Brasil.

As duas edições são questionáveis: a primeira por apresentar um equilíbrio que não houve, e a segunda por privilegiar o desempenho de Collor. Mas foi a segunda que provocou grande polêmica. A Globo foi acusada de ter favorecido o candidato do PRN, tanto na seleção dos momentos como no tempo dado a cada candidato, já que Fernando Collor teve um minuto e meio a mais do que o adversário.

O PT chegou a mover uma ação contra a emissora no Tribunal Superior Eleitoral. O partido queria que novos trechos do debate fossem apresentados no Jornal Nacional antes das eleições, como direito de resposta, mas o recurso foi negado. Em frente à sede da Rede Globo, no Rio de Janeiro, atores da própria emissora, junto com outros artistas e intelectuais, protestaram contra a edição (CONTI, 1999).

O jornal *O Globo*, de 18 de dezembro de 1989, um dia após a realização das eleições do segundo turno, trouxe em manchete de capa “**Pesquisas: Collor é o novo Presidente**”. A reportagem mostra a trajetória de campanha de Collor “O candidato que melhor representa o Brasil, com o discurso de moralidade política promete transformar o país” na reportagem fica evidenciado o apoio da Rede Globo a Collor “Esse candidato oferece a nação uma alternativa melhor que a de obrigá-la a escolher entre um projeto caudilhesco-populista e outro meramente contestatório” (*O Globo*, 18/12/1989, p. 2).

Imagem 5: Reportagem do Jornal O Globo sobre pesquisas eleitorais em 1989



Fonte: O Globo, 18/12/1989, p. 1

As imagens utilizadas na capa do jornal, logo abaixo da manchete, mostram Collor e Lula, o primeiro sorridente e confiante, e o segundo com expressão preocupada. A intenção do jornal seria apresentar a certeza de que Fernando Collor seria eleito e a preocupação do outro candidato frente a pesquisa apresentada na reportagem.

Para a classe dominante, a candidatura de Lula se apresentava como ameaçadora, vinculada ao Partido dos Trabalhadores desde a sua fundação, que havia incorporado novos sujeitos sociais, movimentos populares e ambientalistas e de minorias, prometia junto à classe trabalhadora uma nova forma de fazer política no Brasil, de romper com o que a classe dominante chamava de “paz social” (SOUZA, 2014).

A ideia central de apoio a Fernando Collor era a manutenção do seu projeto político: a implantação e efetivação do neoliberalismo. Um governo de Brizola ou Lula significaria um governo não comprometido com a “economia de mercado”. (SILVA, 2009). Nesse sentido, eram recorrentes as manchetes, capas e editoriais exaltando o “Fenômeno Collor”.

Os programas eleitorais e as notícias e imagens veiculadas pela imprensa surtiram efeito positivo e Fernando Collor vence o pleito de 1989, tornando-se o primeiro presidente eleito pelo voto direto após o Regime Empresarial-Militar. Após a vitória no segundo turno, Fernando Collor e equipe intensificaram as reuniões visando reestruturar a organização da presidência da República e os ministérios.

1.2 Campanha Eleitoral de 2014 das telinhas para as redes sociais: reeleição de Dilma Rousseff

A campanha eleitoral de 2014 foi marcada pela polaridade política e o papel significativo da internet como mecanismo de nacionalização e embate entre os projetos políticos. Dilma Rousseff buscava a reeleição, embora enfrentasse críticas e baixa popularidade em seu primeiro mandato. O cenário da eleição de 2014 repetiu a perspectiva das duas eleições anteriores: a polarização entre um candidato do Partido dos Trabalhadores e um candidato do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira).

Para além dessa situação, uma terceira candidatura ganhou destaque no pleito de 2014, em situação adversa. O candidato Eduardo Campos tentava se interpor entre os favoritos. Líder do PSB (Partido Socialista Brasileiro), que até setembro de 2013 participava da coalizão governista, Campos buscou se constituir como uma alternativa política capaz de manter as conquistas sociais do governo petista e avançar em áreas tidas como problemáticas, como a gestão macroeconômica e o controle da corrupção.

Entretanto, a situação muda com a sua trágica morte em um acidente aéreo, que lança a candidatura de sua vice, ex-petista, Marina Silva, cuja ascensão meteórica nas pesquisas, impulsionada pela superexposição na mídia logo após o desastre que vitimou Campos, foi capaz de supor a hipótese de um segundo turno diferente do então previsto entre PT e PSDB. No entanto, Marina Silva não foi capaz de manter índices de aprovações favoráveis e significativos capazes de transformar essa hipótese em realidade.

Nesse contexto, os candidatos construíram suas campanhas com aproveitamento de mecanismos de alcance das massas, como a internet e a televisão. Os adversários petistas com foco em áreas que acreditavam existir falhas na gestão do PT na economia e mecanismos de combate a corrupção. E o Governo, buscando a reeleição, construiu a campanha com destaque nas transformações sociais e nos programas de geração de renda e de proteção social implantados durante o primeiro governo Lula e ampliados ao longo dos governos petistas.

Diferente do ocorrido durante o pleito de 1989, em que a televisão foi a principal ferramenta de nacionalização do projeto de Fernando Collor, a internet transforma as relações sociais e o modo de fazer campanha. Embora o Horário Gratuito Político Eleitoral continue em destaque, os canais na internet dos candidatos foram aliados para que a população buscasse mais informações sobre as propostas e a agenda eleitoral dos candidatos. Por conta disso, o Tribunal Eleitoral expediu um complemento à Lei 9.504 de 1997, a Resolução 23.404 que dá as diretrizes para a propaganda eleitoral realizadas em 2014.

De acordo com a resolução, as propagandas eleitorais na internet só foram permitidas após 5 de julho de 2014, e devendo ser dispostas em sítio eletrônico do candidato, com endereço eletrônico comunicado previamente a Justiça Eleitoral, podendo ocorrer através de blog, rede sociais, sítios de mensagens instantâneas desde que aconteçam de acordo com a Lei (BRASIL, 2014).

Em análise sobre a campanha eleitoral de 2014, Oliveira *et al* (2016) apontam que houve uma mudança no modelo de propaganda política na disputa eleitoral em virtude de outras formas de acesso ao eleitorado que não apenas a televisão, embora o HGPE no rádio e na televisão continuassem sendo um mecanismo importante de tentativa de criação de consenso. Com o advento da internet, a disputa foi intensificada, segundo os autores, durante os cinco pleitos anteriores (1994, 1998, 2002, 2006, 2010) a polaridade se deu entre PT e PSDB e em 2014 essa polaridade se estabeleceu entre todos os candidatos.

Entretanto, o que se percebe em análise sobre o pleito de 2014, é que a polaridade entre PT e PSDB continuou, visto que a presidente Dilma Rousseff e o candidato Aécio Neves protagonizaram debates ferrenhos nas principais emissoras de televisão e rádio, e esses debates migravam para as redes sociais oficiais dos candidatos e de seus seguidores.

A novidade foi o uso pelos outros candidatos da internet como mecanismo de burlar o pouco tempo no HGPE na televisão e no rádio, garantindo-lhes maior visibilidade. A campanha foi mais democrática, e com maior acesso às informações sobre as propostas dos candidatos e sobre o histórico político de cada um deles.

Nessa prerrogativa, segundo Talhes Massuchin (2017), a relação entre internet e o debate público abre espaço para que os próprios políticos obtenham canais diretos com seus eleitores, bem como, muda a própria configuração entre os meios de informação tradicionais como jornais e revistas, que passam a criar suas próprias páginas para oferecer conteúdo informativo, suscitando o debate com as ferramentas interativas.

Nesta pesquisa, foram analisados os programas eleitorais de Dilma Rousseff no HGPE na televisão e os vídeos disponibilizados em seus canais oficiais na internet, além das reportagens disponibilizadas nos portais de notícias da Rede Globo e o jornal *Folha de São Paulo* a fim de traçar um perfil sobre a maneira que a candidata à reeleição fez uso da internet para criar consenso em torno do seu projeto político e como a imprensa nacional nacionalizava esse projeto. Entretanto, antes é preciso apontar a conjuntura do primeiro mandato de Dilma Rousseff para que seja possível entender como se configura a campanha para a reeleição.

Dilma Rousseff venceu o candidato José Serra e tomou posse em primeiro de janeiro de 2011. Durante o primeiro mandato, a imprensa apontava a tutela de Lula em relação ao governo Dilma em virtude da alta popularidade do ex-presidente, eleito para dois mandatos, e o apadrinhamento de Lula à candidatura de Dilma Rousseff como sua sucessora já em 2008, quando era ministra da Casa Civil.

Mesmo não tendo uma trajetória política e sendo considerada pouco carismática, foi escolhida para ser a candidata do PT com apoio do PMDB e outros partidos de base aliada. Nos meses de campanha eleitoral, com a grande exposição no Horário Eleitoral, Dilma tornou-se conhecida do eleitorado e tendo como padrinho político Lula tornou-se favorita na disputa. No primeiro turno, chegou perto de ganhar com 46,91% dos votos válidos, contra 32,61% de José Serra (PSDB), em terceiro lugar Marina Silva (PV) com 19 milhões de votos (OLIVEIRA *et al*, 2016, p.34).

Em seu discurso de posse, durante o primeiro mandato, Dilma apresentou as diretrizes de seu governo exibindo como missão consolidar e avançar no caminho de uma nação geradora das mais amplas oportunidades. A presidente enalteceu os avanços do governo anterior apontando que, durante o ano de 2011, o país vivia um dos melhores períodos da vida nacional: milhões de empregos criados, taxa de crescimento dobrou em relação a governos anteriores, independência do FMI, diminuição da dívida externa, redução da dívida social responsável por resgatar milhões de brasileiros da tragédia da miséria e ajudando outros milhões a alcançarem a classe média (ROUSSEFF, 2011).

A então presidente referiu-se às medidas que deveriam ser implementadas no seu governo a reforma política, a reforma tributária, o apoio incondicional ao parque industrial brasileiro e a valorização da agricultura e pecuária, do grande exportador ao pequeno produtor familiar. Durante o primeiro mandato, foram lançados os programas: Rede Cegonha (2011), Brasil sem Miséria (2011), Programa Minha casa Minha Vida (segunda fase em 2011), Ação Brasil Carinhoso (2012), Programa Mais Médicos (2013), Plano Nacional da Educação- PNE (2014).

Embora os planos citados tenham relevância no Governo Dilma, a mesma não encontrou cenário econômico favorável como seu antecessor. O governo foi marcado por várias crises no âmbito econômico e também político. No econômico, como já mencionado, a crise econômica internacional produziu reflexos na economia brasileira provocando a desaceleração do crescimento. No âmbito político, a então presidente enfrentou escândalos de corrupção e dificuldade de negociação com o Congresso Nacional, bem como com partidos aliados (SILVA; BENEVIDES, 2017).

Em 2011, surgem as primeiras denúncias sobre a equipe presidencial. A primeira delas, envolvendo o Ministro Chefe da Casa Civil, Antônio Palocci, relacionado a enriquecimento ilícito. Por conta da denúncia, Palocci renuncia ao cargo, sendo e é substituído por Gleise Hoffman. Em 2012, vem à tona o Caso Cachoeira que, segundo investigação da Polícia Federal, o bicheiro Carlos Cachoeira mantinha relações com diversos parlamentares e também com a empresa Delta, empreiteira que gerenciava as obras do PAC (Programa Nacional de Aceleração do Crescimento).

Já em 2013, surgem as primeiras denúncias de corrupção na Petrobrás e a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Segundo a Polícia Federal, PT e PMDB estariam sendo favorecidos com repasses de dinheiro para a campanha presidencial de 2010. Foi também em 2013 que surgiram as primeiras manifestações populares contra o aumento das tarifas do transporte público, crítica à corrupção do governo e a realização da Copa do Mundo de futebol em 2014 no Brasil.

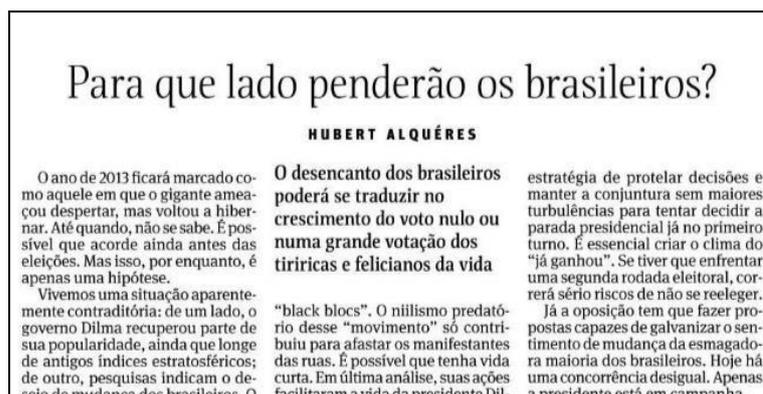
A priori, essas manifestações foram lideradas pelo Movimento Passe Livre (MPL), que surge em São Paulo. O MPL descreve-se como movimento organizado, apartidário, de luta contra o aumento de passagens. Entretanto, as manifestações de 2013 tomaram um rumo diferente do que pretendia o movimento e se transformaram em eventos contrários às corrupções políticas e partidárias e ao governo Dilma Rousseff (PINTO, 2017).

Os participantes eram jovens, pertencentes a grupos organizados, filiados a partidos políticos de oposição ao governo que chegavam às manifestações através de encontros marcados em grupos de redes sociais. Além desses, havia outros participantes, fato que caracteriza a diversidade do movimento. Foram às ruas o MPL, os *Black Blocs*, que defendiam um movimento violento de embate e identificavam-se como anarquistas, bancários, professores da rede estadual que reivindicavam melhores salários, jovens de classe média contra a corrupção, partidos políticos contra o governo, médicos contra o Programa Mais Médicos e grupos minoritários (até aquele momento) pedindo a volta dos militares (SILVA; BENEVIDES, 2017).

Em resposta, a presidente fez um pronunciamento para informar um pacto entre os governantes a fim de atender às exigências da população relacionadas ao aumento das tarifas de transporte e ainda propõe um plebiscito para eleger temas que poderiam ser abordados em uma possível reforma política, negada pelo Congresso. Diante desse contexto, Dilma Rousseff lança a campanha de reeleição em 2014.

O jornal *Folha de São Paulo* em matéria no dia 1º de janeiro aponta a incertezas relacionadas ao futuro presidente do Brasil em virtude da polarização política e do descrédito com a política nacional que elegeram para deputados estaduais e federais humoristas e pastores extremistas.

Imagem 6: Matéria do jornal Folha de São Paulo sobre a campanha de 2014



Fonte: Folha de São Paulo , 01/01/2014, p. 2

A análise da matéria escrita por Hubert Alquéres demonstra também que as incertezas em relação ao pleito de 2014 são resultados dos erros cometidos pela gestão de Dilma Rousseff que ocasionaram a crise política. Em virtude disso, quem ganhar a eleição deverá dar “um freio brutal de arrumação” na economia, segundo a publicação (ALQUÉRES, 2014, p.2). A reportagem, embora assinada, mostra a insatisfação com as medidas econômicas adotadas pelo governo.

No primeiro programa eleitoral exibido no HGPE, em 19 de agosto de 2014¹³, foram apresentados os feitos do primeiro mandato, para reforçar a ideia de continuidade. Além de mostrar em flashes e músicas entusiastas, imagens de grandes obras estruturais, como pontes, ferrovias e BRTs que começaram a ser construídos no primeiro mandato em virtude da copa em 2014.

Com duração de 11 minutos, o programa tentou demonstrar a capacidade de Dilma em lidar com a crise de governabilidade ocasionada com os protestos, mostrando que 36 milhões de pessoas saíram da miséria, 46 milhões foram para a classe média e como a crise econômica internacional não afetou o Brasil e que, para além disso, foram gerados 11

¹³ Os programas eleitorais de Dilma Rousseff estão disponíveis no canal do Youtube “Dilma muda mais” criado durante a campanha eleitoral de 2014. O canal possui mais de 130 vídeos da ex presidente em campanha e durante o governo com mais de 5.084 visualizações, até o momento desta dissertação.

milhões de novos empregos, foram criadas milhares de vagas em escolas e a ampliação da rede de proteção social criadas durante o governo Lula com o programa Brasil sem Miséria, garantindo a mudança do perfil sócio econômico. Também foi conferido destaque para a descoberta do Pré Sal e da garantia de que os recursos advindos da exploração dessa nova fonte de energia serem destinados para a educação e saúde, ocasionando um “novo ciclo de desenvolvimento” para o país.

Além da apresentação dos feitos do primeiro mandato, a presidente Dilma aparece em um jardim, com roupas claras, sendo entrevistada sobre como era ser presidente. Dilma Rousseff fala sem olhar para a câmera, como se não estivesse sendo gravada e faz uso de frases de efeito como: “Você tem que matar um leão todos os dias, é como subir e descer o Everest várias vezes”, com um sorriso e passando a ideia de leveza e de uma conversa informal.

Imagem 7: Programa Eleitoral de Dilma Rousseff 2014



Fonte: Canal do youtube muda mais 19/08/2014

Em seguida, uma narradora fala sobre a rotina da presidente enquanto passam imagens dela cuidando da casa oficial, cozinhando, cuidado do jardim e em carro oficial, como se estivesse indo ao trabalho público. A intenção era despertar a ideia de normalidade e pertencimento à realidade das mulheres brasileiras que assumem rotina dupla de trabalho, conciliando as tarefas no governo com cuidados domésticos e da família. Esta estratégia pode ser considerada como evidência do conservadorismo e do sexismo existentes na construção da imagem de Dilma Rousseff em campanha, embora tenha sido a primeira mulher presidente do país.

O programa também mostra a presidente sendo ovacionada em comícios e a aclamação da população em lugares em que Dilma fez visitas oficiais, em que é abraçada e recebe flores de pessoas durante esses eventos. Observa-se nessas imagens que a presidente sempre está vestida de vermelho, cor do PT, não aparece com seguranças, enquanto a

multidão a espera, para passar a imagem de um governo popular e em contato direto com a população.

Na imagem abaixo, capturada pelo fotógrafo Ichiro Guerra¹⁴, Dilma Rousseff está em um encontro com atletas no Rio de Janeiro durante evento de campanha. A fotografia foi publicada na página do jornal *O Globo*, no dia 20 de agosto de 2014, com uma chamada para a agenda de campanha da candidata à reeleição. É possível perceber na imagem o contato direto com os participantes do evento, assim como as imagens que são veiculadas nos programas eleitorais que a presidente está sem seguranças e enquanto todos sorriem para a foto a candidata preocupa-se em beijar uma das crianças, uniformizadas e com adesivos de campanha de Dilma e Lula juntos.

Imagem 8: Dilma Rousseff em Campanha de reeleição



Fonte: O Globo, 20/08/2014.

O programa do dia 19 de agosto também mostra Dilma Rousseff na entrega de chaves de casas populares construídas pelo programa “Minha Casa Minha Vida” e em entregas de certificados a alunos formados pelo PRONATEC. As pessoas que recebem os benefícios mostram-se emocionadas e em discurso de agradecimento à presidente, fato que expressa à eficiência dos projetos e do governo.

Em seguida, Dilma Rousseff aparece em ambiente reservado, vestida de vermelho, em discurso direto com a câmera, para falar sobre a sensação de “dever cumprido quando entrega as chaves da casa a uma família e percebe que aquilo é muito importante para cada um deles”. Além de agradecer as manifestações de apoio ao governo.

Os últimos minutos restantes são reservados à fala do ex-presidente Lula, exaltando as atitudes da presidente e elogiando a maneira como conduziu o governo e que a reeleição era necessária para ampliar a inclusão social e a estabilidade econômica. Em comparação ao

¹⁴ Fotógrafo com uma carreira diversificada, já atuou em vários veículos de comunicação como: Isto É, Revista *Veja*, *Folha de São Paulo*, *Revista Caras*, *Jornal do Brasil*, *Tribuna Brasil*. Na área política, cobriu duas campanhas eleitorais, a de Fernando Henrique em 1998 e a de Lula em 2006.

seu governo, o ex-presidente Lula aponta que “durante o meu primeiro mandato foram plantadas as sementes que foram colhidas no segundo mandato, é um processo de desenvolvimento que não podia ser interrompido com outro projeto político”. Com essa fala, o líder do Partido dos Trabalhadores demonstra a importância e necessidade de reeleição. E termina o programa dando as condolências e elogiando a trajetória política de Eduardo Campos, falecido em acidente aéreo.

Dois pontos devem ser observados no primeiro programa da campanha eleitoral de Dilma Rousseff em 2014: a primeira é o fato de apostar no caráter conservador da sociedade brasileira e na associação de que, apesar de ocupar o cargo máximo da política nacional, Dilma, como mulher exerce as funções domésticas, cuida da casa e da família. Além disso, a fala do ex-presidente Lula, exaltando as medidas implementadas por ele e que Dilma deu continuidade, legitima sua tutela em relação a presidente.

O programa foi postado em canal oficial no Youtube chamado “Muda Mais”, que possuía 14.369 milhões de inscritos, com possibilidade para que os militantes e apoiadores da campanha pudessem baixar o conteúdo e disponibilizá-lo em outras redes sociais, facilitando o processo de divulgação de informações durante a campanha; obteve 54 mil visualizações. Esse canal também foi utilizado para postar vídeos mais curtos, de 2 a 3 minutos, com simplificações das propostas da candidata, sabatinas e entrevistas, além de pequenos vídeos editados dos debates eleitorais. O canal também apresentava uma *playlist* de vídeos com o nome “Mostre a Cara”, em que eleitores davam depoimentos e explicavam o porquê de apoiar a candidata petista.

Em virtude dos escândalos de corrupção enfrentados pelo ex-presidente Lula, como o mensalão, e os escândalos da Petrobrás enfrentados pela Dilma no primeiro mandato, somados às jornadas de junho e às manifestações contra os desvios de recursos de obras da Copa, a equipe de marketing político dedicou um programa para apresentar as propostas para o combate à corrupção.

O programa foi exibido no dia 30 de setembro de 2014, com duração de 11 minutos e 24 segundos, em que foram apresentadas cinco propostas de combate à corrupção. O programa foi organizado com animações em computação gráfica, mostrando de forma simplificada cada uma das propostas escritas na tela e narradas com música animada. As propostas apresentadas foram: transformar em crime e punir com rigor os agentes públicos que enriquecem sem justificativa, modificar a legislação eleitoral para transformar em crime a prática de caixa dois, criar nova ação judicial para confiscar bens adquiridos de forma

ilícita, alterar legislação para agilizar julgamento de processos envolvendo desvios de recursos públicos e criar uma nova estrutura para acelerar investigação e processos contra quem tem foro privilegiado.

Após apresentação das propostas, Dilma Rousseff aparece novamente de vermelho, com tom de seriedade e olhando fixamente para a câmera para apresentar o objetivo das cinco propostas: tornar os julgamentos e processos de corrupção mais rápidos e criar punições mais duras, já que “a corrupção é um mal que precisa ser combatido” (ROUSSEFF, 2014).

No programa também foram abordadas propostas sobre a saúde, em que Dilma apresenta o programa “Mais Especialidades” que pretendia criar uma rede nacional de clínicas que ofereceriam à comunidade carente consultas, exames e tratamento especializado. Com imagens de uma clínica que já oferece esses serviços à comunidade no interior de São Paulo e com depoimentos de pessoas que usam a clínica, o programa mostrava um atendimento que funciona, sem filas, com pacientes e profissionais aparentemente felizes em um espaço estruturado, organizado, climatizado, completamente distante da realidade da saúde nacional e das clínicas que atendem ao Sistema Único de Saúde.

Na segurança, a proposta apresentada no programa do dia 30 de setembro foi a criação de um centro de controle integrado, do qual fariam parte Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional de Segurança, além da Polícia Civil e Militar e Forças Armadas, que seria implantado em todas as capitais brasileiras. Com imagens de centro de monitoramento eletrônico, o narrador apresenta dados positivos sobre os monitoramentos e faz associação com a redução no índice de criminalidade das regiões vigiadas sem, no entanto, apresentar dados estatísticos, pesquisas e fontes que atestem tal redução.

No que se refere à educação, o programa apresenta imagens de crianças em escolas reformadas, com carteiras e materiais escolares novos, sorrindo e com música entusiasta ao fundo. O narrador apresenta que durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff foi ampliado o número de vagas em escolas, foram construídas mais escolas e para o segundo mandato as propostas são: implantar o ensino em tempo integral, reforma do ensino básico, mudanças no currículo e criação de estímulo aos professores, além de ampliação do acesso às universidades, ampliação de vagas no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego- PRONATEC.

Após a apresentação das propostas, são exibidas imagens de Dilma Rousseff em cerimônia de entrega de certificados para alunos formados pelo PRONATEC, e alunos discursando em agradecimento a Presidente. E a fala da então candidata sobre o programa:

O PRONATEC é um programa de qualificação profissional melhor do que muitos existentes em países ricos. Foi assim que surgiu o PRONATEC inteiramente gratuito, garante transporte, merenda e acesso a cursos nos melhores centros de formação profissional do país em parceria com o Sistema S. Isso está mudando a vida de milhões de jovens no Brasil (ROUSSEFF, 2014).

Em seguida, para evidenciar a fala da candidata, um depoimento de uma aluna formada e encaminhada ao mercado de trabalho pelo programa do governo. A ex-aluna destaca que, ao sair do ensino médio, pôde escolher um curso técnico e optou pelo Técnico em Construção Naval e após finalizar o curso, foi encaminhada ao mercado de trabalho. As imagens mostram a ex-aluna em uma fábrica e a mesma com planilhas e equipamentos de segurança, em diálogo com um homem que aparenta ter mais idade que a mulher e que ouve suas explicações aparentemente sobre um projeto. Em seguida, a ex-aluna está sendo filmada na frente de um navio, e afirma “este é um filho do Brasil” e continua explicando a importância que essa oportunidade teve para mudar sua realidade. Em seguida, Dilma Rousseff aparece explicando a importância de programas como o PRONATEC para o país.

As falas da presidente e da ex-aluna, durante o programa, tiveram como função apresentar o crescimento do acesso ao ensino profissionalizante, o acesso de mulheres em profissões que antes eram exclusivas para homens e ainda a mobilidade social e os benefícios da rede de proteção social implantada e ampliada durante os governos do Partido dos Trabalhadores.

Em comparação ao primeiro programa, exibido no dia 19 de agosto, em que foi ressaltada a imagem de Dilma como mulher e tudo que a sociedade exige do que se configura “como ser mulher”, o cuidar da casa e da família, o carisma, a educação, o comportamento, somados às imagens de responsabilidade e de domínio que o programa ressaltou sobre a então candidata à reeleição, no programa de 30 de setembro, observa-se a escolha de uma ex-aluna mulher, que escolhe uma profissão técnica, um curso técnico de construção naval, um espaço que se acredita ainda ser de predominância masculina, com imagens da mesma dando ordens e explicação a um homem de aparência mais velha. Tal mudança carrega o peso de uma análise que rompe com padrões do que é ser mulher e em contraposição ao exposto no programa anteriormente citado.

O programa do dia 30 de setembro, também mostra, nos seus minutos finais, novamente, uma fala do ex-presidente Lula sobre a necessidade da reeleição para a continuidade dos projetos de Dilma Rousseff, bem como a continuidade do “novo ciclo de desenvolvimento”. Em seguida, elogia a postura da candidata à reeleição no debate de

primeiro turno realizado na Record “com respeito e seriedade à população e aos demais candidatos, Dilma apresentou as propostas que garantiram o cenário de desenvolvimento pleno” (LULA, 2014).

Após a fala do ex-presidente, aparecem vídeos editados do debate com a chamada “As contradições dos adversários de campanha”, Aécio Neves e Marina Silva. Mas, se a intenção era mostrar como os candidatos tratavam questões como aborto, homossexualidade e economia de forma contraditória, os vídeos mostram apenas a candidata do PT falando sobre essas contradições, sem mostrar as respostas dos candidatos.

As eleições de primeiro turno acontecem no dia 5 de outubro de 2014, e os candidatos Dilma Rousseff e Aécio Neves vão ao segundo turno. A candidata petista com 43.267.668 (41,59%) e o candidato tucano com 34.897.211 (33,55%) de votos, de acordo com a apuração do TSE.

Durante o segundo turno, os programas eleitorais tratam especificamente das propostas da candidata Dilma Rousseff, fazendo uso de efeitos visuais gráficos para mostrá-las, imagens de obras em infraestrutura, que continuam sendo utilizadas para demonstrar o desenvolvimento pelo qual o país está passando. Além disso, a candidata aparece durante os programas para agradecer o apoio à campanha e falar de forma breve sobre as propostas. Somados aos programas do HGPE, começam os debates televisionados de segundo turno, espaço importante para que os eleitores julguem o domínio de cada candidato sobre seus projetos políticos.

No decorrer do segundo turno da campanha, a polaridade entre PT e PSDB ficou ainda mais acirrada, construída a partir dos feitos negativos e ataques aos adversários, observados durante o debate realizado na emissora Rede Globo no dia 24 de outubro de 2014. O último embate antes do segundo turno foi organizado em 1 hora e 37 minutos e contou com a presença de eleitores indecisos na plateia que puderam fazer perguntas direcionadas a cada candidato através de sorteio. A fotografia que segue foi tirada por Ichiro Guerra, durante o debate da Rede Globo de Televisão e foi publicada na página do portal de notícia da emissora na internet.

Imagem 9: Registro do Debate de segundo turno na Rede Globo em 2014



Fonte: Portal de Notícia G1, 24/10/2014.

A fotografia escolhida para retratar o clima entre os dois candidatos que ganharam a preferência do eleitorado brasileiro e que disputam o segundo turno mostra os dois em clima de respeito e amistosos, com sorrisos e aperto de mão. Entretanto, os vídeos do debate transmitido ao vivo e mediado pelo jornalista William Bonner, durante o horário nobre da emissora, mostram um clima hostil e de tensão.

Em um momento de forte oposição entre proposições políticas, a sociedade brasileira vê-se imersa em um confronto polarizado entre dois partidos, fato perceptível no debate e no perfil dos candidatos na fotografia, na gravata azul e na blusa vermelha, encontram-se as marcas partidárias dos dois grandes partidos, PT e PSDB, que ali se digladiavam, materializando na estratégia de embate partidário/ideológico.

Por parte de Dilma Rousseff, a estratégia adotada pela equipe de campanha foi a de ataque ao adversário e apresentação de propostas e temas políticos como: políticas sociais, economia, corrupção, saúde e educação. A candidata usava o tempo de fala para mostrar as realizações nessas áreas e fazer perguntas sobre possíveis propostas do adversário.

Já o candidato do PSDB, Aécio Neves, pautou a sua estratégia nos debates em ataques diretos a candidata adversária e à exaltação das políticas do governo Fernando Henrique Cardoso, principalmente as medidas econômicas e o Plano Real implantado por ele quando ministro da economia do governo de Itamar Franco.

Por diversos momentos, os dois candidatos respondem as perguntas de maneira exaltada, com a expressão de seriedade e irritabilidade em relação ao adversário, fato que ressalta a agressividade adotada no segundo turno da campanha. Uma das primeiras questões abordada durante este debate foi a corrupção. Segundo a fala transcrita do candidato Aécio:

Candidata, essa campanha vai passar para a história como a mais sórdida das campanhas eleitorais do nosso sistema democrático, a calúnia, a infâmia, as acusações irresponsáveis foram feitas não em relação a mim, mas a Eduardo Campos, em relação a Marina, agora em relação a mim, isso é um péssimo exemplo, mas eu faço uma pergunta, candidata. A revista hoje publica que um dos delatores do "petrolão" disse que a senhora e o ex-presidente Lula tinham conhecimento da Petrobras. Dou a oportunidade, a senhora sabia, candidata, da corrupção na Petrobras? (NEVES, 2014).

A fala do candidato do PSDB aponta para um dos maiores escândalos de corrupção durante o governo Dilma, o recebimento de propina e desvios de recursos na Petrobrás. Além disso, Aécio Neves ressalta a forma como a campanha foi conduzida pela candidata à reeleição, fazendo acusações irresponsáveis aos seus adversários, “transformando a campanha em uma das mais sórdidas da história democrática do país” (NEVES, 2014).

Entretanto, a campanha do PSDB por diversas vezes apostou em ataques diretos à imagem da Presidente, a responsabilizando por escândalos de corrupção praticados por partidários. Da mesma maneira, a candidata do PT faz ataques diretos a Aécio, aos escândalos de corrupção em seu partido, bem como, ao governo do adversário em Alagoas. Em resposta a candidata do PT afirma:

Candidato, é fato que o senhor tem feito uma campanha extremamente agressiva a mim e isso é reconhecido por todos os eleitores. Agora, essa revista que fez e faz sistemática oposição a mim faz uma calúnia, uma difamação do porte que ela fez hoje, e o senhor endossa a pergunta. Candidato, a Revista Veja não apresenta nenhuma prova do que faz. Eu manifesto aqui a minha inteira indignação, porque essa revista tem o hábito de nos finais das campanhas, na reta final, tentar dar um golpe eleitoral e isso não é a primeira vez que ela fez. Fez em 2002, fez em 2006, fez em 2010, e agora faz em 2014. O povo não é bobo, candidato. O povo sabe que está sendo manipulada essa informação, porque não foi apresentada nenhuma prova. Eu irei à Justiça para defender-me e ao mesmo tempo, eu tenho certeza que o povo brasileiro vai mostrar a sua indignação no domingo, votando e derrotando essa proposta que o senhor representa e que é o retrocesso no Brasil (ROUSSEFF, 2014).

Nota-se na fala dos candidatos o tom de seriedade, ironia e a grande incidência de pronomes pessoais e da primeira pessoa, o que demonstra um discurso político que tange a moralidade. Além disso, o uso constante do vocativo “candidato” empregado para referência entre ambos, mostra a forma como se repreendem. A situação acontece durante todo o debate. O clima de hostilidade entre os dois transformou o debate em um espetáculo acompanhado em horário nobre.

A publicação que é citada pelos candidatos foi feita pela revista *Veja* no dia 29 de outubro de 2014, e apontava que o ex-presidente Lula e Dilma Rousseff sabiam de todo o

esquema corrupto na Petrobrás. De acordo com a publicação, o doleiro Alberto Youssef entrou na sala de interrogatórios da Polícia Federal em Curitiba para prestar depoimento em seu processo de delação premiada e afirmou categoricamente que os dois políticos sabiam do esquema, entretanto, não apresentou nenhuma prova (*Revista Veja*, 29/10/2014, p. 23).

Imagem 10: Capa da Revista Veja sobre o “Pretolão”.



Fonte: Revista Veja, 29/10/2014

A publicação da revista dias antes do embate de segundo turno representou uma tentativa de ganhar votos dos indecisos e representava a defesa de um projeto contra hegemônico favorecendo o candidato da oposição Aécio Neves. A corrupção constituía-se como principal problema a ser enfrentado pela petista em virtude dos vários escândalos envolvendo as lideranças dos partidos.

A polaridade entre os dois projetos rendeu discussões para além dos lares dos eleitores e migrou para a internet e as redes sociais, mecanismos que serviram como termômetro para as relações sociais que se estabeleceram durante o pleito de 2014. Segundo Oliveira (2016), os embates entre simpatizantes dos projetos em disputa na eleição de 2014 mostraram uma forma de mobilizar os eleitores e criaram grupos de pertencimentos de determinados candidatos, além de servir para intensificar a campanha negativa dos adversários, já que a internet ainda se configura como um lugar pouco regulamentado e pela facilidade na postagem (OLIVEIRA, 2016). Nesse contexto, o eleitor deixa de ser receptor e passa a ser produtor de conteúdo através das publicações em defesa ou contrários aos candidatos.

Segundo Janssen e Kies (2004), as possibilidades interativas da internet rompem barreiras, como as implicações demográficas, e com diferenças significativas em relação aos meios tradicionais de comunicação. Por existir presença e circulação de informações, existe

também um espaço para debate menos centralizado, mais aberto, sem limitação geográfica e temporal e permitem aos indivíduos maior liberdade para expressar suas opiniões.

O contexto das eleições de 2014 foi marcado pela polarização que com o advento da internet ultrapassou os limites internos da disputa presidencial e migrou para o ambiente digital através dos programas e páginas oficiais dos candidatos. Os eleitores puderam ter maior acesso à informação de maneira rápida e a produzir conteúdo também através das suas próprias opiniões sobre as propostas dos candidatos, já que se encontravam em ambiente propício para se replicarem pela rede. Em virtude disso, a indefinição sobre o resultado seguiu até a apuração dos votos, que confirmou a reeleição da presidente Dilma Rousseff com 51,7% dos votos válidos.

CAPÍTULO 2 - OS GOVERNOS FERNANDO COLLOR E DILMA ROUSSEFF ATRAVÉS DA MÍDIA BRASILEIRA

Construir uma narrativa histórica dos governos Collor e Rousseff através da mídia se justifica pelo fato de acreditarmos em sua relevância como registro privilegiado da História Contemporânea. Entretanto, tomar o jornalismo (jornal impresso, telejornal, revistas e suas variantes na internet) como fonte não significa tomá-los como reprodutores de verdades. O que se pretende, é uma análise a partir de suas parcialidades, a começar pelo grupo que o edita, a defesa de interesses presentes de acordo com seu posicionamento político e o público que esse jornal atinge, para, desse modo, construir a análise a respeito do governo de Fernando Collor (1990-1992) e Dilma Rousseff (2015-2016).

Segundo Tânia Regina de Luca (2008), desde a década de 1970, eram poucos os trabalhos que utilizavam jornais e revistas como fontes de pesquisas, tendo em vista que havia entre os historiadores certo receio em construir história por meio da imprensa. O receio, segundo Maria Helena Rolim Capelato (1988), está na busca pela verdade por parte dos historiadores. Diante da notícia impressa, os historiadores tinham duas posturas distintas. A primeira era o desprezo por considerá-la fonte suspeita ou o enaltecimento por encará-la como repositório de verdade (CAPELATO, 1988). Contudo, as concepções clássicas em torno da utilização do jornalismo como fonte foram sendo superadas como resultado do empenho de se repensar a História, suas dificuldades, enfoques e objetos de análises, visando não realizar análises precipitadas, acríticas e superficiais.

Cabe destacar que a partir das transformações desencadeadas pela Escola dos Annales¹⁵ ocorreram mudanças significativas na concepção de fonte histórica. Houve um destacado alargamento e aceitação do que poderia ser considerado fonte. Constituinte a fonte uma concepção de história-problema e integrando a pesquisa a interdisciplinaridade, a dita História Total é a inovadora proposta por parte dos Annales.

¹⁵ A Escola dos Annales foi um movimento de renovação da historiografia iniciado na França do final da década de 1920, com a fundação, por Marc Bloch e Lucien Febvre, da revista “Anais de História Econômica e Social”, propunha uma escrita da história que privilegiasse o econômico e o social em detrimento do político. Se opondo diretamente à produção historiográfica predominante no século XIX, a revista tornou-se um movimento de vanguarda na renovação do método de investigação histórica, divulgando, entre outras coisas, a concepção de uma história total que fosse desenvolvida a partir de uma problemática (história problema) e que utilizasse interdisciplinaridade como estratégia importante para se chegar ao conhecimento histórico. A reflexão sobre o caráter das fontes históricas também é outra contribuição da escola. A partir de então, o conceito de documento histórico será relativizado, no que tange a ideia de verdade e neutralidade, e enriquecido a partir da incorporação de novas formas de fontes históricas, além da escrita (DE LUCA, 2005, p.115).

Diante disso, podemos fazer análises históricas construídas a partir de novos olhares e novas perspectivas de fontes. Fazendo uso assim da imprensa, podemos identificar a relação existente entre esse meio de comunicação e o seu poder de difundir projetos e ideologias e (trans)formar opiniões na sociedade contemporânea, sobretudo quando analisamos a trajetória dos dois governos que foram destituídos no Brasil. Ao analisar o papel da imprensa enquanto aparelho privado de hegemonia durante os dois referidos governos, é possível mensurar a influência dos meios de comunicação nos processos políticos nacionais.

Collor, por exemplo, durante toda a campanha mantém, uma relação interessante com a mídia nacional. Através dela, tornou-se conhecido do grande público e conseguiu apoio ao seu projeto político, o neoliberalismo. Ao mesmo tempo os meios de comunicação, que também se configuram como empresas, aderiram ao projeto que a favorecia, apoiando o Caçador de Marajás. Entretanto, a partir dos acontecimentos do governo e a incompetência de Collor em efetivar o projeto político, a tornam-se aparelhos privado de hegemonia do movimento contra hegemônico, nacionalizando os escândalos políticos e contribuindo decisivamente para a crise de hegemonia que culminou no afastamento do presidente. O neoliberalismo, todavia, não foi descartado como projeto político-econômico para o país.

No caso do Governo Dilma Rousseff, a mídia nacional tinha ressalvas em relação à primeira presidente eleita do país, dando-lhe apenas o papel de “herdeira” do projeto político de Lula durante o primeiro mandato (2011-2014), em que todas as atitudes tomadas por Dilma eram noticiadas e respaldadas pela tutela do ex-presidente. Durante o segundo mandato, Dilma era criticada por mudar as estratégias do governo e se distanciar do projeto de Lula e as críticas dos meios de comunicação foram recorrentes durante toda a crise de hegemonia que culminou no afastamento da primeira mulher eleita para o mais alto cargo da política nacional.

Esse capítulo tratará primeiramente sobre os dois projetos políticos vitoriosos, em 1990 e 2014, o neoliberalismo e o social democrata, respectivamente. Em seguida, serão mapeadas as medidas dos governos e a crise de hegemonia do fenômeno Collor e de Dilma Rousseff, associando os dois casos à bibliografia sobre o período, sempre recorrendo às publicações da mídia nacional como fonte histórica.

2.1 Fernando Collor e o Neoliberalismo: principais medidas do governo

Através do uso do marketing político e com uma verdadeira empresa política eleitoral a seu favor, Fernando Collor construiu uma imagem que diante da crise econômica e

política do país tocou as massas populares e a elite empresarial. Nesse contexto, a escolha do projeto defendido por Collor significava a modernidade e a perspectiva de futuro promissor para as elites que se beneficiariam da política econômica de mercado (SOUSA, 2014).

Em 15 de março de 1990, Fernando Collor toma posse e anuncia as diretrizes para o processo de reconstrução nacional, pautadas na reformulação do papel do Estado, no combate à inflação e na modernização econômica por meio da abertura para o capital estrangeiro e das privatizações. Várias foram as imagens veiculadas sobre a posse do “Fenômeno Collor”, em destaque para a fotografia do jornalista Orlando Brito¹⁶, que acompanhou o candidato durante a campanha eleitoral para o jornal Folha de São Paulo. Na imagem, a perspectiva de Collor de braços abertos saudando a população no Palácio. Em destaque, a faixa presidencial e o perfil de satisfação do agora presidente.

Imagem 9: Posse de Collor em 1990



Fonte: CONTI, 1999, p. 239

Chegou ao controle do Estado Restrito o candidato defensor do neoliberalismo, em virtude do agravamento da crise econômica devido à falência do modelo intervencionista estatal implementado na década de 1930. No intuito de pautar a agenda governamental dos países da América Latina, a agenda neoliberal é instituída no Consenso de Washington em 1989 nos Estados Unidos. Segundo Teixeira (1998), o conjunto de deliberações aprovadas no consenso pode ser resumido em dois aspectos: a redução da intervenção estatal e a abertura da economia. Segundo Monica Piccolo (2010), as origens do embate entre projetos remontam ao lento e eficaz processo de construção de uma lógica discursiva que possibilitou que a

¹⁶ Fotógrafo que trabalhou para vários jornais como *O Globo*, *o Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo* entre os anos de 1980 a 1999. Atualmente é jornalista independente e editor do site de notícia “Os divergentes”, disponível em: www.osdivergentes.com.br. Em 2017 foi muito criticado em sites e blogues de outros jornalistas ao apoiar o presidente Temer quando Dilma Rousseff foi afastada do cargo.

agenda neoliberal fosse considerada única instância de manutenção da ordem e da prosperidade.

Vale destacar que embora medidas e determinadas políticas de cunho liberal tenham sido implementadas durante no governo Figueiredo (1979-1985) e no governo Sarney (1985-1990), o projeto político neoliberal se torna de fato agenda política no Brasil em 1990 com Fernando Collor (MACIEL, 2011), emergindo em 1990 em situação de prolongamento de crise política e econômica iniciada na década de 1980, além da institucionalidade democrática instalada no país. Segundo Figueiras (1999), em análise sobre o processo econômico e social que faz emergir o neoliberalismo como agenda de governo, é necessário antes de qualquer análise, diferenciar conceitualmente neoliberalismo, projeto neoliberal, modelo econômico e neoliberalismo periférico.

Desse modo, neoliberalismo é a doutrina política e econômica que surge pós-Segunda Guerra Mundial a partir da crise da política de bem-estar social. Projeto neoliberal, diz respeito ao método como o neoliberalismo se expressou no Brasil, especificamente a partir das disputas entre as distintas frações de classe burguesa e entre a classe trabalhadora. E, por fim, o modelo econômico neoliberal periférico trata sobre a maneira como o projeto econômico se estruturou no país a partir das estruturas econômicas anteriores que se diferenciam dos demais países latino-americanos (FIGUEIRAS, 1999).

Sobre o projeto neoliberal, Paiva (1990) acrescenta que a década de 1980 é marcada pelo período de reajuste da economia brasileira, caracterizada pela renda per capita estagnada, pela inflação acelerada, aumento da dívida externa e o fracasso de todos os diferentes planos de ajustamento da economia e retomada do crescimento. A causa apontada pelo autor para o fracasso da política econômica da América Latina, diferentemente do ocorrido com a economia europeia e dos Estados Unidos, está relacionada ao populismo econômico, configurado pela desigualdade de renda que gera um conflito econômico e assim a escolha da política econômica equivocada. O populismo econômico está dividido em duas fases: a primeira, marcada pela queda da inflação e elevação de salários e produtos e, por conseguinte, a queda no saldo da balança comercial e das reservas internacionais. Já durante a segunda fase, com a aceleração inflacionária, caem o salário e a crescem a produção e o déficit público.

No que se refere ao Brasil, além das duas fases citadas acima, acrescenta-se o fato do Estado ter servido a interesses privados, por exemplo, na compra de empresas em processo de falência ou no caso da estatização da dívida externa. E ainda o fracasso no estabelecimento

do pacto social, ou seja, a incapacidade política do governo em coordenar programas de entendimento entre a classe empresarial e a classe trabalhadora. Ou mesmo, o fracasso de ações entre as duas classes na tentativa de encontrar soluções para seus conflitos sem a intervenção do Governo (PAIVA, 1990). Em contrapartida, os países europeus e os Estados Unidos através da onda neoliberal, marcada pela austeridade, a política monetária restritiva e o programa de privatizações conseguiram a estabilização da economia e a retomada do crescimento (PAIVA, 1990). Nesse contexto, o neoliberalismo surge como alternativa do bloco de poder para assegurar a dominação social no Estado brasileiro.

Observa-se essa necessidade na análise da própria campanha eleitoral de 1989: a crise de hegemonia burguesa atingiu tamanha proporção que um partido de representação de movimentos sociais das classes subalternas com projeto político reformista e democrático popular chega a obter reais chances de tornar-se hegemônico. Embora o projeto defendido por Collor fosse o que tinha apoio de maior parte das frações burguesas, o compromisso do candidato com o neoliberalismo extremado não era suficiente para criar uma nova hegemonia burguesa, apenas para evitar a vitória da esquerda. Era necessário criar consenso em torno da nova agenda, uma vez que havia durante esse momento grande resistência de parte da burguesia em relação à redução das empresas estatais, além disso, as divergências nas questões de abertura comercial e bancária, que também não agradavam setores importantes do grande capital nacional.

Em discurso de apresentação do “Projeto de Reconstrução Nacional” (1990), Fernando Collor afirma que sua eleição retrata a liberdade cívica e deseja para suas propostas apoio consciente, fundamentado e sincero e em relação às críticas, que sejam feitas a partir de uma avaliação objetiva e racional (COLLOR, 1990). Os temas essenciais do projeto são: democracia e cidadania, inflação, a reforma do Estado e modernização econômica, preocupação ecológica, dívida social e a posição do Brasil no mundo contemporâneo.

Ao tratar sobre a democracia, o presidente eleito ressalta que a sua eleição se caracteriza como a reestruturação democrática, sendo que através de seu mandato ocorreria a retomada da tradição de direito, liberdade e justiça. Nesse sentido, todo o discurso do agora presidente aponta para o princípio democrático e prática da cidadania e as críticas ao socialismo utópico cedem espaço ao socialismo de preocupação ética e humanitária, com apego ao civismo e a cidadania (COLLOR, 1990).

Fernando Collor também aponta a inflação como “maior inimigo”, um problema que, além de desorganizar o país, também o desmoraliza, levando em consideração que o

Brasil é um país de grande potencial, além de ser uma agressão permanente ao assalariado. Ainda afirma que a meta do seu primeiro ano de governo não é diminuir a inflação e sim liquidá-la (COLLOR, 1990).

Em sintonia com os princípios neoliberais, o combate à inflação era apresentado como eixo central na condução da política econômica da nova agenda de governo, com efetiva materialidade através dos planos econômicos lançados durante o governo. Além disso, novamente em destaque, o combate a corrupção como justificativa essencial para a reforma do Estado: “fiz da luta pela moralidade do serviço público um dos estandartes da minha campanha” (COLLOR, 1990, p. 12). Nesse esse sentido, ao apresentar a inflação como principal problemática aponta a necessidade de equilíbrio no orçamento federal e a adequação do tamanho da máquina estatal para garantir sua eficiência.

(...) para obter o saneamento financeiro, empreenderei uma tríplice reforma: fiscal, patrimonial e administrativa. A dura verdade é que, no Brasil dos anos oitenta, o Estado não só comprometeu suas atribuições, mas perdeu também sua utilidade histórica como investidor complementar. O estado não apenas perdeu sua capacidade de investir como, o que é ainda mais grave, por seu comportamento errático e perverso, passou a inibir o investimento nacional e estrangeiro (COLLOR, 1990, p. 15).

Nota-se com o discurso de posse que a era liberal seria instituída no país, redefinindo as relações políticas entre as classes e frações de classes que constituem a sociedade brasileira. Os jornais deram destaque ao discurso e apontaram as medidas neoliberais que seriam implementadas no governo Collor.

Imagem 11: jornal *Folha de São Paulo* sobre o discurso de posse de Collor



Fonte: Folha de São Paulo, 16/03/1990, p. 1

O jornal Folha de São Paulo também deu destaque ao discurso de Fernando Collor em editorial intitulado “Palavras do Presidente”, fazendo, todavia, críticas ao discurso de

posse. Elogia-se a postura de Collor em apontar os principais problemas que devem ser combatidos, como a inflação e a reajuste nos déficits sociais. Entretanto, lança a dúvida em relação ao novo governo:

[...] mas se o futuro governo corresponderá de fato ao que se propõe eis uma pergunta que se torna mais candente a medida mesma que seu programa, de forma nítida e inteligente, aponta para soluções corretas e imprescindíveis na conjuntura brasileira (*Folha de São Paulo*, 16/03/1990, p. 2).

Imagem 12: Editorial do jornal *Folha de São Paulo* sobre o discurso de posse



Fonte: Folha de São Paulo, 16/03/1990. p.2

Após o discurso de posse, as expectativas voltaram-se para a apresentação do plano econômico. Fernando Collor estava apostando todas as fichas nas medidas econômicas que seriam adotadas no Plano Brasil. O plano econômico foi apresentado no dia 16 de março de 1990 em rede nacional pela ministra Zélia Cardoso de Mello.

Imagem 13: Apresentação do Plano Econômico



Fonte: O Globo, 16/03/1990, p. 2

Na imagem retirada do acervo do jornal *O Globo*, é possível visualizar parte da equipe econômica liderada pela ministra Zélia Cardoso durante a apresentação do plano econômico. O plano do governo intitulado “Plano Brasil Novo”, comumente conhecido como Plano Collor, ficou identificado como aquele em que ocorreu o confisco de dinheiro das cadernetas de poupanças. Todavia, apresentava um leque de outras medidas em áreas diversas, como política de renda, finança pública, reforma do Estado, política cambial e comércio exterior. Anunciadas junto ao confisco, essas medidas são relacionadas ao governo e não necessariamente ao programa de estabilização.

As principais medidas do plano foram o retorno do cruzeiro como moeda oficial, os saques das poupanças e contas correntes foram reduzidos a Cr\$ 50 mil, ficando o saldo restante limitado pelo Banco Central pelo prazo de 18 meses, congelamento de preços, extinção de organismos estatais, além de demissões no funcionalismo público. De acordo com o que Fernando Collor apontou durante discurso de posse, eram instituídas as reformas fiscal, patrimonial e administrativa (COLLOR, 1990).

Desse modo, a reestruturação das finanças do Estado passaria pela redução dos gastos públicos, pelo fim da concessão de benefícios, reformas fiscais, patrimoniais e administrativas, redefinição do papel do Estado, defesa da economia de mercado e da abertura ao capital externo, além da modernização econômica através das privatizações (PICCOLO, 2010).

Entretanto, a medida de maior relevância e discussão adotada pelo plano foi o bloqueio das cadernetas de poupança. De acordo com a Revista *Economia Brasileira de Economia*, podemos visualizar de maneira mais específica as propostas do Plano Collor. Sobre o bloqueio da liquidez.

Bloqueio da liquidez de parte considerável dos haveres financeiros, exceto o papel moeda em poder do público. Os valores em cruzado novos bloqueados ficaram recolhidos ao banco central do Brasil por 18 meses, recebendo juros de 6% ao ano mais correção monetária, creditados diariamente, e seriam liberados em doze parcelas mensais a partir de 19º mês (PERREIRA, 1991, p. 117).

Segundo Ramos (2006), o bloqueio temporário da maior parte dos haveres financeiros tinha como propósitos afastar a possibilidade de uma hiperinflação, neutralizar o poder de especulação dos agentes, favorecer o ajuste das contas públicas ao reduzir a carga de juros sobre a dívida interna e adiar por cerca de dois anos seu impacto no caixa do tesouro. Em análise sobre o confisco, o autor aponta que para os economistas e teóricos responsáveis

pela formulação da nova estratégia do governo para estabilizar a economia, o plano econômico penalizava os ricos e não os pobres, posto que apenas 10% da população possuíam ativos financeiros superiores aos 50 mil cruzeiros estabelecidos.

Todavia, o Plano Collor foi um grande choque para aqueles que difundiam a ideia de que seria no governo Lula que ocorreria o confisco dos recursos financeiros e a apropriação de recursos privados pelo Estado. Para Quintão (2011), Fernando Collor fez do seu governo um “Estado Patrimonial” através do confisco das cadernetas de poupanças e a principal consequência disso é o enrijecimento do Estado e asfixia da sociedade. Segundo o autor, um Estado Patrimonial é uma instituição que não possui destinações entre limites do público e do privado. Exatamente como ocorreu durante o governo Fernando Collor, da apropriação dos valores das contas correntes e cadernetas de poupanças ao *impeachment*, o governo de Fernando Collor apropriou-se dos recursos do Estado e do privado para utilização em esquemas de corrupção que em sua maioria estavam ligados à imagem do presidente (QUINTÃO, 2011).

Foi a primeira vez que um plano econômico ultrapassou a esfera do privado e confiscou o dinheiro das cadernetas de poupanças, em nome do bem comum. O efeito desse ato é impossível de ser avaliado em toda sua extensão. De maneira geral, toda a população brasileira foi afetada pelo confisco. Pessoas perderam suas casas, não puderam arcar com tratamentos de saúde, ficaram sem carros, sem pagar escolas ou faculdades, perderam dinheiro guardado para ser usado em benefício próprio para ajudar o país a conter a inflação.

Fernando Collor apostou todas as fichas em um plano arriscado para a retomada do crescimento, apostou sua popularidade, apostou seu governo, apostou sua carreira política, na tentativa de conter um mal que “assolava a sociedade brasileira e a impedia de crescer” (COLLOR, 1990, p. 20).

A repercussão do plano deu-se em toda imprensa nacional. Em matéria do dia 16 de março, o jornal *O Globo* dá destaque à medida mais polêmica do plano econômico: o confisco do dinheiro das contas correntes e cadernetas de poupanças. Com imagem de parte da equipe econômica, formada por Zélia Cardoso de Mello, Antônio Kandir e Ibrahim Eris, o jornal aponta que o confisco do dinheiro era uma medida audaciosa aos moldes do “Fenômeno Collor” e que embora arriscada, buscava conter a inflação e transformar o país na “potência de outrora”.

Segundo a matéria: “O plano econômico do governo Collor surpreende pelo seu impacto e violência. Realiza o mais brutal e impressionante ajuste de liquidez de que se tem

notícia na história brasileira” (*O Globo*, 16/03/1990, p. 3). A imagem utilizada na matéria mostra a equipe econômica, a fala de Kandir, enquanto a ministra da economia Zélia segura o queixo com a mão direita em posição de impaciência ou de contemplação de pouca importância sobre a medida que estava anunciando a população brasileira.

Imagem 14: Repercussão do Plano econômico através do jornal *O Globo*



Fonte: *O Globo*, 16/03/1990, p. 4

As reportagens apontam para a maior intervenção do Estado no que se refere ao confisco do dinheiro, entretanto, não apresentam opinião contrária à implementação do plano econômico, bem como das demais propostas do plano de governo. A imprensa, enquanto aparelho privado de hegemonia, foi essencial para a criação de consenso em torno das medidas econômicas, apresentando à população a necessidade das medidas, embora radicais e audaciosas, para a economia nacional voltar a crescer.

O plano econômico era arriscado e, como a ministra deduziu quando apresentou a medida de confisco a Collor, fez muitos brasileiros padecerem. A inflação voltou a subir e Collor atribuiu o fracasso do plano à "mentalidade inflacionária do brasileiro." (CONTI, 1999, p. 380), ou seja, não foi um problema de ordem governamental. O plano econômico que deveria vencer a inflação deu errado e a inflação do mês de maio ultrapassou a marca dos 3%, quando deveria estar em zero. A culpa, então, foi jogada sobre os brasileiros e a sua recorrente preocupação com os altos índices de preços e serviços.

O plano conseguiu baixar a inflação nos meses seguintes, mas voltou a crescer ao longo do ano. Em fevereiro de 1991, foi lançado o Plano Collor II, que pretendia controlar a inflação através do controle dos gastos públicos e da modernização da indústria brasileira. Entretanto, a inflação voltou a subir e, em consequência, a ministra Zélia Cardoso de Mello foi substituída por Marcílio Marques Moreira.

O plano econômico também foi destaque nos jornais maranhenses. No jornal *O Estado do Maranhão*, as reportagens envolvendo as medidas do presidente são recorrentes e apresentam a oposição desse aparelho privado de hegemonia no estado nordestino. Em reportagem sobre o novo plano econômico do governo, o jornal com a reportagem: “Plano Collor tornou o Brasil mais pobre”, fala sobre as consequências das novas medidas econômicas para o Maranhão.

Imagem 15: Repercussão do plano econômico no jornal *O Estado do Maranhão*



Fonte: *O Estado do Maranhão*, 23/04/1991, p.9

A reportagem aponta que em 1991 o estado necessitou de Cr\$ 4 bilhões para pagamento do funcionalismo público, com um aumento de 20% em relação ao ano anterior a implementação do plano econômico (*Estado do Maranhão*, 1991, p. 9). Mesmo tratando do plano em relação a todo país, no título da reportagem o jornal retrata apenas a folha de pagamento do Maranhão, sem nenhum outro dado relacionado a outros estados ou análises que reforçam a informação previamente apresentada na manchete.

O Estado do Maranhão, nessa reportagem, também aborda uma reunião entre Collor e os governadores eleitos para dar início à articulação de um pacto político com o objetivo de garantir a estabilidade econômica e a consolidação da democracia (*Estado do Maranhão*, 1991, p. 9). Essa atitude do governo aponta para a necessidade de criar uma base de apoio para garantir a governabilidade a começar pelos governos estaduais.

Pereira faz uma análise sobre os planos econômico do governo Collor na *Revista Brasileira de Economia*, destacando que,

Continuou com uma avaliação positiva do plano do ponto de vista econômico. Considero-o coerente e progressista, combinando de maneira equilibrada ortodoxia e heterodoxia. Do ponto de vista político, todavia, é inegável seu caráter autoritário que se expressou principalmente no total desinteresse do governo em chegar a um entendimento social antes de editar o plano (PERREIRA, 1991, p.83).

Nos planos econômicos do governo Collor havia medidas arriscadas que colocaram em xeque todo o discurso construído pelo candidato no período da campanha. Na análise de

Bresser Pereira, é identificado o caráter moderno e coerente do plano, entretanto, apontada também a incapacidade do presidente de dialogar com a população, uma vez que estabeleceu medidas tão impopulares e radicais para controlar a inflação.

O Plano Collor representou a efetivação do projeto neoliberal como agenda no país e tinha o combate à inflação como premissa, entretanto, representava um ambicioso processo de redefinição de padrão de acumulação capitalista e de ofensiva contra direitos sociais e trabalhistas (MARCIEL, 2011). Nessa conjuntura, a redefinição do papel do Estado acontece com a venda de estatais nos setores de siderúrgica, petroquímica e fertilizantes, com a extinção de órgãos, e com os primeiros cortes de pessoal no funcionalismo público (PICCOLO, 2010).

Somados à crise econômica, os escândalos políticos do ano de 1990 a 1991 tomam as manchetes dos principais meios de comunicação do país. A popularidade do presidente começa a cair em virtude da dificuldade de programar medidas significativas para conter a crise. Nesse contexto, o “Caçador de Marajás” lança o Projeto de Reconstrução Nacional (1991), no qual estão explicitadas as principais tarefas necessárias para enfrentar os desafios internos e externos. De acordo com o projeto, as medidas objetivavam reerguer a economia e resgatar a dívida social para que o país atinja metas aceitáveis de prosperidade e justiça social (COLLOR, 1991).

Quadro 1: Medidas do Projeto de Reconstrução Nacional

| OS DESTAQUES DO “PROJETÃO” | |
|---|--|
| <p>Papel do Estado Apoiar a transformação da estrutura produtiva e corrigir desequilíbrios sociais e regionais.</p> | <p>Relação capital /trabalho Fim do imposto sindical e da intervenção do Estado. Será estimulada a negociação coletiva.</p> |
| <p>Modernização da economia A base para isso será a política industrial e do comércio exterior, além da política agrícola.</p> | <p>Educação A presença do Estado é fundamental. A iniciativa privada caberá um papel complementar.</p> |
| <p>Infraestrutura econômica Fim do monopólio estatal nas telecomunicações, petróleo, energia e portos.</p> | <p>Questão social Reformar o crescimento econômico e viabilizar preços reduzidos para a cesta básica.</p> |

| Padrão de financiamento | Previdência social |
|--|---|
| Setor financeiro exercerá efetivamente o papel de canal de recursos para a produção. | Revisão das aposentadorias por tempo de serviço, para trabalhadores rurais e professores. |

Fonte: Folha de São Paulo, 14/03/ 1991, p.02.

O novo projeto impõe ao estado duas grandes tarefas: apoio à transformação da estrutura produtiva e correção dos desequilíbrios sociais e regionais. Nesse sentido, o novo governo pretende, através da agenda neoliberal, a transformação do papel instituído pelo Estado. De acordo com o projeto, a retomada do crescimento sustentado se dará a partir da transformação da estrutura produtiva que contemple aumento sistemático da produtividade, melhoria permanente da qualidade de produtos e serviços e fomento à capacidade de inovação (COLLOR, 1991).

Caberá ao estado criar as condições macroeconômicas e prover, em trabalho conjugado com a iniciativa privada, a infraestrutura econômica, tecnológica e educacional necessária à reestruturação competitiva das empresas. Para reverter à situação de grave desequilíbrio social e regional, é necessário, além de mecanismos alternativos de financiamento à infraestrutura social, estabelecer, por meio da coordenação das diversas esferas de governo, políticas sociais, regionais e de caráter compensatório. Assim, o estado estará recuperando sua dimensão de promotor do bem-estar social (COLLOR, 1991, p.33).

Para Martins (1991), o “Projeto Renovador” não foi explicado claramente por Fernando Collor durante a campanha de 1989, que só conseguia ser percebido através de fragmento de discursos do candidato e após a posse em algumas medidas parciais e isoladas do governo que apontavam no plano uma etapa preparatória para a nova definição do Estado, reformulação do modelo de desenvolvimento e nova inserção internacional do País (MARTINS, 1991).

O discurso neoliberal procurava mostrar a superioridade do mercado frente à ação estatal (BOITO JR, 2016). Nessa prerrogativa, a agenda neoliberal exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa privada, rejeitando a intervenção estatal na economia. Segundo Boito Jr (2016), essa ideologia de exaltação do mercado se expressa através de um discurso polêmico, assumindo a forma de uma crítica agressiva a intervenção do Estado na economia.

As medidas de Fernando Collor levantavam muitas dúvidas, mas o ponto em comum e de acordo entre os partidos de oposição ao governo, Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Comunista Brasileiro (PCB), é o

reconhecimento da legitimidade do mandato presidencial, o que não impede que houvesse consideráveis áreas de divergências, sobretudo no que diz respeito ao projeto político defendido por Collor.

É no panorama de crise hegemônica que Collor tenta garantir a governabilidade durante os anos de 1990 e 1991. Os primeiros escândalos políticos envolveram o núcleo duro do governo começam a ser noticiados. Através do jornal *Folha de São Paulo*, em 1990, vem à tona o escândalo envolvendo a contratação de empresas de publicidade sem licitação. Em matéria, “Seleção para publicidade oficial”, a Folha apresenta a abertura de licitação para contratação de novas empresas de publicidade. Mostrando que esse processo de contratação estava suspenso desde junho de 1990, entretanto, antes da suspensão, empresas ligadas a Fernando Collor durante a campanha já haviam sido contratadas sem licitações (*Folha de São Paulo*, 05/09/1990, p. 04).

Imagem 16: reportagem sobre a contratação sem licitação de empresas de publicidade



Fonte: Folha de São Paulo, 05/ 10/1990. p. 1

A reportagem do jornal *Folha de São Paulo* demonstra o papel de fiscalização e controle das ações do governo Collor e o posicionamento do jornal em relação a esta gestão. O veículo de comunicação adota, ao retratar a postura de Collor, um discurso de ironia e crítica em relação a cada estratégia adotada por Fernando Collor, embora ressalte que o projeto neoliberal é o mais adequado para resolver a crise econômica do país.

Em seguida, o presidente da Petrobrás pede demissão do cargo, como justificativa acusa Paulo Cesar Farias¹⁷ de tráfico de influência. A *Folha de São Paulo* cita o

¹⁷ Paulo Cesar Farias foi tesoureiro e coordenador da campanha presidencial de Fernando Collor em 1989 e o responsável pelo esquema de corrupção conhecido como Esquema PC de arrecadação de dinheiro para a campanha em troca de favores políticos durante o pleito de 1989.

envolvimento de Claudio Humberto, porta voz do Governo, em estranhos negócios imobiliários. Além de apontar também a descoberta no Ministério da Ação Social que as ações relacionadas à área de infância tenham caído na rede de tráfico de influências. E o jornal completa, “se existe alguma rede de corrupção contra a figura do presidente é de seus parentes e amigos, o resto é fichinha” (*Folha de São Paulo*, 15/09/1991, p.2).

Em agosto de 1991, são veiculadas as denúncias contra Rosane Collor à frente da Legião Brasileira de Assistência (LBA)¹⁸. As denúncias envolvendo a primeira dama apontam para compras superfaturadas e desvio de dinheiro da instituição durante o comando de Rosane. As investigações apontaram para desvios em nome de uma instituição cujo endereço era a casa da mãe de Rosane Collor. Como resultado, a primeira dama foi afastada do cargo e a popularidade do presidente que já estava em baixa só piorou.

As tentativas de Fernando Collor de conter a crise não logravam êxito. Tentando ampliar sua base política, em junho de 1991, Fernando Collor reuniu-se com Leonel Brizola (PDT) e estruturou um acordo de cooperação entre os governos estadual e federal. Esse sinal de cooperação entre Collor e Brizola não deixou a direção das Organizações Globo, fiel apoiadora desde a campanha eleitoral, satisfeita (CONTI, 1999).

Além dessas das denúncias citadas, no final de 1991, novas denúncias de irregularidades envolvendo o Exército foram propagadas¹⁹. A instituição foi acusada de fazer concorrência superfaturada para compras de fardas e equipamentos. O general Carlos Tinoco não deu explicações, claras o suficiente, que pudessem impedir o Tribunal de Contas da União de iniciar as apurações. No mesmo período, o Ministério da Saúde também foi acusado de compra de material de forma irregular, beneficiando uma empresa ligada ao ministro Alcení Guerra, que fora indiciado em inquérito da Polícia Federal por prevaricação. Sobre as denúncias citadas acima, o presidente apenas disse que seriam apuradas e as irregularidades seriam punidas (COLLOR, 1991).

Como uma das tentativas de conter a crise institucional e aumentar a popularidade do governo, Collor lança o Emendão, conjunto de medidas provisórias, lançadas em 1991, que segundo o presidente tinham caráter emergencial, e estavam relacionadas à economia, à dívida externa e necessitam de aprovação pelo Congresso Nacional.

Levando em consideração que o que estava em jogo no Brasil de então era garantir a naturalização do projeto proposto por Collor ainda durante as eleições e a construção de um

¹⁸ Em reportagem publicada pelo *Jornal do Brasil* no dia 12 de agosto de 1991.

¹⁹ Em reportagem publicada pelo jornal *O Estado de São Paulo* em 15 de outubro de 1991.

consenso espontâneo em torno do que seria a solução para os problemas nacionais, a imprensa tem fundamental importância no que diz respeito à criação desse consenso em relação às essas novas medidas econômicas e sociais propostas por Collor.

Durante o longo processo de negociação com o Congresso para a aprovação do Emendão, algumas emendas tiveram que ser reanalisadas pelo governo por não terem sido aprovadas. Uma delas, está relacionada à revisão constitucional. Segundo o jornal *O Globo*, seria a que mais pesaria ao país: “É pena que não seja possível fazê-lo agora: o preço para a nação não será baixo”. Identifica-se, assim, a posição do jornal em relação às emendas do governo (*O Globo*, 4/9/1991, p. 5).

Entretanto, a mudança feita por Collor nas emendas para que fossem aprovadas pelo Congresso Nacional já demonstrava uma abertura para negociação, como forma de reverter seu isolamento político e consolidar alianças eficazes para promoção da governabilidade. Em determinado momento da crise de hegemonia, o presidente percebe que precisa, muito embora em momento tardio, criar alianças políticas e formar uma base de apoio mais sólida no Congresso Nacional para assegurar sua governabilidade. Essa tomada de consciência do “Caçador de Marajás”, talvez justifique tal tentativa de negociação com o Congresso, assim como a realização da reforma ministerial após a divulgação de vários escândalos políticos envolvendo sua equipe do primeiro escalão.

Embora o presidencialismo dê certa estabilidade ao processo político e assegure a renovação do quadro dirigente, pode produzir oscilações em decorrência dos embates existentes entre base do governo e oposição. Essa disputa de poderes, que Brasília Sallum JR. (2011) chama de “legitimidade dual”, surge a partir da concentração de poderes na presidência. Desse modo, há uma polarização institucional, uma disputa de poderes entre as instituições (SALLUN JR., 201). Isso no que diz respeito à fraca base de apoio que Collor tinha no congresso.

Durante o início de 1992, o governo já estava abalado. As várias denúncias e a falta de uma base de apoio político sólida enfraqueceram o presidente. Na intenção de conter a crise, Fernando Collor lança medidas emergenciais relacionadas a incentivos fiscais, convênios, estabilidade no funcionalismo público, mudanças na aposentadoria e redução de impostos, além de uma reforma ministerial para aumentar a credibilidade do seu governo.

A reforma ministerial foi destaque em vários jornais brasileiros. No jornal *O Estado do Maranhão*, no dia 2 de abril de 1992, em matéria “Collor começa o governo com a posse dos novos”, o jornal destaca a posse do novo secretário do governo, Jorge Bornhausen, e o novo

Ministro da Justiça, Célio Borja, que afirma que “há uma febre de especulações em torno de possíveis irregularidades no governo que vieram a virar verdades sem que passem pelo crivo da Lei” (*O Estado do Maranhão*, 02/04/1992, p. 4). A fala do novo ministro evidencia a postura favorável ao governo em relação às denúncias de corrupção, além de demonstrar a postura do magistrado em relação à imprensa nacional que já durante esse período veicula as denúncias de corrupção questionando a equipe presidencial e o próprio presidente.

Imagem 17: Repercussão do novo ministério no jornal *O Estado do Maranhão*



Fonte: *O Estado do Maranhão*, 02/04/1992, p. 4

O fragmento acima retrata a tentativa de Fernando Collor de aumentar a base de apoio ao governo com uma reforma ministerial, como estratégia para minimizar a crise e proteger seu cargo. Mas até lá, ainda haveria muita especulação e muita pressão política por cargos. Ao demitir dos ministérios seus aliados políticos, Collor sinalizou que só permanecia no cargo quem mostrasse competência administrativa.

A posse dos ministros também foi destaque no jornal maranhense *O Imparcial* do dia 10 de abril de 1992. O veículo destacou a presença de intelectuais orgânicos de outros governos no novo ministério de Collor e as críticas recebidas pela imprensa, que tratava essas posses como retrocesso do governo, uma vez que em campanha Fernando Collor afirmava total distanciamento com políticos de outros governos. Em resposta, Collor afirmou que: “a contribuição da experiência não quer dizer volta ao passado, muito pelo contrário, quer trazer a garantia de que vamos evitar erros” (*Imparcial*, 10/04/1992, p. 9). A imagem utilizada para retratar a posse mostra Fernando Collor em discurso à frente dos novos ministros.

Imagem 18: Repercussão do novo ministério no jornal *O Imparcial*



Fonte: O Imparcial, 10/04/1992, p. 9

Durante o mês de maio de 1992, Pedro Collor desestabiliza a vida política do país, já conturbada em virtude dos recorrentes fracassos da implementação do projeto do “caçador de Marajás”. Em entrevista, Pedro Collor²⁰ fez denúncias de corrupção envolvendo diretamente o presidente e Paulo Cesar Farias, a quem acusou de tráfico de influências no governo.

A reportagem dá voz ao irmão do presidente que deixa claro que a campanha do “Fenômeno Collor” significou a incursão do político e do amigo PC Farias ao potentado das finanças e da indústria do Rio e São Paulo, além de dar-lhe acesso ao submundo de dinheiro de campanha e sonegação de impostos e evasão de divisas (*Jornal do Brasil*, 24/05/1992, p. 4).

Durante a campanha eleitoral de 1989, Paulo Cesar arrecadou 160 milhões de dólares e, desse valor, sobraram 60 milhões que foram usados durante o período de transição do governo e também deixados em caixa para serem utilizados na campanha de reeleição, uma vez que precisaria de uma bancada forte e de governadores que apoiassem o seu governo (CONTI, 1999). Para a arrecadação de todo esse montante, PC Farias formou clubes com três categorias de sócios “numa delas, composta de vinte empresários, pediria 1 milhão de dólares a cada um dos integrantes. A dez empresários pediria 3 milhões de dólares. De cada um dos cinco empresários (...) obteria 10 milhões de dólares” (CONTI, 1999, p. 307).

Paulo Cesar administrou bem o dinheiro arrecadado: apenas entre março e agosto usou cheques de suas empresas para transferir boa parte do dinheiro para conta de pessoas

²⁰ Entrevista nacionalizada pelo *Jornal do Brasil* no dia 24 de maio de 1992.

próximas a Collor, como sua ex-mulher e secretários, assessores, além de pagamento de despesas da casa do presidente (*Folha de São Paulo*, 11/05/1992, p. 3)

Também em maio de 1992, a revista *Veja* trouxe o irmão do presidente na capa, com manchete “Pedro Collor conta tudo”. A foto de capa foi capturada por Sérgio Dutti²¹ e mostra o irmão do presidente com olhos fixos nas lentes do fotógrafo e testa franzida, e um quase sorriso, discreto. A imagem mostra Pedro Collor com semblante sério e abaixo do título em vermelho lê-se: “o vídeo e a entrevista com os ataques do irmão do presidente”. A imagem e o termo “ataque do irmão” mesclam a questão política nacional com desentendimentos familiares e disputas de poder entre os irmãos.

Imagem 19: *Veja* sobre as denúncias de Pedro Collor



Fonte: Revista *Veja*, 9/05/1992.

Nessa conjuntura, Fernando Collor já estava com a imagem desgastada, não bastavam as denúncias envolvendo a equipe presidencial, que ocasionaram várias alterações ministeriais e fissuras no bloco do poder, agora teria que lidar com a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, resultado das denúncias do irmão.

A capa da revista *Veja* ressalta ainda a mudança de posicionamento da revista em relação a imagem de Fernando Collor, uma vez que, em 1988, outra capa da revista, em que Collor foi fotografado a frente da tela Avatar em 1988, contribuiu decisivamente para a criação do “Caçador de Marajás”, enquanto que a capa com Pedro Collor durante uma crise governamental inflamava a situação crítica do governo.

A partir da investigação do envolvimento de Collor com o esquema PC, fica ainda mais evidente a crise hegemônica do governo. Durante esse período, os jornais defendem o afastamento do presidente e narram a crise política que se reflete nas ruas através do movimento “Fora Collor”.

²¹ Fotógrafo da revista *Veja* de 1987 a 1995.

É necessário, entretanto, reforçar que os jornais, com aparelhos privados de hegemonia, têm a capacidade de criação de consenso em torno do projeto que acreditam ser o melhor para o país dentro da lógica do capital. Ao defenderem o afastamento do presidente, reconhecem que Fernando Collor falhou no processo de tornar esse projeto hegemônico e não que esse projeto não é mais apropriado à conjuntura política econômica e social do Brasil pós Ditadura Empresarial Militar.

A crise política só se intensificava, e as manifestações populares tornavam o clima ainda mais instável, a princípio comandadas pelo Movimento Estudantil no Rio de Janeiro e em São Paulo e depois tomando força em outras capitais e cidades brasileiras. Configurou-se, assim, um dos mais intensos movimentos políticos populares que culminou no afastamento do Presidente.

No dia 12 de agosto de 1992, o jornal *Folha de São Paulo*, noticia “Governo tenta barrar relatório da CPI, passeata organizada por estudantes em São Paulo reúne mais de 10 mil a favor do *impeachment*”. Nessa matéria aparece uma discordância de dados. Enquanto os organizadores dizem que o movimento reuniu 20 mil pessoas, a Polícia Militar diz que o ato reuniu apenas 10 mil pessoas. Na matéria, também aparecem as primeiras fotos de estudantes com os rostos pintados.

Imagem 20: Os “Caras Pintadas”



Fonte: Folha de São Paulo, 12/08/1992, p.1

Depois dessa manifestação, que gerou surpresas e discussões sobre a crise política que se instaurava no país, Collor faz um chamado para que a população saísse às ruas demonstrando apoio ao governo, vestida de verde e amarelo. No dia 15 de agosto de 1992, depois do pedido de Collor, a FSP intima a população a usar preto e faz uma tentativa de mostrar os dois lados, abaixo da frase “Use preto em protesto”.

Imagem 21: Manifestações de *Impeachment* no Rio de Janeiro



Fonte: Folha de São Paulo, 15/08/1992, p.1

Nessa mesma edição, por meio da manchete “Rio faz maior ato pelo *impeachment*; Collor usa Caixa na guerra das cores”, o jornal retratou o ato no Rio de Janeiro, no dia 14 de agosto, reunindo, segundo a reportagem, entre 25 a 50 mil pessoas, já a Polícia Militar falava em apenas 10 mil pessoas.

Em matéria do dia 17 de agosto, “Multidões vestem luto nas capitais”, o jornal *O Globo* destacou a manifestação do “Domingo Negro”, limitando-se a apontar a quantidade de pessoas no movimento e os locais onde ocorreram. Entretanto, informou também sobre o movimento de apoio ao presidente que ocorreu em frente à casa da Dinda, residência de Fernando Collor, que reuniu de trezentos a quinhentas pessoas (*O Globo*, 17/08/1992, p. 06).

O jornal *O Estado do Maranhão* deu destaque à manifestação que ocorreu em São Luís, em matéria publicada no dia 17 de agosto, com o título: “Estudantes em São Luís defendem o *impeachment*”, apontando que “milhares de estudantes universitários e secundaristas foram às ruas pedir o afastamento do presidente da República, vestidos de preto e com cânticos de ordem os estudantes amanhecem, pedem o impedimento do mandato e ética na política nacional” (*O Estado do Maranhão*, 17/08/1992, p. 01).

Imagem 22: Manifestações pró *impeachment* em São Luís



Fonte: O Estado do Maranhão, 17/08/1992, p. 1

Como é possível observar na imagem, a manifestação seguia as mesmas determinações das daquelas em outras cidades, faixas com frases de ordem, manifestantes com rostos pintados e na maioria vestidos de roupas escuras. A imagem também foi posicionada na capa da edição. Além das faixas pedindo o *impeachment* é possível notar bandeiras partidárias e faixas levantando também a questão da terra demonstrando a heterogeneidade do movimento e sua proporcionalidade.

Na edição de 21 de agosto de 1992, o jornal maranhense *O Imparcial* noticia: “Protestos atingem Collor em SL”. Na referida matéria, aponta para uma nova manifestação organizada pelos funcionários da Caixa Econômica e do Banco do Brasil junto com lideranças do Partido dos Trabalhadores. O fato noticiado demonstra o quanto a oposição do governo estava empenhada em consolidar a crise hegemônica do Governo Collor na capital do estado (*O Imparcial*, 29/08/1992, p. 1).

A imagem utilizada na reportagem mostra vários estudantes vestidos com cores escuras a frente da biblioteca pública Benedito Leite, na Praça Deodoro, no centro da capital maranhense, e em destaque uma estudante com o rosto coberto com um lenço com em que se lê “fora Collor”.

Imagem 23: Manifestações pró *impeachment* no Maranhão



Fonte: O Imparcial, 29/08/1992, p. 1

Ao longo do seu governo, Fernando Collor buscou lograr êxito na sua luta contra a inflação e conseguir a retomada do crescimento. Entretanto, suas medidas em decorrência da falta de apoio político foram demoradas e as polêmicas em torno de seu governo só aumentavam.

Para Skidmore (2000), a crise enfrentada sem sucesso pelo Presidente é decorrência da falta de capacidade de persuasão democrática, falta de negociação em decorrência da personalidade arrogante de Collor, além da falta de apoio do Congresso. Mesmo levando em consideração os fatores ambientais e institucionais, não teria havido *impeachment* se não fosse pela falta de atributos pessoais do então Presidente (SKIDMORE, 2000).

Em contrapartida, não se pode levar em consideração apenas a personalidade de Fernando Collor como fator principal para a crise de hegemonia. As manchetes encontradas nos jornais em análise apontam para a falta de apoio social associado à situação de crise em que o país estava envolto, mas também mostram a tentativa de Collor no intuito de manter negociações com o Congresso e de tentar a formação de uma base de apoio mais sólida, que ocorre quando ocorreram as reformas ministeriais. No entanto, essas atitudes não foram suficientes para alavancar o carisma de Collor e manter o apoio popular.

Para Brasílio Sallum e Casarões (2011), as causas para o *impeachment* estão na personalidade, base sociocultural e a base política partidária fraca de Collor. Os autores defendem que, além dos fatores citados, também seja levada em consideração a dinâmica social das instituições políticas, ou seja, a coalizão político-democrática estabelecida pelo centro e direita (PMDB, PSDB e PT) como núcleo motor do processo de afastamento (SALLUM; CASARÕES, 2011, p. 12).

A autora Barbara Geddrs (2000), por meio do mapeamento da corrupção, identifica as características do sistema político que aumentaram os benefícios decorrentes das práticas corruptas e as mudanças que ocorreram na prática da corrupção brasileira, além de identificar os fatores sistemáticos que tornaram essas mudanças possíveis (GEDDRS, 2000). Para a autora, foram as mudanças na legislação eleitoral e na constituição que aumentaram a probabilidade de corrupção, isso porque diminuíram a capacidade do Executivo para forjar coalizões estáveis e assegurar a fidelidade de seus seguidores no Congresso favorecendo práticas corruptas e clientelistas.

Diante do desgaste do governo, a grande imprensa teve que rever suas posições de apoio ao presidente. Mas, isso acontece de maneira lenta e gradual pois, até o início de 1992, as denúncias de corrupção e as críticas à política econômica eram ofuscadas nos noticiários por aparições do presidente aviador, carateca e motoqueiro. No entanto, com o agravamento das denúncias confirmadas por Pedro Collor, os grandes veículos de comunicação nacional começam a adotar posturas cada vez mais críticas.

Desse modo, a oposição ao governo começa a ver a possibilidade de movimento contra hegemônico muito mais abrangente, com a criticidade da mídia somada ao movimento estudantil, mobilizando estudantes e outras camadas sociais ao longo do movimento, conseguindo assim maior apoio popular. Os “Caras Pintadas” traziam, além de cor às páginas dos jornais, a indignação da população referente à situação da política nacional.

As investigações da CPI constataram a associação de Fernando Collor e Paulo César. Durante o processo de investigação a secretária de Collor, Ana Acioli, e o ex-motorista, Francisco Eriberto, confirmaram em seus depoimentos as acusações de associação do presidente e o ex-tesoureiro da campanha.

Em votação aberta no dia 29 de setembro, a Câmara dos Deputados vota a favor da abertura do processo de *impeachment* de Collor com 441 votos a favor e 33 votos contra. Em 1º de outubro, o *impeachment* é instaurado no Senado e Fernando Collor renuncia ao cargo. Entretanto, com o processo de *impeachment* em andamento tem seus direitos políticos cassados por oitos anos. Chegava ao fim a cruzada do “Caçador de Marajás”. Mas, não do liberalismo como eixo condutor das políticas públicas nacionais.

2.2 Dilma Rousseff e fim do pacto Social de 2015 a 2016

Nessa parte da pesquisa foram realizados o mapeamento da crise de hegemonia do Governo Dilma Rousseff através da mídia e a análise sobre o fim do pacto social estabelecido

durante os mandatos de Lula, além do esquadrinhamento da discussão bibliográfica sobre o golpe parlamentar que afastou de suas funções a presidente eleita democraticamente. Para essa análise, foram utilizados os jornais *Folha de São Paulo*, *O Globo*, *O Estado do Maranhão* e *O Imparcial*, disponibilizados na *internet*.

Entretanto, para uma análise da crise hegemônica de Dilma Rousseff é necessário entender a conjuntura política que leva à sua eleição em 2010, e o panorama político do primeiro mandato para que seja possível entender o próprio tecer do golpe sofrido por ela em 2016.

A primeira percepção necessária é a de que a eleição de Lula em 2002 esteve inserida em um panorama de falência dos modelos neoliberais como norteadores da agenda de governo, e sob essa prerrogativa a partir do presidencialismo de coalizão, Lula e o PT passam a ser vistos como únicos responsáveis pela implementação de um novo projeto político nacional (SINGER, 2012).

Os governos Lula foram beneficiados pelo contexto de expansão da economia mundial marcada pela sinergia entre Estados Unidos e Ásia. Nesse contexto, exportações brasileiras para os Estados Unidos e Europa estavam em alta em relação aos anos anteriores. Além disso, as distribuições de renda durante o governo do “novo pai dos pobres” incentivaram a expansão do mercado interno brasileiro (CASIN, 2017).

Segundo Pedro Paulo Bastos (2017), a distribuição de renda só foi possível a partir de medidas contrária às práticas neoliberais, a exemplo: o veto de novas privatizações e o incentivo para que as empresas estatais do setor de petróleo, gás e energia elétrica; o governo Lula também reestruturou o papel dos bancos públicos para que fossem responsáveis pela execução de políticas de desenvolvimento produtivo e expansão do mercado interno, que também foi favorecido pela elevação do salário e ampliação dos programas de transferência de renda (BASTOS, 2017)

Nessa conjuntura, era necessária a escolha de um candidato que pudesse manter a estabilidade social no país e que garantisse a continuidade da participação do assalariado na renda nacional. Dilma Rousseff, assim, foi escolhida para dar continuidade ao projeto desenvolvimentista de Lula.

Segundo Alexandre Pires (2017), Lula aponta Dilma como sucessora em 2009 em entrevista ao jornal *Extra*, em 12 de fevereiro. Segundo o presidente, a então ministra da Casa Civil reunia todas as qualidades necessárias para uma boa sucessora: “ela coordena os

principais programas de desenvolvimento no Brasil, é uma gerente extraordinária, tem uma capacidade de gestão fantástica, conhece bem de economia” (PIRES, 2017, p. 7).

A partir daí, começa a construção da imagem de Dilma Rousseff como candidata adequada à sucessão na presidência. Na campanha de eleição da nova presidente, estava em jogo a continuação da hegemonia de um governo popular. Fator importante nesse pleito, foram os elevados índices de aprovação social do governo Lula²².

Imagem 24: Repercussão da candidatura de Dilma no jornal *O Globo* online



Fonte: O Globo.com, 19/03/2010

A reportagem apresentada pelo jornal *O Globo*, em 19 de fevereiro de 2010, aponta a repercussão da escolha de Lula por Dilma como nova representante da classe trabalhadora em âmbito nacional e internacional. Segundo o jornal, a repercussão na imprensa internacional destaca o respeito de Dilma entre os correligionários do partido. Entretanto, *O Globo* questiona se o apoio recebido por Lula também será dado à candidata pelo Partido dos Trabalhadores (*O Globo.com*, 19/02/2010, p.1).

Nota-se na reportagem o discurso de incerteza, com que o jornal trata a candidatura, de ironia, ao referir-se à candidata de “Dilminha”, tentando apresentar uma relação de intimidade do redator da reportagem com a então candidata Dilma Rousseff. Ou, ainda, pode ser considerada uma ironia se analisada a partir da relação estabelecida entre Dilma Rousseff e o Presidente Lula.

Apesar das dúvidas em relação a sua candidatura em 2010 e a falta de apoio da imprensa ao projeto representado por ela, Dilma Rousseff venceu o candidato José Serra no segundo turno e tomou posse em primeiro de janeiro de 2011. Em um contexto de

²² Dados da pesquisa Ibope realizada em janeiro de 2009 em que foram entrevistadas 2.002 pessoas em 142 municípios brasileiros entre os dias 11 e 14 de setembro. Como resultado a pesquisa apontou o índice de aprovação de 81% e apenas 16% dos entrevistados afirmaram não aprovar o governo (*O Globo*, 2009, p. 1).

recuperação da economia depois da crise financeira mundial de 2008 e de otimismo por conta da grande aprovação do seu antecessor e padrinho político.

No discurso de posse, Dilma Rousseff aponta como principal missão prosseguir “no caminho de uma nação geradora das mais amplas oportunidades” (ROUSSEFF, 2010, p. 12). Além disso, apontou o governo Lula como o responsável pela melhoria nos índices econômicos e sociais do país durante o período de 2002 a 2010. Durante o primeiro ano de governo, Dilma Rousseff deu continuidade aos projetos de distribuição de renda implementados durante o governo Lula, entretanto, no âmbito econômico, apresenta a Nova Matriz Econômica (NME), conjunto de medidas para recuperação da economia baseado na eliminação ou diminuição do rentismo com a dívida pública como meio de acumulação do capital (BASTOS, 2017). Entre as medidas implementadas estão: redução da taxa Selic, queda de impostos sobre operações financeira (IOF), aumento de crédito, redução e isenção momentânea do IPI e outros impostos, reforma do setor elétrico, intervenções no mercado cambial e a criação do Plano Brasil Maior, que objetivava promover setores econômicos e investimentos em inovações tecnológicas, pesquisas e desenvolvimento (PINTO, 2017; BASTOS, 2017).

Para Pedro Paulo Bastos (2017), ao implantar as medidas apresentadas na NME, o governo pretendia ganhar graus de liberdade fiscal para executar novas medidas sociais, forçar investimentos produtivos e em infraestrutura através de subsídios fiscais e de crédito, reduzir o diferencial internacional de juros para assegurar competitividade internacional aos investimentos produtivos (BASTOS, 2017). As medidas demonstram, segundo Carlos Eduardo Santos Plinio (2016), o rompimento do governo como o chamado pacto social do governo Lula (PLINIO, 2016)

(...) a economia brasileira só será plena e competitiva quando nossas taxas de juros, seja para o produtor seja para o consumidor, se igualem para a taxas praticadas no mercado internacional (...) os bancos não podem continuar cobrando os mesmos juros para empresas e para o consumidor, enquanto a taxa Selic cai, a economia se matem estável e a maioria esmagadora da população brasileira horar com presteza e honestidade seus compromissos (...) o setor financeiro, portanto, não tem como explicar essa prática perversa aos brasileiros (ROUSSEFF, 2012, Apud PLINIO, 2016 p. 23).

O fragmento acima foi retirado do discurso da presidente aos trabalhadores e apresenta o embate do governo com o setor financeiro rentista em “uma clara linha de descontinuidade com o governo Lula” (PLINIO, 2016, p. 99), que procurou através da associação com o setor financeiro rentista mecanismo de favorecimento da economia nacional. Segundo Paul Singer (2012), o governo Lula foi capaz de mostrar ao capital que

com uma quantidade relativamente modesta de recursos era possível revitalizar regiões muito carentes sem, contudo, confrontar o capital e garantindo apoio eleitoral dessa camada social (SINGER, 2012).

Para Marcia Pereira da Silva Casin (2017), o pacto social estabelecido pelo PT durante seus governos estava diretamente relacionado a compromissos com o capital e a ampliação de alianças incorporando os setores empresariais, burocracia sindical e amplas camadas da classe média e dos trabalhadores. O pacto se estabelece a partir de três fases: a primeira é o compromisso estabelecido com o setor financeiro rentista, através do incentivo dados aos bancos públicos e privados e a garantia de juros elevados para financiamento e concessão de crédito; a segunda, diz respeito à cooptação das principais lideranças do conjunto dos trabalhadores através da nomeação de lideranças de central sindicais para cargos de comando do governo; e a terceira, se configura com a implementação e ampliação dos programas sociais (CASIN, 2017).

As políticas sociais dos governos Lula e Dilma garantem o apoio de uma nova base diferente da sindical e dos movimentos sociais, criando uma relação importante com os segmentos mais pobres da sociedade brasileira com o intuito de amortecer os conflitos sociais pré-existentes sobre o fundo da ortodoxia econômica que possibilitou uma estabilidade para a realização de um complexo programa de classe (SINGER, 2012).

Para Marcia Pereira da Silva Casin (2017), o dito pacto social, apoiado por um amplo leque de partidos e por diferentes grupos sociais, conseguiu legitimar-se a partir dos vários segmentos sociais, pacificando politicamente o país até os dois primeiros anos do governo Dilma Rousseff. Entretanto, a afirmação da autora descarta os embates existentes no presidencialismo. Mesmo com uma situação política considerada favorável, o projeto político que se torna hegemônico durante os mandatos Lula e Dilma não está isento de movimentos contrários. A nacionalização dos primeiros escândalos políticos pela mídia e as críticas à política econômica adotada por Dilma são exemplos significativos de que existia um projeto organizado de contrariedade ao governo dirigido pela oposição.

O primeiro mandato de Dilma Rousseff foi marcado por um panorama político econômico desfavorável em virtude de reflexos da crise econômica internacional que desencadeou a desaceleração do crescimento, além da instabilidade no âmbito político em virtude da explosão de escândalos de corrupção e da dificuldade de negociação com a oposição e com partidos aliados (SILVA; BENEVIDES, 2017). Durante o primeiro ano de governo, acontece a queda do ministro Chefe da Casa Civil, Antônio Palocci, por conta de

denúncias publicadas pela *Folha de São Paulo* sobre enriquecimento ilícito do então ministro. Na matéria publicada em 15 de maio de 2011, o jornal aponta que “Palocci multiplica seu patrimônio por 20 em quatro anos”. Os dados da reportagem mostram que Palocci adquiriu imóveis na cidade do Rio de Janeiro que somam o montante de 882 mil reais pagos em um escritório e 6,6 milhões em um apartamento de luxo. “Essas aquisições multiplicam por 20 o patrimônio de 375 mil declarados em 2006” (*Folha de São Paulo*, 15/05/2011, p. 4).

Imagem 25: Denúncia contra Palocci



Fonte: Folha de São Paulo, 15/05/2011, p. 4

Após a repercussão do caso na imprensa nacional, o Ministro Chefe da Casa Civil, indicado por Lula, pede demissão do governo, sendo substituído por Gleise Hoffman. Durante o ano, Dilma dá continuidade a programas de distribuição de renda, como o Brasil Carinhoso e a Rede Cegonhas, que concediam às mães carentes benefícios e acompanhamento gestacional, e lança o programa Brasil sem Miséria com o objetivo de superar a pobreza extrema no país até 2014, além de continuação de obras do Programa Nacional de Aceleração do Crescimento (PINTO, 2017)

A mídia já apontava os primeiros indícios da crise de articulação que Dilma enfrentava no primeiro ano de mandato. Em matéria publicada em 1 de junho de 2011, o jornal *Folha de São Paulo* aponta o que chama de “enguiço de natureza exclusivamente política” que Dilma precisa ultrapassar. A matéria destaca a saída de Palocci do governo e o desejo do PMDB, principal partido aliado, por mais poder e cargos no governo. Além disso, a reportagem aponta que “Lula fez um convescote em Brasília e sapecou em Dilma a pecha de presidente frágil e sem capacidade de articulação” (*Folha de São Paulo*, 15/04/2011, p. 4).

Comparações que a imprensa sempre fazia em relação ao governo Dilma, era com a capacidade de negociação do ex-operário que garantia o pacto de classe estabelecido durante

seus mandatos, entretanto, durante o governo Dilma, existiria maior dificuldade de negociação, somada à pressão estabelecida pelo PMDB por maior participação no governo e à resistência da presidente a essas concessões, que acabaram por lhe atribuir as características de “incapaz” de realizar negociações e de fragilidade.

Imagem 26: Crise de articulação



Fonte: *Folha de São Paulo*, 01/06/2011, p.2

A reportagem publicada pela *Folha de São Paulo* traça um panorama dos seis meses de governo de Dilma e aponta indícios de uma crise em virtude de embates entre o governo e partidos aliados, além de atribuir a Dilma Rousseff de falta de tato e incapacidade, por questões de personalidade da presidente, diante das negociações com políticos.

A investigação deflagrada na Polícia Federal, nomeada Operação Monte Carlos, instaurada ainda durante o governo Lula, endossa as dificuldades governamentais e aponta a ligação do bicheiro Carlos Cachoeira com parlamentares, ministros e com a empresa Delta, responsável pelas obras do Programa Nacional de Aceleração do Crescimento (PAC).

Já em 2013, surgem as primeiras denúncias de corrupção na Petrobrás e a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração. Segundo a Polícia Federal, o PT e PMDB estariam sendo favorecidos com repasses de dinheiro para a campanha presidencial de 2010.

Nessa conjuntura de crise política, explosão de escândalos de corrupção e insatisfação em virtude das medidas econômicas adotadas pelo governo, começam os protestos que ressaltam a insatisfação popular com o governo. A princípio, as manifestações foram por conta do aumento da tarifa do transporte público e também contra a realização da Copa do Mundo, programada para o ano seguinte, que demandou altíssimos investimentos em infraestrutura.

As primeiras manifestações foram encabeçadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), grupo apartidário que buscava diminuição no valor do transporte público principalmente no estado de São Paulo (PINTO, 2016). Entretanto, as manifestações ganharam visibilidade e outras cidades aderiram ao movimento, que ganhou proporções de contra hegemonia marcando a crise de hegemonia do governo. Os protestos são nacionalizados com enfoque na falha do governo em conter a crise que culminou nas manifestações populares, comparadas às manifestações contrárias ao regime militar, passando a ser conhecido como “Movimento Vem Pra Rua”, ganhando o apoio da oposição ao governo e da fração de classe da burguesia conservadora.

O portal de notícia *G1* publicou uma seleção de fotos capturadas durante os protestos em diferentes cidades brasileiras, no dia 18 de junho de 2013, que mostram a organização e articulação do movimento contra hegemonia nas principais cidades do país. Além disso, as publicações pela imprensa apontam a adesão de grande parte dos meios de comunicação a esse projeto.

O portal de notícias publicou 24 fotografias dos movimentos em várias capitais do país. As três imagens apresentadas apontam para os motivos da organização do movimento: o aumento das tarifas de passagem, maior participação democrática e contrariedade com realização da Copa do Mundo e que demandava investimentos enquanto setores considerados mais importantes não possuíam recursos suficientes, como o Sistema Único de Saúde e a educação. Os movimentos reuniam vários substratos sociais que exigiam mudanças efetivas no governo.

Imagem 27: Protesto do movimento Vem Para a Rua no Rio de Janeiro



Fonte: Portal de Notícias G1, 18/06/ 2013, p. 1

Essa imagem foi capturada pelo fotografo Rafael Richard²³ e ressalta a “tropa de choque” do movimento em oposição à tropa de choque da Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro que controlava e combatia os protestos. Com cartazes que lembram escudos com desenhos de corações, pedidos de diminuição de tarifas e maior participação democrática, além de pedidos de liberdade, o movimento ressaltava a sua ideia de protesto pacífico e legítimo. As fotografias das manifestações publicadas no portal de notícias da Globo mostravam a romantização do movimento. Os cartazes simulando uma tropa de choque popular com frases de ordem construía a ideia de um movimento popular espontâneo, advindo da necessidade de mudanças exigidas pela população, sem retratar a oposição ao governo e as disputas de poder existente nesse processo.

Na outra imagem, capturada pelas lentes de Rafael Richard, em destaque um manifestante com um símbolo do movimento *Black Blocs*, fração mais radical do movimento “Vem Para a Rua” e que caracteriza a heterogeneidade dos movimentos de contrariedade com a política nacional. Na imagem, tem-se um manifestante com a máscara de um personagem do filme “V de Vingança” que lutava por liberdade e justiça na Inglaterra no período pós-guerra sem revelar sua identidade, que virou símbolo do movimento, e a camiseta com a frase: “não atire. Poderia ser seu filho”. A imagem reflete sobre a ação da Polícia Militar a conter os manifestantes.

Imagem 28: Protestos no Rio de Janeiro



Fonte: Portal de notícias G1, 11/06/2013

A imprensa dava destaque aos “mascarados” como integrantes “infiltrados” no movimento que “aproveitavam para vandalizar as cidades, destruindo sacadas de lojas,

²³ Fotografo independente cobrindo as manifestações no Rio de Janeiro.

pontos de ônibus, queimando lixeiras e invadindo e depredando agências de bancos públicos” (*O Globo*, 19/06/2013, p. 5). Não era interessante que integrantes do movimento contra hegemônico ganhassem visibilidade através do radicalismo com teor anarquista, uma vez que o que se buscavam com as manifestações era insuflar a insatisfação social e a contrariedade ao governo Dilma Rousseff, para que fosse possível a implementação de um novo projeto político no país.

Na intenção de conter a crise, Dilma Rousseff faz um pronunciamento em rede nacional de televisão para anunciar um pacto entre os governantes a fim de atender as reivindicações das ruas (baixa no valor do transporte público) e um plebiscito para eleição de temas que seriam propostos na reforma política.

Esse contexto político e social são os indícios de rompimento do pacto de classe estabelecido durante os mandatos de Lula. As medidas econômicas adotadas por Dilma, distante das ações econômicas implementadas por Lula, apontavam para a dissolução da tutela estabelecida entre os dois governantes.

Para Pedro Paulo Zahluth Bastos (2017), o segundo mandato de Rousseff começou com a percepção da classe burguesa da necessidade de unificação, uma vez que era claro o desejo de Dilma em politizar e mobilizar apoio popular para a questão distributiva, essencial para uma fração do capital (BASTOS, 2017). Nesse contexto, cabia a burguesia brasileira conter os avanços na política de intervenção estatal “populista” de Dilma Rousseff e, para tanto, a mídia teve papel fundamental para a criação de consenso em torno de um projeto contra hegemônico que culminaria no afastamento da presidente.

A operação Lava Jato²⁴ é deflagrada em 2014, e membros do PT e outros partidos são investigados pela Polícia Federal por irregularidades de campanha, lavagem de dinheiro, negociações de contratos públicos, entre outros crimes. O combate à corrupção foi um dos motivos associados à insatisfação da classe burguesa contra os avanços do projeto político representado por Dilma Rousseff, assumindo centralidade nos debates públicos, contribuindo para o seu pedido de *impeachment*, que se configurou em um golpe parlamentar, culminando na passagem do comando do Estado Restrito ao vice-presidente, Michel Temer, que dificultava as investigações e defendia um projeto conservador e de menos avanços sociais.

²⁴ Operação deflagrada em 17 de março de 2014 pelo juiz Sérgio Moro para a investigação de crimes de corrupção ativa, gestão fraudulenta, lavagem de dinheiro e organização criminosa na empresa estatal Petrobras. A operação apontou envolvimento de diversos políticos do país e continua em andamento, com desdobramentos diretos na política nacional.

Além dos desdobramentos da operação Lava Jato, as medidas impopulares adotadas pelo governo, como o aumento de impostos de fornecimento da energia elétrica, mudanças na aposentadoria e a complicação no cenário de crise institucional (BASTOS, 2017), corroboraram para as primeiras manifestações em março de 2015, organizadas pelos movimentos Brasil Livre, Revoltados Online e Movimento Endireita Brasil.

O Movimento Brasil Livre, fundado em 2014 com o objetivo de defender o liberalismo econômico e o republicanismo, em página oficial, defende três princípios: a imprensa livre e independente; liberdade econômica; e separação de poderes. Eleições livres e o fim de subsídios direto e indireto para as ditaduras também constavam na agenda do movimento. Em vídeos de convocação para as manifestações contra o governo Dilma, em março de 2015, o movimento usa frases como “o câncer da esquerda”, “desgoverno vermelho”, “o câncer está em diferentes espaços e precisa ser combatido, escolhas, repartições, redações de jornais, sindicatos...” que demonstram o radicalismo do movimento em defesa da deposição não só da presidente, mas da ideologia política defendida pela esquerda brasileira (MBL, 2015).

O Movimento Revoltados Online foi criado em uma rede social em 2014 com o objetivo de rastrear pedófilos e, durante a crise de hegemonia do governo Dilma Rousseff, passou a divulgar notícias e opiniões contrárias ao governo (MRO, 2014). Com mais 700 mil seguidores, a página passou a mobilizar os seus membros a comparecer às manifestações.

O Movimento Endireita Brasil, fundado em 2006, durante a reeleição do ex-presidente Lula para a defesa da intolerância ao crime, a renovação da política e o fim da farra das estatais (MEB, 2006), apresenta-se como um defensor da renovação política, já que o Partido dos Trabalhadores já estava no poder há mais de 12 anos, adotando “políticas intervencionistas que acabariam com o Brasil” (MEB, 2006).

Nota-se nos três movimentos o discurso de defesa do país contra a corrupção e a favor de uma nova forma de participação popular. Entretanto, os três movimentos são representantes de uma fração de classe dominante contrária ao projeto popular. Os protestos contra a presidente aconteceram durante os meses seguintes e de diferentes maneiras. No dia 15 de março de 2015, os manifestantes ganham as ruas das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro e Brasília.

Imagem 29: Manifestação em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília



Fonte: Acervo Senado, 15/03/2015

As manifestações de março defendiam ética na política, fim da corrupção e maior participação popular nos processos políticos democráticos. Assim como é possível observar nas imagens, os manifestantes iam aos protestos com faixas com palavras de ordem contra o governo e vestindo as cores nacionais. Geralmente as manifestações ocorriam em pontos turísticos ou em bairros nobres das principais cidades brasileiras.

Essas primeiras manifestações, embora já com muitos militantes contrários ao governo, não mostravam a dimensão que tomaria o movimento que passou a defender diretamente o *impeachment*, unificou a oposição e frações de classes contrárias ao governo e defensora de posicionamentos conservadores a favor da moral, dos bons costumes e da família, que desembocam no extremismo de direita no país.

Além das manifestações nas ruas, os painéis contra Dilma ganham destaque na imprensa nacional e vídeos da população na sacada de prédios em áreas nobres das principais cidades brasileiras foram destaques nos telejornais e nos impressos. Os jornais da Rede Globo de telecomunicações²⁵ apresentaram vídeos dos painéis acontecendo em várias capitais do país.

Em matéria do dia 17 de março de 2015, a versão online do jornal *O Globo* também veiculou as manifestações que aconteceram em: Recife (PE), Vitória (ES), Salvador (BA), Maceió (AL), Natal (RN), Porto Alegre (RS), João Pessoa (PB) e Goiânia (GO), sendo registradas após programa do PT em que o ex-presidente Lula explica não ter envolvimento com empreiteiras e não ser dono de triplex em Guarujá, que segundo a Polícia Federal pode ter sido dado como pagamento de propina (*O Globo.com*, 17/ 03/2015, p. 2).

²⁵ Jornal Hoje e Jornal Nacional do dia 17 de março de 2015.

Imagem 30: Panelaço contra Dilma



Fonte: O Globo.com, 17/03/2015, p. 2

Em meio a este cenário, pesquisa divulgada pelo Datafolha apontou o aumento no índice de rejeição de Dilma Rousseff. Em fevereiro de 2015, o Instituto mostra que o pior índice de aprovação da presidente está entre os jovens de 16 a 24 anos de idade, entre a parcela mais escolarizada da população, pessoas com maior renda de 5 a 10 salários mínimos, residente da região sudeste e de cidades médias e grandes (Datafolha, 2015). Esses dados comprovam o fim da aliança de classe e a polarização existente na sociedade brasileira nesse período. O momento era de insatisfação da fração de classe dominante, que não reconhecia mais Dilma Rousseff como representante e exigia um representante legítimo da classe. Vale ainda ressaltar que houve o uso seletivo de combate à corrupção com finalidades distantes de findar práticas ilegais na política. O que ocorre nesse período, todavia, é a tentativa de desconstrução da imagem do PT e a popularidade de seus representantes a fim de consolidar o projeto contra hegemônico.

O cenário de instabilidade política e econômica é agravado com a análise das contas públicas do governo realizado pelo Tribunal de Contas da União, que mostra a irregularidade no repasse de dinheiro do governo para os bancos públicos (VIEIRA, 2017). As chamadas “pedaladas fiscais”, principal motivo apresentado pelo movimento contra hegemônico para embasar o golpe que sofreu a presidente eleita democraticamente. O pedido de *impeachment* foi encaminhado à Câmara dos Deputados em outubro de 2015.

O pedido foi apresentado pela oposição e redigido pelos juristas Hélio Bicudo²⁶, Miguel Reale²⁷ e Janaina Paschoal²⁸, e aceito pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha.

²⁶ Hélio Bicudo nasceu em São Paulo, formou-se advogado e exerceu o cargo de promotor público da cidade de São Paulo até 1954. Manifestou contrariedade a Ditadura Militar em documento lido em protesto na frente da Faculdade de Direito do Rio Janeiro, “Carta aos brasileiros”. Em 1970, com o fim do bipartidarismo e a reformulação dos partidos políticos, ingressa no Partido dos Trabalhadores e torna-se vice presidente do partido. Em 1981 concorreu ao governo de São Paulo como vice junto com Lula mas não foram eleitos. Em 1986, concorre ao Senado também sem sucesso. Em 1989, após resultado da eleição e vitória de Collor, Bicudo propôs que a executiva nacional do PT contestasse a legitimidade da eleição de Fernando Collor em decorrência dos crimes eleitorais por ele cometidos durante a campanha presidencial. Mesmo diante da recusa daquele órgão do partido, ingressou junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com uma representação que demonstrava, com

Investigado pela Lava Jato e sofrendo processo no Conselho de Ética da Câmara por improbidade administrativa, Eduardo Cunha rompe com o governo Dilma e aceita o pedido de “*impeachment*” (PINTO, 2017).

Segundo Vieira, três eixos nortearam esse momento do governo Dilma: o político, o gerencial e o operacional. Dilma Rousseff não foi capaz de dialogar com o Congresso, imprensa e opinião pública e, por conta disso, não conseguiu gerenciar a crise política e impedir os movimentos pró-*impeachment* (VIEIRA, 2017).

Em editorial publicado no dia 15 de março de 2015, intitulado “Cedo ou tarde demais”, o jornal *Folha de São Paulo* aponta a legitimidade do mandato de Dilma, “embora mereça as mais duras críticas, Dilma foi eleita de forma legítima e não existem, por ora, razões para o *impeachment*” (*Folha de São Paulo*, 15/03/2015, p. 2). A matéria aponta a posição do jornal em relação ao cenário político e a crise institucional.

O jornal completa ainda que embora a operação Lava Jato aponte para envolvimento de vários integrantes do PT em práticas criminosas durante o governo, não há qualquer indício que aponte a ligação direta da presidente com os esquemas de corrupção que justifiquem seu afastamento do cargo (*Folha de São Paulo*, 15/03/2015, p. 2).

grande base documental, que Collor mentira durante a campanha tendo em vista resultados eleitorais, corrompera Miriam Cordeiro, ex-namorada de Lula, abusou do poder econômico e mentiu ao afirmar em entrevistas que Lula, se fosse eleito, iria confiscar poupanças e dividir imóveis entre várias famílias, fatos esses previstos como crimes na lei eleitoral. Essa representação, porém, não foi julgada pela Justiça Eleitoral. Em 1990 é eleito deputado federal por São Paulo e, em 1991, torna-se vice líder do PT na bancada. Em 1995 ingressou na comissão de Direitos Humanos. Em 2000 concorre ao governo de São Paulo como vice na chapa de Marta Suplicy pelo PT e vence. Em 2005, com os escândalos do “Mensalão”, anuncia saída do PT e não se filia a nenhuma outra legenda. A partir desse momento, torna-se um dos maiores críticos do Partido dos Trabalhadores, do governo Lula e Dilma Rousseff. Faleceu em 31 de junho de 2018. (Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/helio-pereira-bicudo>)

²⁷Miguel Reale nasceu em São Paulo em 1944, se formou advogado em 1968, defendeu sua tese de doutorado em 1971 e tornou-se professor da faculdade de Direito da USP até sua aposentadoria. Foi membro do conselho de Ordem dos Advogados do Brasil de 1974 a 1977. Em 1983 a 1984 exerceu a função de Secretário de Segurança do Estado de São Paulo. Em 1992, foi um dos redatores do pedido de *impeachment* que resultou no afastamento de Collor da presidência da República. Em 2002, torna-se Ministro da Justiça do governo Fernando Henrique e entregou o cargo por divergências com o comando da Polícia Federal. Em 2005, com a crise do “mensalão”, organizou o movimento “da indignação a ação” com reuniões de civis contra o governo de Lula. Em 2006 defendeu o *impeachment* de Lula por crime de responsabilidade, pedido negado pelo TSE. Também em 2006 foi o coordenador financeiro da campanha do ex-governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmim, à presidência da República, que em outubro foi derrotado por Lula, reeleito presidente da República. Após esse momento, dedicou-se apenas à advocacia, voltando a cena política em 2015 com as manifestações pró *impeachment* de Dilma Rousseff. (Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/reale-junior-miguel>.)

²⁸Janaina Paschoal nasceu em Pernambuco. Em 1996 formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e tornou-se doutora nessa mesma instituição em 2002. Tomou-se professora na USP e concorreu nas eleições para Deputada Estadual por São Paulo, sendo eleita pelo Partido Social Liberal, mesmo partido que elegeu Jair Bolsonaro nas eleições de 2018. (Disponível em: https://www.ebiografia.com/janaina_paschoal.)

Imagem 31: Editorial contra o *impeachment* de Dilma Rousseff



Fonte: Folha de São Paulo, 15/03/2015, p. 2

O editorial ressalta o respeito do jornal pela democracia e pela legitimidade do mandato da presidente, embora, não deixe de tecer críticas às políticas econômicas adotadas, a falta de diálogo com o Congresso e a oposição e defende as manifestações nas ruas como forma de demonstrar a insatisfação em relação às medidas do governo, mas não como reflexo da imposição de um novo projeto não legitimado pelas urnas.

No dia 12 de abril, as manifestações nas principais cidades brasileiras a favor do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff recebem um grande público e as mensagens de “Tchau querida!”²⁹ ganham força nas ruas, como é possível observar na fotografia de Nilson Olivier³⁰ capturada na manifestação que ocorreu em Belo Horizonte em abril.

Imagem 32: Manifestação em Belo Horizonte



Fonte: Acervo Senado, 12/04/2015

Não é possível identificar na imagem a presença de partidos políticos de oposição, bandeiras partidárias ou qualquer símbolo que mostre a presença da oposição do governo à frente do movimento, fato que fomenta a ideia de Lopes e Albuquerque que asseguram que durante as primeiras manifestações pró *impeachment* não era perceptível a

29 Expressão utilizada por Lula para se despedir de Dilma em uma ligação gravada pela Operação Lava Jato, mas ilegalmente divulgada por Sérgio Moro.

30 Não foram encontradas informações sobre o fotógrafo.

presença de partidos políticos e sim a mobilização de segmentos identificados como antipetista sem necessariamente estarem ligados a outro partido político (LOPES; ALBUQUERQUE, 2018).

Em destaque na imagem, o cartaz exposto por uma manifestante escrito “Tchau querida” representa a forma irônica de referir-se ao afastamento da Presidente da República, esta frase também apareceu na votação no plenário em cartazes produzidos pelos parlamentares. Os autores não apresentam um levantamento quantitativo das imagens ou dos documentos analisados que possibilitem afirmar que durante as primeiras manifestações não havia a presença de partidos políticos nas manifestações.

Na imagem disponível no acervo fotográfico do Senado é possível perceber o aglomerado de pessoas vestidas de verde e amarelo, com cartazes de pedido o afastamento da presidente, sob o comando do movimento “tchau querida”, que migrou também para as redes sociais. Entretanto, nota-se uma estrutura com telões, o que demonstra uma organização prévia e com custo para uma manifestação espontânea da população contra o governo.

Também no dia 12 de abril, em reportagem de capa, o jornal *Folha de São Paulo* divulga a pesquisa realizada pelo Datafolha que mostra a avaliação do governo e a opinião pública sobre a abertura do processo de *impeachment*. De acordo com a pesquisa, 60% dos entrevistados consideram o governo ruim ou péssimo e apenas 13% consideram bom ou ótimo. Além disso, 63% dos consultados aprovam o processo de *impeachment* e 33% não aprovam (*Folha de São Paulo*, 12/04/2015).

Imagem 33: Pesquisa sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff



Fonte: Folha de São Paulo, 12/04/2015, p.1

Para Pedro Paulo Zahluth Bastos (2017), a movimentação a favor do *impeachment* configura-se como a tentativa de “purificar” radicalmente o estado e a sociedade, mesmo que tenha que recorrer à prisões e “vazamentos seletivos de informações”, e mesmo que a

consequência seja a deslegitimação do sistema político, da própria atividade política e ameaçar a democracia (BASTOS, 2017).

Segundo análise do *impeachment* realizado por Casimiro Lopes e Alice Ribeiro Albuquerque, a tentativa de afastamento de Dilma Rousseff não ocorre quando acontece a aceitação do pedido pela Câmara dos Deputados, mas no início do mandato, quando há o pedido de impugnação realizado pelo candidato vencido no pleito. Quando Aécio Neves e o PSDB pedem auditoria do resultado da eleição ao TSE, garante a montagem de uma agenda ante governo que já sinaliza com a pauta de *impeachment* (LOPES; ALBUQUERQUE, 2018). Os desgastes políticos, somados às medidas impopulares e aos desdobramentos da operação Lava Jato, aprofundam a crise governamental e o arremate deu-se com a aceitação do pedido de *impeachment* pela Câmara dos Deputados, no início de dezembro de 2015.

O jornal *O Globo*, em sua página na internet no dia 2 de dezembro de 2015, publica um vídeo com a chamada “Cunha aceita pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff”. No vídeo, o presidente da Câmara defende o afastamento da presidente por conta da “irresponsabilidade com os gastos públicos” (*O Globo.com*, 2/12/2015).

Imagem 34: Aceitação do pedido de *impeachment* pela Câmara dos Deputados



Fonte: O Globo.com, 12/12/2015, p. 1

Com a aceitação do pedido de *impeachment* pela Câmara dos Deputados, o governo viu-se em situação ainda mais complicada. “A Câmara dos Deputados se configurava como terreno inimigo, sob a liderança de Eduardo Cunha” (LOPES; ALBUQUERQUE, 2018, p. 286). Os desdobramentos da aceitação do pedido de *impeachment* mostram o posicionamento dos sujeitos envolvidos no processo de afastamento da presidente democraticamente eleita. De um lado, os segmentos sociais favoráveis em manifestações nas ruas, dando legitimidade ao processo; de outro, militantes organizados para defender a legitimidade do mandato de Dilma Rousseff. A situação ressalta a polaridade existente desde a campanha eleitoral. As manifestações pró e contra *impeachment* movimentam a vida política do país e são destaques

nos meios de comunicação, evidenciando que o governo “parecia afundar cada dia mais na inabilidade de dar respostas a crise econômica e estava de vez mergulhando na crise decorrente dos escândalos de corrupção” (LOPES; ALBUQUERQUE, 2018, p. 294).

A crise de hegemonia do governo Dilma foi destaque na imprensa maranhense, que conferiu amplo destaque às manifestações pró *impeachment* que aconteceram na capital maranhense. O jornal *O Imparcial*, em matéria do dia 13 de dezembro, mostra a manifestação organizada em São Luís com “expectativa de comparecimento de duas mil pessoas” (*O Imparcial*, 13/12/2015, p. 1).

Imagem 35: Manifestações pró *impeachment* em São Luís



Fonte: *O imparcial*, 13/12/2015, p. 1

A matéria aborda o ponto de encontro dos manifestantes, a Avenida dos Holandeses, área nobre da capital. Os manifestantes carregavam faixas contra o governo, vestidos de verde e amarelo. Segundo o jornal, para a organização do evento foram compartilhadas diversas mensagens por aplicativo com a frase “Não vai ter golpe, vai ter *impeachment*” e os dados com horário e local do movimento foram espalhados de forma viral na internet e mobilizaram os manifestantes contrários ao governo Dilma (*O Imparcial*, 13/12/2015, p. 1).

A matéria ressalta, além do caráter de organização da fração de classe contrária ao governo, o caráter elitista do movimento e o papel das redes sociais digitais que se tornaram ferramentas de comunicação influentes nesse processo de intensificação de movimento contra hegemônico que transformaram as relações sociais. As plataformas como Twitter, Facebook e WhatsApp transformam o modo como as pessoas produzem, consomem e compartilham informações, experiências e conhecimento (MATOS, 2017), sendo, durante o governo Dilma, amplamente utilizadas no período da campanha e na própria configuração da crise do governo.

A imagem utilizada pelo *O Imparcial* na matéria retrata os manifestantes com cartazes em que se lê “*impeachment* é um direito constitucional”, com camisas nas cores

nacionais que com a marca do movimento “Fora Dilma”, bandeiras do Brasil e balões do ex-presidente Lula com roupa de presidiário. Mais uma vez, nota-se o caráter anti-petista do movimento, também em São Luís do Maranhão.

Imagem 36: Movimento a favor do *impeachment* em São Luís



Fonte: O Imparcial, 13/ 12/2015, p. 1

As manifestações nas ruas cessaram durante o recesso das atividades políticas em Brasília, mas as mobilizações nas redes sociais continuaram na configuração de *ciber*ativismo, como movimento dinâmico e responsável por inflamar a população contra e a favor do governo Dilma Rousseff. Nesse contexto, essas ferramentas produziram mudanças sociais e políticas significativas. A popularização das redes sociais permitiu a atualização na forma de fazer política no contexto da comunicação digital durante o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Era através de grupos nessas redes sociais que os manifestantes se organizavam e discutiam estratégias para as manifestações, além de publicações de imagens com teor irônico e humorístico contra a presidente.

No início do segundo ano de mandato, vários acontecimentos corroboram para a intensificação da crise e do iminente afastamento de Dilma do cargo. O primeiro deles, em fevereiro, foi a prisão dos responsáveis pela campanha de reeleição, João Santana e Monica Moura³¹. Em delações feitas por outros investigados, a Polícia Federal constatou indícios que os pagamentos recebidos pelo casal de marqueteiros foram realizados com dinheiro de propina de corrupção da Petrobrás (LOPES; ALBUQUERQUE, 2018). A informação colocava Dilma no centro do escândalo político. Entretanto, ainda não havia indícios de ligação direta dela em nenhum esquema de corrupção.

³¹ Marqueteiros responsáveis pela condução da campanha eleitoral de Dilma Rousseff.

Em 4 de março de 2016, o ex-presidente Lula, por meio de condução coercitiva, foi levado para depor na Polícia Federal, também em virtude de investigações da Lava Jato³². Segundo a *Folha de São Paulo*, em matéria pública no dia 5 de março, “Lava Jato atinge Lula e o obriga a depor; ex-presidente vê perseguição”, o jornal descreveu a condução de Lula até a Polícia Federal, no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, para prestar explicações sobre envolvimento em esquemas de corrupção, além de apontar que manifestantes pró e contra Lula estavam em confronto na frente do aeroporto (*Folha de São Paulo*, 05/03/2016, p. 3).

Imagem 37: Depoimento de Lula na Lava Jato



Fonte: Folha de São Paulo, 05/03/2016

Segundo Casimiro Lopes e Alice Ribeiro Albuquerque (2018), esses episódios demonstraram o ataque direcionado as duas maiores lideranças do PT e do Lulismo. Dilma, no centro dos escândalos da Lava Jato com indícios de irregularidades de campanha, e Lula, ligado a esquemas de corrupção e recebimento de propina. Tal situação exigia um esforço para que o “Lulismo não fosse jogando no limbo”, cujas as marcas seriam o fracasso em realizar a transformação social e a de permitir a emergência dos maiores escândalos de corrupção da história do país” (LOPES; ALBUQUERQUE, 2018, p. 294).

Como tentativa de conter a crise através da articulação política, Dilma Rousseff nomeia Lula para Ministro Chefe da Casa Civil. Entretanto, a nomeação endossa as críticas ao governo e aumenta as discussões em torno do afastamento da presidente. Para a oposição ao governo e parte da imprensa nacional, a nomeação do ex-presidente Lula foi feita a fim de garantir o foro privilegiado e barrar as investigações contra ele pela Lava Jato (*O Globo*, 2016; *Folha de São Paulo*, 2016).

³² Lula precisava explicar se era ou não dono do sítio em Atibaia e do Tríplice no Guarujá. Nenhum indício comprovava que o ex-presidente seria dono dos imóveis ou que os tenha recebido como pagamento de propina, Entretanto, Lula é preso e condenado em segunda instância a cumprir doze anos de prisão. Resultado de uma sucessão de acontecimentos desencadeados após a saída de Dilma Rousseff, deu-se a eleição da extrema direita no país, representada por Jair Bolsonaro (PINTO, 2017, p. 102).

Nessa conjuntura, o processo de *impeachment* recebe parecer favorável na Câmara dos Deputados em votação televisionada e com fala de cada deputado justificando o voto pelos motivos mais incrédulos e distantes do argumento jurídico. O parecer foi aprovado no dia 17 de março de 2016, com 367 votos a favor do *impeachment* e 137 votos contrários.

Os manifestantes pró e contra *impeachment* acompanharam a votação na Câmara e foram destaque na imprensa. O jornal *O Imparcial*, colocou em evidência as manifestações que ocorreram no dia da votação e apresentou os dois movimentos que ocorreram na capital do estado. Primeiro abordou o movimento contrário ao *impeachment* de Dilma organizado por integrantes de movimentos sociais, centrais sindicais, estudantes e militantes dos partidos PT, PSOL e PCdoB (*O Imparcial*, 17/04/2016, p. 1). As imagens da matéria sobre esse movimento mostram os manifestantes vestidos de vermelho, na Praça Nauro Machado, no centro histórico da cidade, com bandeiras dos partidos e com cartazes que se lê “Fica Dilma”, com imagem da presidente jovem exaltando a história de luta contra a ditadura de Dilma Rousseff.

Imagem 38: Protesto contra o processo de *impeachment* em 2016



Fonte: *O Imparcial*, 17/04/2016, p. 1

Em seguida, a reportagem aborda as manifestações favoráveis ao processo de *impeachment* que aconteceram em bares da Lagoa, área nobre da capital, com os manifestantes vestindo camisetas nas cores nacionais e da seleção brasileira de futebol (que virou símbolo do movimento de direita, elitista e conservador durante todo esse período), com balões do ex-presidente Lula de presidiário e bandeiras nacionais.

Imagem 39: Manifestação pró *impeachment* em 2016



Fonte: *O Imparcial*, 17/04/2016, p. 1

Depois do parecer favorável na Câmara dos Deputados, o processo foi encaminhado para julgamento no Senado. No intuito de desqualificar o processo, o governo usa a ausência de consenso jurídico em torno da caracterização das pedaladas fiscais como crime de responsabilidade para demonstrar que o pedido de afastamento era exclusivamente político (PINTO, 2017).

A partir da discussão apresentada, Dilma Rousseff tem seu mandato findado a partir de um golpe parlamentar orquestrado pelo movimento contra hegemônico que não via em seu governo uma agenda favorável à sua fração de classe e por conta disso, através de um golpe, implementa-se uma agenda que não passou pela aprovação do voto popular e as consequências disso são imensuráveis, visto que ainda estão em andamento. Concretamente, tem-se a ascensão da extrema direita na política nacional (FERREIRA, 2016).

CAPÍTULO 3 - FERNANDO COLLOR E DILMA ROUSSEFF NOS LIVROS DIDÁTICOS

O terceiro capítulo da pesquisa versa sobre a maneira como os dois governos, objetos desse estudo, são apresentados aos estudantes nos livros didáticos, levando em consideração o caráter heterogêneo da relação-ensino aprendizagem. Nessa parte, foi primeiramente realizada uma discussão sobre o ensino a partir dos principais documentos que o norteiam, a Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Além dessa primeira discussão, foi realizada a análise de cinco livros didáticos utilizados nas escolas públicas estaduais. Os livros foram escolhidos a partir das publicações no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação cujos dados apresentam a quantidade de livros impressos e o valor total repassados às editoras pelas publicações. Assim, foram analisados 5 livros das 13 coleções aprovadas pelo PNLD 2018, todos do terceiro ano do ensino médio, que tratam sobre o Brasil contemporâneo e os governos de Fernando Collor e Dilma Rousseff. Para além das informações do FNDE, a seleção das obras também foi definida a partir de sua adoção, em 2019, em escolas de referência da rede Estadual de ensino na região central de São Luís: Liceu Maranhense; Escola Modelo; Instituto Estadual de Educação, Ciências e Tecnologia do Maranhão (IEMA), e no município de Paço do Lumiar: as escolas Centro de Ensino Domingos Vieira Filho e Complexo Educacional Erasmo Dias.

Os livros analisados foram das coleções: “**História Global**” de Roberto Cotrim, editora Saraiva, adotado na Escola Modelo de São Luís; “**História da Caverna ao Terceiro Milênio**” das autoras Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota, editora Moderna, adotado no Liceu Maranhense; “**Contato História**” de César Marcio Pellegrini, Adriana Machado Dias e Keila Grinberg, Quinteto Editora, utilizado no Centro de Ensino Domingos Vieira; “**História Sociedade e Cidadania**” de Alfredo Boulos Júnior, FTB, utilizado no IEMA; e o livro “**Cenas da História**” de Candido Grangeiro, da editora Palavras Projetos Editoriais Ltda, adotado no Complexo Educacional Erasmo Dias.

3.1 O Ensino no Brasil e a Influência sob o Projeto de Sociedade

A partir da apresentação dos principais documentos que norteiam o processo de ensino no Brasil, pretende-se discutir o papel da escola como socializadora dos saberes, já que é através da cultura escolar que se estrutura o modelo de sociedade que se deseja. Dito isso, qual a função da história nesse contexto?

Partindo das reflexões de Kátia Abud (2011), a história, como campo de conhecimento, passou por transformações ao longo do tempo. Durante a Antiguidade Clássica, era destinada à formação de jovens pertencentes à elite, destinados a tornarem-se líderes militares. Nessa perspectiva, a história estava relacionada à oratória, memória e formação moral. Com o surgimento da burguesia, tem-se a expansão do ensino para atender aos interesses burgueses e por consequência a expansão de escolas. A história passa a ter um lugar específico no currículo e um código curricular definido, ou seja, um “conjunto de práticas profissionais que contribuem para fixar a imagem social da História como disciplina escolar”.

No Brasil, em meados do século XIX, o ensino passa a ser uma responsabilidade do Estado através da criação do Colégio D. Pedro II que tinha como função elaborar os programas curriculares, dirigir professores e realizar exames de certificação. Nesse período também é inaugurado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, órgão que reunia intelectuais responsáveis pela construção da identidade nacional. Essas duas instituições de ensino, sob grande influência das escolas francesas pós revolução, positivista e lineares, constituem as primeiras instituições de ensino público no Brasil. Nesse contexto, o ensino de história no Brasil herda elementos da historiografia francesa e os utiliza para a construção da identidade nacional, assim, a história do Brasil é comparada, relacionada e contada a partir da visão europeizada de tudo o processo (ABUD, 2011).

As mudanças estruturais relacionadas ao ensino começam efetivamente a partir de 1931, com a Reforma Francisco Campos, que estabeleceu a criação do curso secundário seriado, a concessão de autonomia às escolas para a realização de seus próprios exames - o que não significou alteração dos currículos escolares - além da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, que passou a elaborar os currículos escolares. Já durante os meados do século XX, acontece a expansão das escolas secundárias e as primeiras universidades responsáveis pela produção histórica do Brasil, bem como a formação de professores secundarista (ABUD, 2011). Essa situação reforçou o distanciamento do ensino secundarista e universitário: enquanto o primeiro estava sobre a égide das inovações de

historiadores europeus, o segundo encontrava-se distante de qualquer uma dessas “inovações”, uma vez que as modificações não chegavam com a mesma rapidez às salas de aulas (ABUD, 2011).

Circe Bittencourt destaca que durante o Estado Novo, em 1942, a Reforma Educacional proposta por Gustavo Capanema não trouxe mudanças significativas em relação aos programas de ensino. A história do Brasil continuava subjugada a história europeia, contada com viés cronológico e político (BITTENCOURT, 2018). Durante esse período, a história ensinada tinha um cunho civil moralista vinculado ao trabalho em virtude do contexto social do Brasil, uma sociedade em processo de modernização e urbanização.

As mudanças estruturais no ensino de história começam a partir de 1961 com a Lei nº 4.024/61 de Diretrizes e Bases da Educação que determinava o incentivo ao ensino mais flexivo, eliminou, alterou e modificou a carga horária das disciplinas em diferentes séries de ensino (ABUD, 2011). A educação para o trabalho foi intensificada e as disciplinas de Ciências Humanas sofreram diminuições para a valorização das disciplinas profissionalizantes. Em 1971, a Lei nº 5.692 integrou o curso ginásial ao curso primário, dando início ao curso integrado de primeiro grau e a divisão em três ciclos do ensino, o segundo grau, com três ou quatro séries, e atividades profissionais de nível intermediário e o aproveitamento de estudos específicos no curso superior que constituíam o terceiro grau de ensino. Surge também a disciplina de Estudos Sociais, que incorporava os conteúdos das disciplinas história e geografia (BITTENCOURT, 2018, p. 129).

Já em 1996, a educação nacional passa por novas reformulações importantes com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394/1996, a partir da qual a educação brasileira passa a ser considerada como nacional através da elaboração de diretrizes e bases que abrangem os processos formativos relacionados a educação escolar que devem, segundo o documento, vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (BRASIL, 1996).

De acordo com a LDB, “a educação é dever da família e do Estado”. Aos moldes do neoliberalismo, a lei descentraliza o papel do Estado como principal responsável pela educação nacional. Determina, ainda, o ensino ministrado com base em princípios como: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, liberdade de aprender, ensinar e pesquisar. Além de divulgar a cultura, pensamento, arte e saber, defende o pluralismo de ideias, o apreço à tolerância e valorização dos profissionais da educação. A lei determina ainda que cabe à União, Estados, Municípios e Distrito Federal, em regime de colaboração, a

organização do ensino a partir dos 4 anos de idade e atribui à educação básica obrigatoriedade e reconhecimento como direito subjetivo dos indivíduos (BRASIL, 2017).

Em seu artigo 22, sobre a finalidade da educação básica, a LDB aponta que esse nível de educação³³ “tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhes a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 2017, p. 17). Nesse artigo, evidencia-se a relação da educação com o trabalho, a necessidade de educar para a formação de trabalhadores em potencial. O mesmo pode ser observado também no artigo 27 do documento, em que são apresentadas algumas diretrizes sobre o conteúdo curricular:

A discussão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e a ordem democrática;
Considerações das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;
Orientação para o trabalho;
Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais (BRASIL, 2017, p.17).

A orientação para o trabalho se dá a partir de conhecimentos adquiridos ao longo dos níveis de ensino até o ensino médio, que tem como finalidade o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos durante o ensino fundamental, a preparação básica para o trabalho e a cidadania, além do aperfeiçoamento do estudante enquanto pessoa humana a partir de concepções éticas e a ampliação da autonomia intelectual e do pensamento crítico, bem como a associação da prática e teoria no ensino relacionados aos processos produtivos (BRASIL, 2017).

Além disso, no artigo 36, o documento aponta que o ensino médio também vai preparar o educando para o exercício de profissões técnicas, que podem ser oferecidas em conjunto com instituições que sejam especializadas em ensino técnico³⁴. A educação profissional é desenvolvida, ainda, de acordo com diretrizes curriculares estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação através da observação das normas de ensino e as exigências de cada instituição de ensino e pode ser oferecida articulada ao ensino médio ou subsequente em cursos específicos para educandos que concluírem o referido nível de ensino (BRASIL, 2017).

Para Erasto Mendonça (2018), essa mudança na finalidade do ensino médio, que passa a preparar os estudantes para o exercício profissional, mutila essa etapa da educação

³³ A LDB divide a educação escolar em dois níveis: a educação básica (formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e a educação superior.

³⁴A lei nº 13.415/2017 alterou a LDB para a reforma do Ensino médio.

básica, dando-lhe nova conformação a partir de arranjos curriculares que remontam a “fracassada experiência da formação profissionalizante obrigatória da reforma de ensino de 1971” (MENDONÇA, 2018, p. 45).

Segundo Lilian Rolfsen Signine (2000), a dinâmica dos mercados de bens e serviços, financeiros ou de trabalho, ganham configurações diferenciadas nas sociedades capitalistas que se reorganizam e se reestruturam no sentido de introduzir novas formas de racionalização do trabalho e da vida social. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação aponta para essa dinâmica social de valorização do trabalho em detrimento de atribuição de valores significativos para a formação dos educandos enquanto cidadãos, embora em diversos artigos do documento a temática seja citada. Para a autora:

As novas relações de trabalho estão inseridas em um processo de constante mutação nas sociedades capitalistas com impactos diretos e significativos nas relações sociais, a partir de processo expressos advindos da globalização dos mercados de bens e fluxos financeiros e o acirramento da concorrência, além do ideário neoliberal que requer políticas estatais que garantam a desregulamentação de normas de concorrência e direitos sociais (SIGNINE, 2000, p. 134).

As incorporações e as privatizações incidem junto a fragilização da força de trabalho em virtude da flexibilização e da relação entre emprego e desemprego e a “concretização da lógica do livre mercado” (SIGNINE, 2000, p. 136).

A flexibilização da força de trabalho associa-se em um processo esquizofrênico de necessidade de maiores níveis de escolaridade para os trabalhadores para que busquem continuar empregados na lógica do processo de produção. Desse modo, “a educação e a formação profissional possuem funções essencialmente instrumentais, ou seja, capazes de possibilitar a competitividade e intensificar a concorrência, adaptar trabalhadores às mudanças técnicas e minimizar os efeitos do desemprego” (SIGNINE, 2000, p. 136). Nessa lógica, a LDB, determina que esse processo seja instituído já na educação básica para a alimentação do sistema capitalista e as suas relações de trabalho.

Segundo Geilsa Costa Baptista (2010), a LDB representou o rompimento com o ensino assimilacionista com o foco na valorização da ciência em detrimento dos valores culturais dos estudantes (BAPTISTA, 2010). A partir da Lei de Diretrizes e Bases, começa a demarcação dos saberes e não a exclusão, para a autora. Fato observável, por exemplo, no artigo 26.A, que torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, uma conquista da luta de movimentos sociais étnicos para resgate da história brasileira, ou o inciso 3 do artigo 32, que trata sobre o ensino ministrado em língua portuguesa, mas, é “assegurado a

comunidades indígenas o uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagens” (BRASIL, 2017, p. 23).

Entretanto, devem ser destacados os embates de projetos que se digladiam para a institucionalização da LDB. Nessa prerrogativa, Iria Brzezinski (2010) apresenta o que chama de “dois mundos”, o vivido pelos educadores e o mundo oficial. O primeiro, regido pela realidade dos institutos de educação municipais, estaduais e federais em luta por uma educação pública de qualidade, gratuita e laica, socialmente referenciada para todos e em todos os níveis de escolaridade. O outro mundo regido pela “globalização excludente que reafirma a associação com elites dominadoras e com o capital estrangeiro que ditam normas para as políticas públicas brasileiras” (BRZEZINSKI, 2010, p. 187).

No embate de 13 anos de tramitação da Lei de Diretrizes e Bases, o projeto defendido pelo mundo oficial sagra-se vencedor, na conjuntura da globalização de todos os setores da vida social, as classes dominantes responsáveis pela gestão econômica e política do país, junto a parceiros estrangeiros, incluíram o Brasil na ordem mundial do modelo neoliberal (BRZEZINSKI, 2010).

Para Maria da Graça Ballmann e Lelícia Carneiro Aguiar (2016), em uma sociedade profundamente desigual, marcada pelo embate entre classes sociais, a discussão da Lei de Diretrizes e Bases da educação reflete diferentes concepções de mundo e, desse modo, as forças sociais contraditórias que nela atuam (BALLMANN; AGUIAR, 2016). No processo que homologou a LDB, estavam em jogo estratégias e conteúdo para a educação nacional e, nesse contexto, as autoras apontam questões fundamentais como: educar para qual sociedade,? Para que? E a favor de quem?

Para as autoras, a LDB aprovada representou a vitória de um projeto privatista e centralizado de educação aos moldes do padrão Estado Mínimo, com a educação voltada para a formação de trabalhadores. Fato que representa um retrocesso “pois não incorporou a concepção de trabalho como a gênese do conhecimento, suprimindo a ideia de uma educação voltada para uma formação crítico-emancipatória e instrumento para a redução das desigualdades sociais” (BALLMANN; AGUIAR, 2016, p. 417).

Entretanto, com relação à concepção de educação, a LDB, para as autoras, apresentou um avanço, já que o processo educativo é conceituado como um fenômeno social amplo, em que “a educação escolar só pode ser desenvolvida por meio do ensino, em instituições próprias e *locus* privilegiado do processo educativo” (BALLMANN; AGUIAR, 2016, p. 422).

Outro documento de fundamental importância para a análise do ensino e da educação brasileira é o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. O plano estabelece 20 metas que devem ser alcançadas em 10 anos de vigência. Segundo o Ministério da Educação, o PNE:

Constitui um marco fundamental para as políticas públicas brasileiras. Suas 20 metas conferiram ao País um horizonte para o qual os esforços dos entes federativos e da sociedade civil devem convergir com a finalidade de consolidar um sistema educacional capaz de concretizar o direito à educação em sua integralidade, dissolvendo as barreiras para o acesso e a permanência, reduzindo as desigualdades, promovendo os direitos humanos e garantindo a formação para o trabalho e para o exercício autônomo da cidadania (BRASIL, 2014, p.11).

As discussões para a elaboração do Plano Nacional de Educação (2014-2024) têm seu marco na Conferência Nacional de Educação no ano de 2010 (CONAE), com o tema central “Construindo o Sistema Nacional Articulado: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação”. Segundo Demerval Saviani (2010), de modo geral, a criação de um sistema nacional articulado de educação “é produto da ação sistematizada, isto é, da capacidade humana de agir intencionalmente segundo objetivos previamente formulados, o sistema educacional é resultado da educação sistematizada” (SAVIANI, 2010, p. 43).

Além disso, o autor discute a definição do “sistema”, atribuindo-lhe o sentido mais coerente, relacionado à “conotação de modo de proceder, de forma de organização, de maneira de arranjar os elementos de um conjunto, o que remete ao aspecto do método” (SAVIANI, 2010, p. 46). Nesse contexto, o Sistema Nacional de Educação é a tentativa de integralidade dos métodos, ou seja, as normas comuns para todos os entes federados que visam a qualidade e universalização da educação pública. Cujas efetivação como política pública torna-se importante e justificável a existência de um plano de ações, o PNE.

Desse modo, o PNE é uma parte integrante e necessária para a existência de um Sistema Nacional de Educação com características permanentes e próprias. Entretanto, segundo Evaldo Piolli, Eduarado Pinto Silva, José Roberto Heleoani, o PNE, na versão aprovada em 2014, expressa uma “intensa redução da prática educacional aos ditames de uma lógica gerencial pautada pela farsa de um conceito de autonomia ressignificado, operador de mera autonomia controlada” (PIOLLI; SILVA; HELEOANI, 2015, p.23).

Para Helena Furlitti (2017), de modo independente ao do contexto político, o PNE aprovado tem maior possibilidade de execução de forma completa, ou seja, em trabalho conjunto entre todos os entes federados, para que tenha sucesso enquanto política pública.

Segundo o autor, “com isso, atingimos um novo patamar, deixando para trás as políticas de governo para termos políticas de Estado” (FURLITTI, 2017, p. 80).

As diretrizes e metas do PNE pretendem a superação das desigualdades educacionais, através da erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, superação das desigualdades educacionais com ênfase na promulgação da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação. A promulgação da qualidade educacional, visando a melhoria da educação, formação para o trabalho e para a cidadania, deve estar atrelada a valores morais e éticos (BRASIL, 2014).

Além dessas diretrizes, o Plano Nacional de Educação pretende também a valorização de profissionais da educação, que segundo Evaldo Piolli, Eduarado Pinto Silva e José Roberto Heleoani (2015), garante o predomínio ao setor privado com destaque para o ensino à distância como modalidade preferencial. Além disso, transforma o processo de formação docente com “a certificação em massa e modelos curriculares orientados pelo viés técnico-prático” (PIOLLI; SILVA; HELEOANI, 2015, p. 45).

O novo PNE também prevê a promoção da democracia e dos direitos humanos demonstrados a partir do princípio da gestão democrática da educação pública, respeito aos direitos humanos, diversidade e sustentabilidade socioambiental. Sobre as metas relacionadas a esses objetivos, Helena Furlitti (2017) ressalta que não poderão ser atingidas através de currículos com competências para a realização das tarefas mecânicas “demandadas pela estrutura ocupacional, limitadas, e voltadas para a qualificação profissional em detrimento do pleno desenvolvimento da pessoa e o preparo para o exercício da cidadania” (FURLITTI, 2017, p. 88).

O documento estabelece ainda as metas relacionadas ao financiamento da educação, através da ampliação de recursos públicos destinados à educação para assegurar atendimento às necessidades e expansão com ênfase no padrão de qualidade e equidade (BRASIL, 2014). Para Helena Furlitti (2017), com relação aos investimentos na educação, o PNE representa um marco importante por regulamentar o investimento de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação e adotar o Custo Aluno Qualidade (CAQ) como parâmetro para o financiamento da educação de todas as etapas e modalidades da educação básica (FURLITTI, 2017).

De acordo com a lei, a execução do Plano Nacional de Educação deve ser monitorado com avaliações que devem ser realizadas pelo Ministério da Educação, Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do

Senado Federal, Conselho Nacional de Educação (CNE) e Fórum Nacional de Educação, que devem publicizar os resultados das avaliações na internet e propor políticas públicas para a implementar estratégias para o cumprimento das metas, bem como, revisão de investimentos. Além disso, cabe ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a cada dois anos, publicar estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas.

De acordo com o estudo publicado em 2018 pelo Instituto, evidencia-se que, com relação a cobertura da educação infantil de 4 a 5 anos, houve progresso no período avaliado (2004 a 2016) e, por conta disso, o estudo aponta a necessidade de políticas para estimular os municípios a atenderem com prioridade, em creche, as crianças do grupo de renda mais baixa. Com relação à universalização da pré-escola para o ano de 2016, a meta não foi alcançada. Entretanto, as progressões indicam que pode ser alcançada entre 2018 e 2020 (INEP, 2018).

Com relação ao ensino fundamental, durante o mesmo período de análise, os dados também indicam progresso com conclusão na idade recomendada, com índice de 76% em 2017, quando a meta estabelece o índice de 95% para 2024. Já quando aponta a avaliação referente ao atendimento da população escolar entre 15 a 17 anos, o Instituto identifica que a meta de universalização desse nível de ensino não foi alcançada, uma vez que o índice nacionalizado foi de 91,3% em 2017 em virtude da evasão escolar. De acordo com o INEP:

Cerca de 900 mil adolescentes que estão fora da escola e não concluíram o ensino médio foram matriculados no início de sua trajetória escolar na idade adequada, mas sofreram percalços nessa trajetória que os impediram de permanecer até a conclusão (INEP, 2018, p. 78).

Os dados do INEP apontam para questões amplas que abrangem a evasão escolar, que pode ocorrer por diversos fatores, como dificuldade escolar e falta de acompanhamento, dificuldades familiares, distância da escola em relação as residências entre outras, entretanto, as consequências incidem sobre a falta de capacitação profissional e, conseqüentemente, desemprego e a marginalização de grande parte desses jovens, que não tem acesso a níveis mais elevados de ensino, configurando um círculo vicioso de desigualdade social.

Com relação ao acesso à educação superior, os dados do Instituto apontam para 4,8 pontos percentuais entre 2012 e 2016. Entretanto, durante o ano de 2017, houve uma queda de 1,4 pontos percentuais, registrando nesse ano a taxa de 34,6% e para que a meta de 50% seja alcançada até a vigência do documento será necessário um crescimento de 15,4 pontos percentuais (INEP, 2018).

A ação mais recente de universalização e organização da educação nacional configura-se com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular. Segundo Gomes Aguiar

e João Dourado (2018), a aprovação da BNCC vai na contramão do que se propõe no Plano Nacional de Educação, uma vez que ao institucionalizar um projeto de educação voltado restritamente para o desenvolvimento de competências e habilidades, que estruturam a BNCC direcionada para a educação infantil e ensino fundamental, se contrapõe a uma concepção crítica de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento (AGUIAR; DOURADO, 2018).

Além disso, retomando Erasto Mendonça (2018), a própria aprovação da Base vai na contramão dos ideais de gestão democrática das escolas públicas, previsto na Constituição Federal de 1988, uma vez que não houve unanimidade na promulgação da BNCC. Segundo o autor, “o processo de aprovação da BNCC foi anunciado como democrático, fruto de amplo processo de debate e negociação com diferentes atores do campo educacional e com a sociedade brasileira” (MENDONÇA, 2018, p. 12). Todavia, o debate a que a BNCC foi apresentada não teve o mesmo nível de participação que a LDB e o PNE.

A Base Nacional Comum Curricular apresenta-se como um documento de internacionalização das políticas públicas educacionais em seu processo de consolidação iniciado a partir de 2000 como os PCNs, a Lei de Diretrizes e Bases e, por fim, a BNCC e suas versões anteriores 2015, 2016 e a aprovada em 2017 (BITTENCOURT, 2017).

A versão atual da Base define que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências que se caracterizam por indicações do que os estudantes devem “saber” no que se refere à construção do conhecimento, habilidades e valores, bem como o que os estudantes necessitam “saber fazer”. Nesse caso, relacionados às habilidades para resolver problemas cotidianos, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho e, nesse contexto, as competências oferecem referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens consideradas essenciais (BRASIL, 2017).

Com relação ao ensino de História no ensino fundamental, a BNCC apresenta como um dos importantes objetivos “estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem” (BRASIL, 2017, p. 398). Além disso, a história auxilia na preservação ou transformação de hábitos e condutas sociais. O documento cita ainda a necessidade de percepção da diversidade de sujeitos e histórias, que estimulam o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania.

As competências relacionam-se a compreensão de acontecimentos históricos, relações de poder e processos, mecanismos de transformação e manutenção das estruturas

sociais, políticas, econômicas e culturais que são construídas e transformam-se ao longo do tempo. A partir dessas concepções, os estudantes podem “analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo” (BRASIL, 2017, p. 400).

Além disso, os estudantes devem compreender a historicidade no tempo e no espaço, elaborar questionamentos, hipóteses e argumentos, identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos para as sociedades analisadas, compreender e problematizar os conceitos e procedimentos no contexto da produção historiográfica, bem como, produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais (BRASIL, 2017).

Algumas das habilidades que devem ser desenvolvidas nos anos iniciais do ensino fundamental de acordo com a Base Nacional Comum Curricular são: identificar aspectos do crescimento da criança a partir de lembranças relacionadas a família e a comunidade em que vive, descrever e distinguir os papéis e responsabilidades da família, escola e sociedade, identificar os papéis dos diferentes sujeitos nos diferentes espaços sociais (BRASIL, 2017).

Nos anos finais do ensino fundamental, uma das habilidades que devem ser desenvolvidas é o reconhecimento da “história como resultado da ação do ser humano no tempo e no espaço, com base na identificação de mudanças e permanências ao longo do tempo” (BRASIL, 2017, p. 411).

Segundo Maria Auxiliadora Schmidt e Tania Maria Garcia (2005), a história tem uma função prática que é dar identidade aos sujeitos e fornecer à realidade em que vivem uma dimensão temporal, uma orientação capaz de fazer agir por meio da memória histórica (SCHMIDT; GARCIA, 2005). Nesse sentido, o ensino de história possibilita, além do entendimento da relação existente entre os sujeitos, a criticidade necessária para a ação e a transformação, seja dos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem ou da sociedade de modo geral.

Para atender às competências e habilidades exigidas pela BNCC, o documento apresenta os procedimentos que nortearão o processo de ensino aprendizagem. O primeiro deles diz respeito ao uso de uma forma de registro de memória, a cronológica:

[...] constituída por meio de uma seleção de eventos históricos consolidados na cultura historiográfica contemporânea. A cronologia deve ser pensada como um instrumento compartilhado por professores de História com vistas

à problematização da proposta, justificação do sentido (contido no sequenciamento) e discussão dos significados dos eventos selecionados por diferentes culturas e sociedades (BRASIL, 2017, p. 414).

A ordem cronológica dos eventos históricos constitui-se como uma organização eurocêntrica para o ensino, buscando enquadrar os acontecimentos históricos junto a uma sequência de começo, meio e fim. A proposta da Base, embora use o termo “problematização”, “justificação do sentido (contido no sequenciamento)”, “discussão dos significados dos eventos”, reforça a ideia de uma história estruturada na sequência dos fatos e em suas datas, secundarizando, por exemplo, as implicações desses fatos históricos no tempo e no modo em que ocorreram.

O segundo procedimento diz respeito à escolha de fontes e documentos, descrevendo esse processo como: “O exercício de transformar um objeto em documento é prerrogativa do sujeito que o observa e o interroga para desvendar a sociedade que o produziu” (BRASIL, 2017, p. 416). De acordo com a Base, a atividade mais importante a ser desenvolvida com os alunos é a produção do conhecimento histórico a partir da “análise e seleção de documentos”. Entretanto, atribuir que a atividade de maior relevância que deve ser desenvolvida com os alunos é a análise e seleção de documentos para que consigam produzir conhecimento histórico configura-se como uma habilidade que deve ser intensificada em nível mais elevado de ensino.

Durante a educação básica, deveria ser uma prioridade a construção da consciência crítica entre os alunos, para que sejam capazes de compreender analiticamente o mundo ao seu redor e das rupturas e continuidades dos processos históricos. Não se pretende aqui apontar que não se deve utilizar os documentos históricos em sala de aula, pelo contrário. A utilização de toda e qualquer ferramenta metodológica é importante para a dinâmica de ensino. O que se pontua, no entanto, é atribuir a esse método a atividade mais importante no processo de ensino de história.

Em análise sobre as diferentes linguagens utilizadas no ensino de história, as autoras João Martins Azevedo e Moises Lima (2011) apontam uma diferença significativa entre a construção de conhecimento e o processo de aprendizagem. O primeiro diz respeito à necessidade de pesquisa científica e investigação, realizada por profissionais em instituições superiores e o segundo consiste na aproximação do sujeito a procedimentos de iniciação a investigação (AZEVEDO; LIMA, 2011).

Esse processo de primeiro contato com documentações garante a elaboração de conceitos, confronto de informações e a condução para que os alunos consigam elaborar

problematizações a partir da mediação de experiências com o professor como um processo dinâmico de tornar a aula agitada e atrativa para os alunos e não como o processo mais importante nas aulas de história.

A BNCC refere-se ainda sobre o procedimento de escolha de “duas ou mais proposições que analisam um mesmo tema ou problema por ângulos diferentes” (BRASIL, 2017, p. 417), como tentativa de evitar ideologias ou a ideia de que a história é única.

Para o ensino médio, a Base Nacional Comum Curricular³⁵ apresenta seis competências direcionadas para a área de ciências humanas aplicadas que abrange as disciplinas de geografia, história, filosofia e sociologia, propondo o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas durante as séries finais do ensino fundamental.

Dentre as competências, a BNCC apresenta a necessidade de analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a formação de territórios e fronteiras a partir da compreensão dos processos sociais que as originam. A necessidade de contextualização e análise das relações sociais e seus impactos, além de análise das relações de produção, capital e trabalho, o reconhecimento das formas de desigualdade, violência, percepção de princípios éticos, democráticos e pautados nos Direitos Humanos, devem ser relacionadas à questões referentes à participação individual e coletiva, do debate público sobre diferentes proposição e respeitando as diferentes linhas de pensamento e opiniões (BRASIL, 2017).

A discussão sobre ensino é fundamentada a partir de conceitos que se relacionam no processo de ensinar, como cultura escolar, transposição didática, saber científico e saber ensinado e sistema didático. Segundo as autoras Maria Auxiliadora Schmidt e Tania Maria Garcia (2005) esses conceitos também se relacionam com o conceito de aula, que de modo tradicional é reconhecida como o espaço da sala de aula, embora, deva ser entendida como espaço de conhecimento (SCHMIDT; GARCIA, 2005).

Nesse contexto, a aula deve ser um espaço de compartilhamento de conhecimento em que alunos e professores têm papéis importantes e significativos na elaboração do conhecimento (SCHMIDT; GARCIA, 2005). Compartilhando da mesma prerrogativa, Ana Maria Monteiro (2003) afirma que alunos e professores são sujeitos portadores de visões de mundo e interesses muitas vezes divergentes, mas que estabelecem relações entre si com possibilidades diversas de apropriação e interpretação (MONTEIRO, 2003), ou seja, a aula deve ser entendida como espaço de compartilhamento de experiências individuais e coletivas.

³⁵No dia 14 de dezembro de 2018, o Ministério da Educação, sob o comando de Rossieli Soares, homologou o documento da Base Nacional Comum Curricular para a etapa do Ensino Médio.

Desse modo, as análises das relações de ensino devem ser compreendidas a partir do entendimento da Cultura Escolar, uma vez que a relação entre escola e cultura amplia a percepção da função da escola na produção de memória coletiva, das identidades sociais e das próprias relações de poder.

Para Antônio Gramsci (1982), com a proposta de Escola Unitária³⁶, a escola é vinculada as necessidades socioeconômicas e que por sua vez, compreendem os aspectos políticos e culturais que são determinadas a partir do contexto histórico econômico e que vinculam-se a uma classe, o proletariado. Desse modo, a escola é o ambiente em que é possível a transformação do pensamento; é uma das organizações que criam e difundem sistemas de ideias e também material ideológico, ou seja, responsável por disseminar ideologias no âmbito da Sociedade Civil e das relações de poder.

Nesse sentido, a cultura escolar para Gramsci é entendida como instrumento de emancipação política a partir do processo de organização política e apresenta-se como saber que se produz na ação, por meio da qual o pensar se cria e se transforma e essa transformação só ocorre através da educação, com a formação de indivíduos políticos ativos, capazes de tornarem-se dirigentes, no contexto de luta de classes.

A educação para Gramsci, assim, deve ser entendida em dimensões políticas, como processo de formação de uma consciência crítica que restitua os valores éticos e políticos e que possa contribuir para manter ou transformar uma concepção de mundo (GRAMSCI, 1982).

Uma problemática recorrente apontada pelos pesquisadores com relação à cultura escolar é o distanciamento entre o saber científico e o saber ensinado. Entretanto, essa relação é dicotômica uma vez que o saber científico se atualiza com maior rapidez do que o saber ensinado (MONTEIRO, 2003). Isso não quer dizer que se deva inferiorizar o saber escolar e as práticas educacionais, apenas que, mediante a cultura escolar e o processo de seleção de conteúdo, o saber escolar sofre reduções, ou seja, a partir de influência do saber científico, a cultura escolar faz a redução da problemática abordada que necessita ser possível de ser ensinada.

Para Ana Maria Monteiro (2003) a esse processo de simplificação do saber científico chama-se Transposição Didática, ou seja, é o trabalho de transformação do objeto de saber a

³⁶ Gramsci defende a organização de um “centro unitário de cultura”, cujo objetivo é a “elaboração unitária de uma consciência coletiva”. Sua reflexão envolve análises sobre diferentes possibilidades metodológicas que poderiam propiciar a superação do “senso comum” e a formação do pensamento filosófico. Envolve também a discussão das instituições que atuam na formação de intelectuais, tais como a imprensa e, principalmente, a escola.

ensinar em um objeto de ensino. Para a autora, o saber ensinado naturaliza o saber científico através da seleção de conteúdos e da transposição didática. Desse modo, a transposição didática é o processo de modificação do saber científico para que se adeque ao ensino. Esse processo depende do trabalho executado por técnicos, representante de associações, professores militantes que compõem o que a autora chama de noosfera, que se caracteriza como espaço em que acontecem os embates e negociações sociais, e a seleção de conteúdos que devem ser ensinados (MONTEIRO, 2003).

Para além do conceito de Transposição Didática, Antônia Regina Lopes (1997) defende a utilização de mediação didática como modo de ampliar a relação entre conhecimento científico e saber ensinado. Para o autor, a mediação consiste em um processo de constituição de uma realidade através de mediações contraditórias, de relações complexas (LOPES, 1997), que ocorrem no sistema didático, que, por sua vez, é a relação estabelecida entre o docente, discente e o saber (MONTEIRO, 2003).

Nesse contexto, a escola configura-se como instituição socializadora de saberes em um sistema de embate de saberes, uma vez que, segundo Ana Maria Monteiro (2003), existem tendências relativistas que se negam a admitir alguns saberes mais fundamentais do que outros, por conta do desenvolvimento histórico em detrimento do método de sociedade que se deseja (MONTEIRO, 2003). Desse modo, a escola é campo também de embate de projetos, e, por isso, o ensino de história se materializa com uma ferramenta importante para formação de consciências individuais e coletivas em uma perspectiva crítica (SCHMIDT; GARCIA, 2005).

A formação da consciência crítica possibilita que os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem sejam inseridos na realidade em que vivem e assim possam melhor conhecê-la e transformá-la (SCHMIDT; GARCIA, 2005). Logo, o ensino de história não deve ser feito a partir da apresentação dos fatos no tempo e no espaço em que acontecem com apresentação de documentos que os provem, mas a interpretação desses fatos e a ligação destes aos sujeitos envolvidos para obter explicações sobre o fato. Para essas interpretações é necessário a utilização de conceitos e noções que organizem os fatos para torná-los inteligíveis (BITTENCOURT, 2011).

Em análise sobre esse processo de ensino de história, Circe Bittencourt (2011) aponta que o conhecimento histórico deve ser construído a partir da mediação de conceitos. Nessa prerrogativa, é inviável o ensino de história sem o domínio conceitual, pois os conceitos norteiam o ensino de história (BITTENCOURT, 2011). Desse modo, a didática da história

baseia-se na elaboração e entendimento de conceitos que a partir do processo de Transposição Didática são compartilhados em sala de aula, possível em todos os níveis de ensino.

Segundo Ana Maria Monteiro (2003), no ensino de história, os professores criam condições para que os alunos construam conceitos que também incluem generalizações, mas que precisam dar conta do conhecimento histórico. Desse modo, a orientação para a observação de situações concretas vividas junto a concepções teóricas aos alunos possibilita a ampliação da visão de mundo e o reconhecimento destes enquanto sujeitos históricos (MONTEIRO, 2003).

Apresentando os princípios da didática da história, Maria Auxiliadora Schmidt e Tania Maria Garcia (2005) citam que o primeiro é a renovação de conteúdo, a construção de problematizações históricas a partir da variabilidade dos sujeitos e das histórias silenciadas. Nesse processo, recupera-se a vivência pessoal e coletiva dos envolvidos na realidade histórica (SCHMIDT; GARCIA, 2005). O segundo princípio diz respeito ao método e atividades de ensino em sala de aula.

Nesse contexto, a finalidade e objetivo do ensino de história é a construção da consciência crítica para a percepção e transformação da realidade histórica, ou seja, a construção da consciência histórica, um modo de orientação que permite a compreensão de uma dada realidade vivida e uma realidade presente. Segundo as autoras, a consciência histórica tem uma função prática que é dar identidade aos sujeitos e fornecer uma dimensão temporal e uma orientação que pode guiar a ação por meio da memória histórica (SCHMIDT; GARCIA, 2005).

Nesse sentido, a história, bem como todas as disciplinas das ciências humanas, tem a função de estimular a consciência crítica, contribuindo para a formação de indivíduos que se reconheçam enquanto sujeitos inseridos em um contexto social e por conta disso ativos e participativos de todo processo político capaz de transformar essa realidade e assim, mudar ou manter o próprio modelo de sociedade em que vivem.

Desse modo, as discussões realizadas nesse tópico são importantes para embasamento das análises dos livros didáticos, uma das principais ferramentas didáticas utilizadas nas escolas. A importância atribuída ao livro didático em toda a sociedade faz com que ele acabe determinando conteúdos e condicionando estratégias de ensino, marcando de forma decisiva o que se ensina e como se ensina. Logo, analisar o conteúdo referente aos governos Collor e Rouseff permite identificar como os processos políticos estão conectados à realidade da comunidade em que o aluno está inserido e com a historiografia sobre a temática.

3.2 Livros Didáticos e o Ensino de História: Revisão crítica dos governos Fernando Collor e Dilma Rousseff

O processo de ensino e de aprendizagem de História tem como um dos principais instrumentos de trabalho nas escolas o livro didático. Esse serve de auxílio tanto para o docente como para o discente no processo de ensino que se entende como um processo heterogêneo de construção e troca de conhecimento entre os envolvidos.

Segundo Marco Antônio Silva (2012), nos últimos anos, a imprensa nacional veicula polêmicas relacionadas à qualidade dos livros didáticos, fato que demonstra a supervalorização deste instrumento didático pedagógico na sociedade brasileira. Situação que, segundo o autor, é resultado de uma complexa trajetória histórica, uma significativa relevância econômica e de contornos ideológicos e políticos que ofuscam as discussões mais pertinentes sobre o livro didático no que tange à formação, condições de trabalho dos professores e a aprendizagem dos alunos (SILVA, 2012).

A consagração do livro didático na educação brasileira remete à criação do colégio D. Pedro II e à importação de manuais didáticos franceses para atender a elite imperial, única classe com acesso ao ensino nesse período (SILVA, 2012). A partir desse momento, as políticas educacionais relacionadas aos livros didáticos são gestadas de modo gradativo e lento para atender às transformações históricas da sociedade brasileira.

Em 1930, a reforma educacional de Francisco Campos, presidente do Ministério da Educação e Saúde Pública durante o governo de Getúlio Vargas, representou a centralização da educação nacional pela padronização de programas e metodologias. Durante esse período acontece a produção de larga escala de livros didáticos em virtude do contexto de crise econômica instaurada com a crise americana de 1929 e o alto custo das importações nesse período favorecendo o nacionalismo defendido por Vargas (SILVA, 2012).

Já em 1938, ocorreu a criação da Comissão Nacional do Livro didático (CNLD), sob a coordenação do Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação e Cultura. A Comissão, que tinha como principal objetivo examinar e emitir pareceres sobre os livros didáticos adotados nas escolas públicas foi ampliada em 1945 e suas funções atreladas ao Instituto Nacional de Livros Didáticos (INL) (PICCOLO, 2018). A CNLD representava, então, o controle político e ideológico da produção didática durante a ditadura varguista.

Em 1960, com a democratização do ensino e, por conseguinte, a expansão da rede escolar, houve também a necessidade de expansão da produção e distribuição de livros

didáticos. Em virtude disso, em 1961, o governo passa a subsidiar a produção de material didático através do Banco do Brasil (SILVA, 2012).

De acordo com a organização cronológica feita por Monica Piccolo (2018), em 1964, o MEC obtém autorização para editar livros didáticos para a distribuição gratuita e venda a preço de custo, permissão que em seguida é revogada e a atribuição volta a ser função da CMNE (PICCOLO, 2018).

A partir de 1966, com a criação da Comissão do Livro Técnico e Didático, o MEC passa a receber incentivo, orientação e a executar as atividades relacionadas a produção, edição e distribuição de materiais didáticos (SILVA, 2012). A Comissão era a responsável pelo mapeamento da produção dos livros didáticos e pelo envio de lista com as publicações para o Ministério da Educação. Em 1970, observa-se a produção do livro didático em coedição do MEC e o setor privado sob a responsabilidade do Instituto Nacional do Livro Didático e da Fundação Nacional de Material Escolar (SILVA, 2012).

Apenas em 1985, com a criação do Programa Nacional do Livro Didático³⁷ (PNLD), durante o processo de redemocratização da política nacional, se consolida o papel do Estado como principal agente regulador e fiscalizador do processo de produção, avaliação e distribuição de livros didáticos às escolas públicas. Nos últimos anos, as mudanças estão relacionadas à adaptação do referencial do PNLD, às transformações sociais, a maior fiscalização de todo processo e possíveis alterações aos mecanismos de avaliações com a aproximação da avaliação e indicação de materiais aos professores da rede básica de ensino.

Segundo o PNLD de 2018, o guia é elaborado com dois objetivos descritos no próprio programa: auxiliar na escolha das coleções que serão adquiridas e distribuídas pelo Estado nos próximos três anos e convidar o professor a refletir sobre o lugar do componente curricular História no desenho do ensino médio (BRASIL, 2017, p. 157). De acordo com o programa, é previsto a abertura de edital para a seleção das obras. A partir da apresentação das obras, é apontada a universidade que será responsável pelo processo de avaliação³⁸ e em seguida a escolha dos avaliadores, que se constituem como profissionais habilitados cadastrados em um banco nacional de profissionais³⁹.

³⁷ O PNLD foi instituído através do decreto nº 91.542/1985.

³⁸ A instituição responsável pelo processo de avaliação do PNLD 2018 foi a Universidade Federal de Sergipe.

³⁹ Sobre a comissão de avaliadores do PNLD 2018, seus membros escolhidos, metade mediante sorteio no banco de dados nacional e outra metade indicada pela instituição responsável. A comissão técnica de avaliadores do PNLD 2018 foi composta por 12 membros, um de cada área de conhecimento vinculadas as universidades: UFU, UFPR, UFSM, UNESP, UPF, UFF, UERJ, UCS, UNICAMP e UFRJ. Nenhum representante das regiões norte, nordeste ou centro oeste do Brasil. Na indicação dos avaliadores da área de história identificam-se as assimetrias regionais: dos trinta e oito avaliadores, vinte e dois são vinculados à instituições do sul e sudeste (UFRGS),

O Programa Nacional do Livro Didático está estruturalmente organizado em quatro partes: a primeira, em que se problematiza os objetivos do ensino de História e os desafios com a implementação do novo ensino médio e da BNCC. Na segunda, são descritos os princípios e critérios do processo de avaliação das obras didáticas; em seguida, é apresentado o perfil das obras e, por fim, a apresentação das resenhas de cada uma das 13 obras aprovadas pelo PNLD referente ao ano de 2018.

No que se refere à primeira parte do guia PNLD, “a problematização e objetivos do ensino de história”, é apresentada a discussão em torno do papel da disciplina história no ensino médio e qual a orientação da construção do currículo dessa disciplina. A primeira questão, sobre o papel da disciplina no ensino médio, segundo o guia ainda não poderia ser bem definida em virtude da não aprovação da BNCC (BRASIL, 2017).

Sobre a segunda questão, a construção do currículo como norteador, sem hierarquizações, tem-se os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM/1999) e, a Matriz de Referência de Ciências Humanas (MRCH/2009), que fundamentam a construção dos itens do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Além dessas pontuações, o guia defende a implementação da Base Nacional Comum Curricular como forma de universalização do ensino em relação aos conteúdos essenciais. O guia apresenta ainda os avanços do PNLD como um exemplo de inclusão, equidade na efetivação do direito à educação escolar, distribuição de livros em paralelo à ampliação da escolarização básica, gratuita e obrigatória, responsável também pela ampliação e incentivo a pesquisas científicas, mudanças no método de ensinar e aprender história, ampliação de conhecimento dos direitos humanos, combate a homofobia, singularidades culturais indígenas e afrodescendentes e dos direitos da mulheres (PICCOLO, 2018).

Na segunda parte do guia são descritos os princípios e critérios do processo de avaliação das obras didáticas, que incluem o respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas ao Ensino Médio, além da observação dos princípios éticos e democráticos essenciais para a construção da cidadania e para o convívio social, coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica, respeito à proposta didática, correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos (BRASIL, 2017).

Os critérios específicos do componente curricular História pontuam que o anacronismo e o voluntarismo devem ser evitados, havendo a necessidade de emprego dos

treze do Nordeste (UFRN, UFRPE, UFS), um representante da região centro-oeste, um da região norte e dois representantes de institutos federais (IFPR e IFRN) (PICCOLO, 2018, p. 25).

conceitos de historicidade, tempo e dos princípios que norteiam as iniciativas de ensino e aprendizagem, observando a faixa etária e a incorporação da realidade do estudante.

No que se refere às coleções aprovadas⁴⁰, cita que todos os autores devem identificar a história por meio de suas funções ou finalidades sociais e a partir dessa prerrogativa são identificados quatro objetivos práticos: I- formar as identidades individuais e coletivas (híbridas) em relação às identidades nacionais; II- definir a história a partir da construção de um mundo mais solidário e de construção de cidadania; III- a obra também precisa estar relacionada à personificação da vida contemporânea; IV- incorporar a pesquisa educacional recente como um instrumento de seleção crítica de informação (BRASIL, 2017).

Na terceira parte, o guia PNLD 2018 apresenta uma análise das obras aprovadas, especificamente os livros do estudante e o manual do professor de cada coleção fazendo relação com os avanços do programa e as novas configurações que o livro didático de história pode ganhar nos próximos anos (BRASIL, 2017).

O guia PNLD 2018, em sua última parte, apresenta as resenhas das coleções aprovadas apontando uma visão geral de cada coleção e suas principais características. Além disso, a resenha presente no guia sintetiza a estrutura didático-pedagógica de cada coleção, a natureza e a quantidade de unidades, capítulos, seções e a apresentação do manual do professor. As resenhas também apresentam os pontos positivos de cada coleção, como as propostas didáticas, o componente curricular história e o projeto gráfico, bem como, as sugestões de melhor uso de cada coleção em sala de aula.

Em análise sobre o Programa Nacional do Livro Didático, Monica Piccolo (2018) aponta que o PNLD representa uma “grandiosa política de Estado”, por sua dimensão econômica, mesmo em um governo que prima pela redução de gastos públicos na educação, flexibilização dos direitos trabalhistas e pelo discurso de equilíbrio fiscal. O PNLD de 2017 foi responsável pelo montante de R\$ 1.295.910.769,63 que beneficiou, segundo o censo do INEP, 29.416.511 alunos do ensino fundamental e médio incluindo a educação rural, distribuindo 152.351.763 exemplares de livros didáticos (PICCOLO, 2018).

Com relação ao Programa Nacional do Livro Didático referente ao ano de 2018 tem-se:

Tabela 1: Dados do PNLD 2018

| Atendimento | Escolas beneficiadas | Alunos beneficiados | Exemplares | Valores/ aquisição |
|-------------------------|-----------------------------|----------------------------|-------------------|---------------------------|
| Anos iniciais do | | | | |

⁴⁰Foram apresentadas 19 coleções e 13 foram aprovadas no PNLD 2018.

| | | | | |
|---|---------|------------|-------------|------------------|
| ensino fundamental | 39.465 | 9.569.765 | 26.359.755 | 239.238.536,30 |
| Anos finais do ensino fundamental | 46.312 | 9.818.107 | 27.615.896 | 251.757.569,09 |
| Ensino médio | 19.921 | 7.085.669 | 89.381.588 | 879.770.303,13 |
| PNLD Campo | 55.619 | 2.588.165 | 7.167.788 | 50.305.263,29 |
| Educação de jovens e adultos (EJA) | 28.488 | 2.075.973 | 3.374.120 | 46.160.440,28 |
| Total PNLD 2018 | 117.566 | 31.137.679 | 153.899.147 | 1.467.232.112,09 |

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Nesse contexto, o livro didático recebe uma intensa valorização no que tange às políticas pedagógicas no Brasil. Entretanto, é imprescindível uma observação para além da consagração do livro como ferramenta didática. É necessária a percepção do livro com importância econômica, ideológica e política no contexto de ensino, como mostram os valores movimentados no programa nos anos de 2017 e 2018.

Nota-se que, durante os anos iniciais do ensino fundamental, 39.465 escolas foram beneficiadas pelo PNLD, com 9.569.765 alunos contemplados e os valores de aquisição na ordem de R\$ 239.238.536. Com relação aos anos finais do ensino fundamental, 46.312 escolas com cerca de 9.818.107 alunos beneficiados e com valores de R\$ 251.757.569, demonstram a importância econômica dos livros didáticos com um total de quase 500 milhões de reais.

Com relação ao ensino médio, há a diminuição do número de instituições beneficiadas (19.921 escolas) e com a diminuição também da quantidade de alunos (7.085.669) e o aumento dos valores dos materiais didáticos no montante de R\$ 879.770.303,13. Quase 300 milhões de reais a mais do que o ensino fundamental.

Os dados evidenciam além da importância econômica, questionamentos importantes, como a educação de jovens e adultos que recebe o montante de R\$ 46.160.440,28 ou a educação do campo com o montante de R\$ 50.305.263,29. Valores significativamente inferiores em relação a outras modalidades de ensino. Embora a quantidade de escolas beneficiadas (um total de 55.619) seja maior do que as escolas de ensino fundamental nos anos iniciais e anos finais e maiores também do que as escolas do ensino médio. Entretanto, a quantidade de alunos beneficiados é menor e a explicação pode ser relacionada a fatores sociais e políticos de acesso dos alunos a essas instituições.

Segundo Helenice Rocha (2017), os livros de história estão no centro das críticas e discussões públicas, principalmente pela mídia que representa a posição de determinados segmentos sociais. Isso ocorre, segundo a autora, porque os livros de história possibilitam elaborações de narrativas sobre o passado remoto, bem como, sobre o passado recente que repercutem de modo direto sobre a sociedade.

Além disso, as ideologias presentes nas narrativas históricas também são problemáticas, apontadas com frequência em discussões sobre livros didáticos. Para Helenice Rocha (2017), os livros de história são plenos em ideologias em virtude dos assuntos que tratam. E esses assuntos podem bonificar a sociedade, bem como, silenciar determinados sujeitos, eventos e processos históricos.

Ademais, as discussões em torno dos silenciamentos relacionam-se diretamente com o sentido da memória e a sua relação com a história. A memória usualmente é tida como o processo de lembrar fatos ocorridos dentro de uma limitação de tempo. Contudo, relacionada à história, a memória precisa ser compreendida a partir da memória individual, uma memória a princípio entendida como passiva e de atualizações mecânicas e que posteriormente é reconhecida como um processo dinâmico e ativo, complexo e interativo, atrelada a memória coletiva que constitui o processo de construção de registro de acontecimentos considerados importantes e necessários de serem lembrados (BARROS, 2011).

Assim, ainda segundo D'Assunção Barros (2011), longe de ser um processo que apenas se constitui no cérebro a partir de atualizações de vestígios que foram guardados neurologicamente, há uma dimensão social tanto na memória individual como na memória coletiva, atreladas e limitadas no espaço e no tempo. Nesse contexto, a memória individual está associada à memória coletiva e esta se relaciona à Memória Histórica, que é partilhada por todos os indivíduos da sociedade, de modo resumido e esquemático, construída a partir da historiografia produzida (BARROS, 2011).

Para Michael Pollak (1989), a relação estabelecida entre história e memória se dá através da função do historiador como responsável pelo enquadramento da memória, processo designado como “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar” (POLLAK, 1989). E nesse procedimento há o risco de uniformização, opressão e exclusão de sujeitos.

Além da produção historiográfica, a memória histórica também é produzida por segmentos sociais como a mídia e a política, com interesses específicos de defesa de projetos sociais e que nesse contexto constituem o que D'Assunção Barros (2011) define como

“cultura Histórica”, construída também pela historiografia, embora não restrita, e de lugares de memórias. Lugares de memórias que podem ser físicos, funcionais, simbólicos dentro de um vasto universo, até mesmo historiográfico (BARROS, 2011).

Existem ainda os “lugares por trás dos lugares”, em que se constituem as forças responsáveis pela imposição da memória coletiva de diversos modos (BARROS, 2011). Assim, atrelando a discussão da elaboração e distribuição dos livros didáticos, os “lugares por trás dos lugares” de memória são as grandes editoras e o Estado em função das regulamentações.

D’Assunção Barros (2011) acrescenta ainda que “a Memória Histórica, conjuntamente com o seu tempo, seria constantemente reconstruída ou reatualizada pela coletividade” (BARROS, 2011, p. 323). Desse modo, esse tipo de memória é mutável e para tanto são necessários mecanismos e ferramentas para esse processo. O livro didático apresenta-se como uma ferramenta importante, constituindo-se como objetos materiais e textuais da memória, ou, como designa Gramsci (1982), ferramentas ideológicas.

Nesse sentido, realizar a análise dos livros didáticos possibilita que sejam identificadas outras formas de utilizá-los, problematizá-los, especialmente, para perceber o seu papel social na construção da memória coletiva.

Os livros didáticos analisados nesse estudo foram selecionados a partir do PNLD 2018. Como critérios para a escolha das publicações buscou-se mapear os números de exemplares e tiragem dos livros e os valores recebidos pelas editoras, disponibilizados no *site* do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Além disso, optou-se por analisar livros utilizados em escolas públicas de referência na rede estadual do Maranhão como: Liceu Maranhense, Escola Modelo, Instituto Estadual de Educação, Ciências e Tecnologia do Maranhão, na região central de São Luís, e as escolas Domingos Vieira Filho e Erasmo Dias, localizadas no município de Paço do Lumiar.

O primeiro livro escolhido para análise é o “**História Global**”, adotado no terceiro ano do ensino médio, da coleção da editora Saraiva, de terceira edição publicada em 2016 e escrito por Gilberto Cotrim. Sua escolha se justifica pelos números da editora Saraiva no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: 310 títulos impressos adquiridos com valor total de R\$ 187.853.145,61.

O segundo livro a ser analisado, também adotado no terceiro ano do ensino médio, da coleção “**História das Cavernas ao Terceiro Milênio**”, da editora Moderna em sua 4ª edição, lançado em 2016, escrita por Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota. A

justificativa dessa escolha está também relacionada aos números da Editora Moderna com títulos adquiridos: 218 exemplares, com total de livros impressos no valor de R\$ 170.999.223,39. Além disso, no relatório de avaliação, a coleção recebe bastantes elogios com relação a sua estrutura, proposta didática, iconografia, diversidade.

O terceiro livro objeto de análise é o da coleção “**Contando História**” da Editora Quinteto, que tem como autores Cesar Marcio Pellegrini, Adriana Machado Dias e Keila Grinberg. De acordo com as informações disponibilizadas no *site* oficial, a tiragem de livros do ensino médio dessa editora foi no total de 1.940.824 exemplares, com 26 títulos adquiridos pelo PNLD e o valor pelas aquisições somam R\$ 20.803.970,11.

O livro analisado da editora FTD para o ensino médio escolhido foi da coleção “**História Sociedade e Cidadania**”, segunda edição, lançada em 2016, de autoria de Alfredo Boulos Junior. Os números da editora são: total de tiragem de livros para o ensino médio: 11.289.214; títulos adquiridos pelo programa: 246; valor total com as aquisições: R\$ 215.516.822, 42.

O livro da editora Palavras Projetos Editorias LTDA, coleção “**Cenas da História**”, autoria de Cândido Grangeiro, quinta obra analisada, possui a tiragem de 122.412 exemplares. A editora possui seis títulos adquiridos pelo PNLD 2018 e os valores totais recebidos pelos títulos somam a quantia de R\$ 3.395.744, 20.

Quadro 2: Quadro de obras analisadas, autores e respectivas editoras

| Livro | Autores | Formação acadêmica | Editora |
|------------------------|-----------------------|--|-----------------|
| História Global | Gilberto Cotrim | Bacharel em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). Licenciado em História pela Faculdade de Educação da USP. Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (Mack-SP). Professor de História na rede particular de ensino. Advogado inscrito na OAB de São Paulo. | Editora Saraiva |
| | Patrícia Ramos Braick | Não foram encontradas informações profissionais ou acadêmicas sobre a autora na plataforma <i>Lattes/CNPq</i> . | |

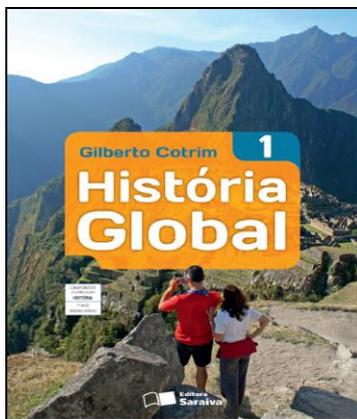
| | | | |
|--|-------------------------|---|-----------------------------------|
| História da Caverna ao terceiro Milênio | Myriam Becho Mota | Mestre em Relações Internacionais - Ohio University, doutoranda em História. Com experiência na área de História, com ênfase em Culturas Políticas, atuando principalmente nos seguintes temas: antropologia, ciência política, história contemporânea e história da América. | Editora Moderna |
| Contato História | Cesar Marcio Pellegrini | Não foram encontradas informações profissionais ou acadêmicas sobre a autora na plataforma <i>Lattes/CNPq</i> . | Quinteto Editora |
| | Adriana Machado Dias | Mestre em Gestão Educacional pela Unisinos, graduada em Licenciatura em História pela Faculdade Porto-Alegrense e em Psicologia pela Universidade Luterana do Brasil. | |
| | Keila Grinberg | É Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. É Doutora em História do Brasil (Universidade Federal Fluminense, 2000, com estágio (bolsa-sanduíche) na Universidade de Maryland at College Park, 1998-1999), com pós-doutorado pela University of Michigan (2011-2012) e pela New York University (2017-2018). É professora do Programa de Pós-Graduação em História da UNIRIO e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (PROFHISTORIA), do qual foi vice-coordenadora local e da rede nacional (2014-2017). | |
| História Sociedade e Cidadania | Alfredo Boulos Junior | Leciona o curso de curta duração em Iconografia de negros no livro didático de História pelo Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão em São Paulo na PUC e Trabalha na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. | FTB |
| Cenas da História | Candido Grangeiro | Possui experiência área de história contemporânea. Mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas | Palavras Projetos Editoriais LTDA |

Fonte: Elaboração da autora.

A partir destas considerações introdutórias, passemos para a análise dos livros didáticos selecionados, especificamente os temas deste estudo: os governos de Fernando Collor (1990-1992) e de Dilma Rousseff (2015-2016).

3.2.1 Livro 1: História Global - Editora Saraiva

Imagem 40: Livro Didático “História Global”



Fonte: PNLD, 2017

O livro da coleção “**História Global**”, Gilberto Cotrim (2016), é uma obra em três volumes dividida em unidades temáticas organizadas cronologicamente e com a perspectiva integrada de conteúdos relacionados à História da Europa, da África, da Ásia, da América e do Brasil, com destaque para aspectos políticos, econômicos e sociais.

O manual do professor está organizado a partir da mesma distribuição de capítulos do livro do estudante e apresenta as orientações pedagógicas adequadas ao uso do livro, o uso relacionado a outras ferramentas didáticas como música, arte e cinema, o estímulo a discussões e a relação dos temas as realidades do estudante. A parte específica fornece orientações, objetivos de unidade, justificativas, respostas comentadas, sugestões de leitura, atividades complementares e textos de apoio, relativos ao conteúdo de cada volume. Também apresenta textos complementares sobre os usos de vídeos e filmes, com orientações sobre o emprego desses recursos e a proposição de construção interdisciplinar do conhecimento histórico em diálogo com outras áreas do currículo.

O livro que será nesse tópico analisado é o volume três da coleção dividido em quatro unidades: a primeira^o unidade trata sobre “Coesão e coerências”, possui 4 capítulos: A Primeira Guerra Mundial, A Revolução Russa, Abalos Capitalistas e Regimes Totalitários, Segunda Guerra Mundial. A 2^o unidade com a temática “República e sociedade”, possui os capítulos: A instituições republicanas, República Oligárquica, Revoltas da Primeira Republica, Era Vargas. A terceira unidade, com o tema “Globalização e meio ambiente”, possui os seguintes os capítulos: Pós Guerra e Novos Confrontos, Ásia, África e Oriente Médio, Socialismo: da revolução à crise e o capítulo Desigualdades e Globalização.

Além da quarta unidade que tem como tema “Democracia e movimentos sociais”, possui três capítulos: O Brasil Democrático, Governos Militares e o capítulo em que estão inseridos os governos Fernando Collor (1990-1992) e Dilma Rousseff (2010-2016), O Brasil Contemporâneo, que aborda a transição político-democrático brasileira até a atualidade.

O livro possui as seguintes seções que compõem cada capítulo: A “Abertura da unidade”, com a apresentação de um texto introdutório e uma imagem relacionada aos temas que serão abordados nos capítulos. Além disso, busca fazer a introdução ao tema histórico que trata a divisão. No decorrer dos capítulos a seção “Treinado o olhar” propõem atividade de leituras de imagem relacionando-as a história da arte, entretanto, durante a análise dos governos Fernando Collor e Dilma Rousseff não há essa relação.

O livro ainda possui mapas e iconografia variada, glossários, seções “investigando”, destinadas a atividades de pesquisas, boxes “interpretando fonte” que apresentam textos ou imagens que buscam estimular a interpretação crítica sobre fontes relacionadas aos temas, boxes “Em destaque” que trazem textos e outras versões da historiografia sobre os temas de cada capítulo e as sessões “Oficina da História” que aparecem no final de cada parte com as atividades.

O Volume três de “**História Global**” possui 288 páginas. O capítulo 15 sobre o Brasil Contemporâneo possui 16 páginas. As análises realizadas sobre o governo Fernando Collor somam quatro páginas. E as que tratam sobre o governo Dilma Rousseff somam duas páginas, sendo que o primeiro mandato está inserido no contexto de análise do segundo mandato do governo Lula (2006-2010).

Sob o título “O governo Collor: promessa de modernidade e decepção”, o autor resume o governo de forma clara, apontando que durante a campanha, Fernando Collor prometeu a modernidade, apresentando-se como o responsável pelo desenvolvimento e moralização da política, como apontado também na historiografia através das análises de David Maciel (2011). Entretanto, ao longo do seu governo, segundo a narrativa construída por Gilberto Cotrim, o “Caçador de Marajás” não logra êxito no seu projeto político que começa a ser contestado.

A campanha de 1989, a primeira eleição direta pós Ditadura Militar⁴¹, é citada em apenas duas linhas no livro, na introdução ao Governo Collor. Com a expressão “Agitada campanha eleitoral” o autor não explica por que 1989 foi um ano de agitação. Durante o pleito estão em embate os projetos políticos, sendo a vitória de Collor considerada pela

⁴¹ Denominação utilizada pelo autor do livro História Global, Gilberto Cotrim.

historiografia como a chegada ao poder de um determinado projeto político que se tornaria hegemônico pós-Ditadura (PICCOLO, 2010). A imprensa nacional transformou a vida política do país em uma trama acompanhada diariamente pela população brasileira e teve peso significativo na construção da imagem dos dois candidatos que disputaram o pleito no segundo turno, Collor e Lula.

Entretanto, o livro de Gilberto Cotrim não faz nenhuma menção a imprensa durante a abordagem sobre o governo Collor. Embora conste nas referências bibliográficas ao final do capítulo os jornais *Folha de São Paulo* (1995; 1997; 2000), *O Estado de São Paulo* (1997; 1998) e a revista *Veja* (1994), nenhum dos veículos de comunicação com ano de publicação se rererem ao governo Fernando Collor. Também não são listadas obras historiográficas centrais sobre o governo.

O livro cita que em discurso durante a campanha, Fernando Collor assinala que seu governo será centrado na moralização do serviço público, combate aos monopólios através do “pensamento neoliberal”. O livro ressalta o pensamento neoliberal de Collor sem explicar quais medidas são caracterizadas como neoliberais. A abertura da economia para o mercado internacional, a privatização, a diminuição estatal em determinados setores sociais. Nada disso é citado na narrativa sobre este governo.

Não há nenhuma explicação sobre conceitos econômicos utilizados para explicar o plano Collor, termos como “estabilização”, “hiperinflação”, bem como, o próprio conceito “neoliberal”. A narrativa de Gilberto Cotrim também não fala sobre o combate aos marajás, termo que Fernando Collor utilizou para caracterizar funcionários que recebiam do Estado e não trabalhavam. Esse discurso atribuiu ao Collor à denominação de “Caçador de Marajás” forma como ficou nacionalmente reconhecido (CONTI, 1999).

De acordo com o PNLD 2018, as obras da disciplina história devem contribuir para o aprofundamento de conceitos estruturantes do componente curricular como tempo, historiografia, trabalho, fato, processo, entre outros. Além disso, estar adequado a atualização de conceitos e informações e assim possa contribuir para que os estudantes e professores não incorram em erro por conta de simplificações explicativas ou generalizações que podem comprometer a abordagem histórica e a noção de sujeitos históricos (BRASIL, 2017).

No que tange ao Plano Collor, de forma resumida, o livro cita o confisco das contas correntes e cadernetas de poupança como única medida do plano. Entretanto, o plano tinha um leque de outras medidas em áreas diversas, como política de renda, finança pública, privatizações e reformas administrativas. Que segundo David Maciel, era uma alternativa do

grupo dominante para atualizar mecanismos de dominação social, políticas e econômicas, reforma do Estado, política cambial e comércio exterior. (MACIEL, 2011).

Sobre as denúncias de corrupção do governo, o livro destaca apenas o escândalo do esquema PC Farias, identificando o início da crise política do governo somente dois anos após a posse. Mas, como nos afirma Sergio Conti (1999), os escândalos de corrupção envolvendo a cúpula governamental começaram três meses após a posse com o caso de contratação de empresas de publicidades sem licitação através de matéria publicada pelo Jornal *Folha de São Paulo*.

O livro de Gilberto Cotrim não aborda os movimentos sociais pró-*impeachment*, não possui imagens sobre o governo, nem na posse, muito menos das manifestações de rua a favor do *impeachment* de Fernando Collor. Das quatro páginas sobre o governo Collor, duas são usadas para um *box* sobre a questão indígena durante o governo Collor, relacionando-a com o fato de que coincidiram com as comemorações dos 500 anos de descoberta da América por Colombo. Entre as informações contidas no texto, um abaixo assinado enviado à presidência exigindo a demarcação de terras indígenas.

Na resenha apresentada no guia PNLD 2018 sobre a coleção “**História Global**” consta que a coleção “objetiva desenvolver o pensamento crítico dos alunos, a preocupação com a cidadania e a questão indígena” (BRASIL, 2018, p. 36b). Talvez essa seja a justificativa para o *box* sobre a questão indígena de duas páginas.

Entretanto, foram excluídos da análise assuntos relevantes, como o movimento dos “Caras Pintadas” e as tentativas de Collor para conter a crise. Discutidos por Tales Quintão (2010), o autor aponta que a crise política do governo Collor ganha grandes proporções na imprensa e transforma a vida política do país em virtude das manifestações populares que tomam as ruas através de movimentos insuflados, a princípio, pelo Movimento Estudantil no Rio de Janeiro e em São Paulo e depois tomando força em outras capitais e cidades brasileiras. Ressalta ainda que durante o ano de 1992 transformou-se no principal movimento político popular culminando no afastamento do presidente (QUINTÃO, 2010), embora estivessem envolvidos nesse processo outros movimentos, sobretudo, a oposição ao governo PT, PMDB e PSDB (SALLUN, 2011).

As medidas de conter a crise política também não foram abordadas durante a análise de Gilberto Cotrim e representam um aspecto importante para análise do contexto político do Brasil durante o governo Fernando Collor. Segundo Barbara Geddrs (2000), a corrupção é uma marca do governo Collor e na tentativa de conter os escândalos e minimizar o impacto

das práticas corruptas dos ministérios, bem como impedir que as investigações apontassem seu envolvimento em tais práticas, Collor lança medidas de recuperações econômicas como os Projetos Emenda e a reforma ministerial como medidas inovadoras, embora as emendas contidas no projeto sejam as mesmas medidas apresentadas durante o início do governo e a reforma ministerial configurou-se como uma tentativa de ampliação da base de apoio governamental (GEDDRS, 2000). Esses mecanismos poderiam ter sido citados durante a narrativa do governo Collor para intensificar a instabilidade política pelo qual passava o Brasil durante o período além de apontar o caminho até o *impeachment*.

Além desses temas importantes do governo, o livro não apresenta nenhuma atividade relacionada ao governo Collor. A única atividade está relacionada a interpretação do texto sobre a questão indígena apresentada no *box* e as questões estão muito mais relacionadas a aspectos culturais como “quais características das culturas indígenas deveríamos levar em conta em nossa sociedade moderna? ”. As relações entre a questão indígena e a ditadura militar é explorada na atividade através da pergunta: “É possível perceber no texto uma crítica a ditadura militar? Explique.”

O livro de Gilberto Cotrim descarta as várias possibilidades de discussão sobre a participação social nos processos políticos democráticos e o papel da mídia nos processos políticos, econômicos e sociais no Brasil. Uma possibilidade de fixação do conteúdo poderia ser através da apresentação de reportagens sobre o período e interpretação dessas reportagens pelos alunos ou mesmo projetos de pesquisas que fizessem uma relação entre o movimento estudantil como porta voz dos próprios estudantes em questões políticas nacionais atualmente.

Para o governo Dilma Rousseff foram destinadas duas páginas em que o livro da editora Saraiva, “**História Global**”, de forma resumida trata sobre o governo da primeira presidente mulher do país. Com o título “Governo Dilma: desigualdade social, o grande desafio do país”, o livro inicia o tema ressaltando que Dilma Rousseff começou a vida política aos 16 anos e nas décadas de 1960 a 1970 participou da luta armada contra a Ditadura Militar, foi presa e torturada por órgãos repressivos do governo. A informação não é devidamente explicada, fato que pode gerar interpretações equivocadas sobre sua trajetória política.

As referências bibliográficas listadas no livro não trazem obras centrais sobre o governo Dilma Rousseff mas indicam as obras que fundamentam a discussão sobre a Ditadura no Brasil como a obra de Marcos Antônio Napolitano (1998), que analisa os principais aspectos dos governos militares no Brasil.

O primeiro mandato de Dilma é apresentado apenas como “continuidade das políticas adotadas por Lula” em seu mandato. São apresentados dados sobre os domicílios brasileiros até 2004: 3,2%, não possuíam iluminação elétrica, número que caiu para 0,3% em 2014. Todavia, não são apresentadas as referências desses dados. O mesmo acontece com os dados relacionados à pobreza extrema.

Atribuir ao mandato da Dilma Rousseff uma “continuidade” do governo Lula, parece diminuir a importância de uma mulher ocupando o cargo. Durante seu primeiro mandato, a presidente ampliou as políticas adotadas durante o governo Lula, sobretudo, as políticas de cunho social. Como apontam os autores Pedro Paulo Bastos (2017) e Carlos Eduardo Plinio (2016), que ao realizarem análise sobre o governo Dilma Rousseff apresentam as medidas da Nova Matriz Econômica (NME) como o principal sinal de distanciamento entre os dois governos.

As medidas de recuperação da economia defendidas por Dilma Rousseff como a redução da taxa Selic, queda de impostos sobre operações financeira (IOF), aumento de crédito, redução e isenção momentânea do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e outros impostos, reforma do setor elétrico, intervenções no mercado cambial e a criação do Plano Brasil Maior, garantiram ao governo maior liberdade para a execução de novas medidas sociais como, por exemplo, o projeto Brasil Carinhoso de assistência a mãe de baixa renda e a ampliação de projetos educacionais como o PRONATEC (BASTOS, 2017). Além de apontar o fim do pacto social estabelecido durante o governo Lula (PLINIO, 2017).

Sobre a crise política, o livro de Cotrim aponta que se instaura a partir de 2013 com os protestos contra as tarifas de transporte. Todavia, as manifestações deste ano são um dos picos da crise de hegemonia do governo Dilma. A população vai às ruas insatisfeitas não somente com a tarifa de transporte, mas por vários outros motivos como a insatisfação política em virtude dos escândalos de corrupção envolvendo os partidos aliados e ministros do governo, além da desaceleração do crescimento em virtude da crise econômica internacional e da dificuldade de negociação com a oposição e com partidos aliados (SILVA; BENEVIDES, 2017).

Em 2014 Rousseff é reeleita mesmo com a popularidade em baixa, para justificar tal informação o livro apresenta dados sobre o aumento do desemprego, inflação e dívida pública, mais uma vez sem apresentar as fontes sobre os dados. Como ápice da crise política, o livro aponta o *impeachment* de Dilma e apresenta que foi fruto de várias frentes de oposição do governo insatisfeitas com o seu desempenho. A narrativa sobre o afastamento dela

conversa com a análise do processo realizada por Lira Alli (2016), embora a autora aponte o *impeachment* como um golpe parlamentar e Gilberto Cotrim trate somente como um processo de *impeachment*.

Assim como ocorreu na narrativa sobre o Fernando Collor, o livro de história da coleção da editora Saraiva de autoria de Gilberto Cotrim não confere nenhum destaque ao embate social, as manifestações pró e contra *impeachment*, ocorridos durante o ápice da crise governamental do governo Dilma Rousseff.

De acordo com o guia do PNLD 2018, na sessão em que estão dispostas as resenhas de cada coleção aprovadas no programa, a coleção apresenta exploração iconográfica, análise de documentos, interpretações de fontes diversas, sugestão de *sites*, livros e filmes e preocupação com a questão da cidadania (BRASIL, 2018). Nenhum desses fatores está presente nas páginas que tratam sobre o Governo Collor no livro “**História Global**”.

Com relação às atividades e seus objetivos, a resenha sobre a obra contida no Guia PNLD 2018 apresenta que essas visam explorar o desenvolvimento das habilidades de leitura iconográfica e interpretação de fontes diversas. Além disso, ampliação da capacidade de investigação e preocupação com questões da cidadania (BRASIL, 2017). Entretanto, nenhuma dessas habilidades foi observada no capítulo referente aos governos de Fernando Collor e Dilma Rousseff.

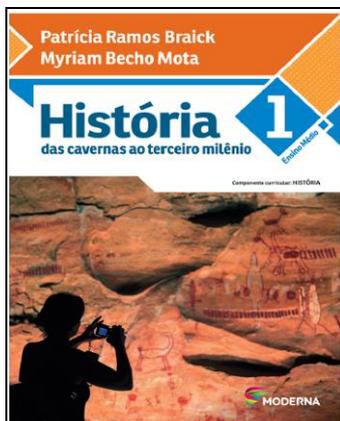
Com relação à abordagem histórica, segundo a resenha, a obra apresenta possibilidade de relacionar passado e presente no tratamento dos conteúdos históricos e propõe situações que permitem a construção de argumentos e desenvolvimento de pensamento crítico (BRASIL, 2017).

Mas, a partir da análise feita dos dois períodos referente ao governo Fernando Collor e Dilma Rousseff, a obra não possibilita o estímulo à consciência crítica, já que não aborda o movimento social para o *impeachment* a partir da perspectiva de que foi um movimento heterogêneo com a ativa participação dos jovens através do movimento dos “Caras Pintadas” no que se refere ao Governo Collor (DIAS, 1990).

O mesmo ocorre em relação à crise do governo Rousseff. O livro analisado não fala sobre o embate social e as manifestações pró e contra *impeachment* da Dilma Rousseff, apesar de apontar o processo de afastamento dela com resultado de insatisfação de grupos de oposição, entretanto, não apresenta uma discussão sobre as várias interpretações do processo na historiografia que atribui ao processo um golpe parlamentar, para que um projeto político não validado nas urnas chegasse ao poder como defendem os autores (FERREIRA, 2016).

3.2.2 Livro 2: História das Cavernas ao Terceiro Milênio- Editora Moderna

Imagem 41: Livro didático “**História das Cavernas ao Terceiro Milênio**”



Fonte: PNLD, 2018.

No livro “**História das Cavernas ao Terceiro Milênio**”, de autoria de Patrícia Ramos Braick e da historiadora Myriam Becho Mota insere-se na perspectiva da história integrada que intercala a história geral com a história do Brasil a partir de uma história linear e com destaque aos conteúdos e abordagens europeias. A obra é organizada em três volumes: o volume 1, aborda os períodos de surgimento do ser humano e o colonialismo europeu na Idade Moderna. O volume 2 versa sobre os povos pré-colombianos até os Estados americanos construídos após a independência. E o volume 3, objeto dessa análise, que aborda as temáticas sobre imperialismo europeu na Ásia e na África até a atualidade.

O livro do professor da coleção é dividido em duas partes: uma comum aos três volumes e a parte específica. A parte comum aos três volumes versa sobre as discussões em torno da “Era da informação e a hibridação cultural”, de maneira simples orienta o professor a relacionar os conteúdos com outras ferramentas didáticas como a internet e manter o respeito às diversas culturas.

Também apresenta “Os desafios do magistério no Ensino Médio”, parte em que trata das diretrizes apontadas pela BNCC para o ensino médio. Além de apresentar a estrutura da obra, orientações para trabalhos interdisciplinares, avaliações e referências que trazem textos norteadores da discussão de ensino como os escritos de Circe Bittencourt (2011).

A parte específica de cada volume apresenta uma discussão sobre “Objetivos e agentes sociais da história” apontando a necessidade de construção da consciência histórica nos alunos de modo a fazê-los perceber que também são agentes da história, através das atividades relacionando os conteúdos ao cotidiano dos alunos. Além disso, a seção “A história e o tempo presente” reforça essa concepção relacional dos conteúdos com o presente dos

estudantes e apresenta orientações de possibilidades para trabalhar com os conteúdos e as atividades.

O livro do estudante é organizado em 12 capítulos e em cada um há, além do texto base, a abertura do capítulo com imagem e questão introdutória relacionando a temática às questões de reflexão sobre o tempo presente, subtítulos e *boxes* interativos com indicação de textos complementares, tais como o “Aprenda mais” e “Conversando”, vídeos e filmes que aparecem nos *boxes* (“Você vai gostar de ver”), além das seções: “Texto complementar” e “Trabalhando com fontes”, “Questão de Enem e vestibulares”, “Aprenda mais” e ao final de cada volume aparecem as sessões “Análise de matérias jornalísticas”, “Pesquisa”, “Elaboração de esquemas de estudos” e “Análise de um filme”. Essas seções dispostas apenas ao final de cada volume necessitam de uma abordagem diferente do professor que precisa apontar aos alunos as orientações para realizar atividades relacionadas a análises de matérias jornalísticas, filmes e vídeos dispostos.

A obra possui 272 páginas. O capítulo “Brasil: da redemocratização aos dias atuais” em que estão inseridas as análises sobre o governo de Fernando Collor e Dilma Rousseff possui 23 páginas. Ao governo Collor foram destinadas duas páginas, com destaque para a campanha de 1989, o plano econômico, a campanha do *impeachment*, conferindo destaque ao movimento dos “Caras Pintadas”. E ao governo de Dilma Rousseff foram conferidas também duas páginas com destaque para a temática econômica do governo, a Comissão Nacional da Verdade e o *impeachment*.

A análise das referências bibliográficas apontou para a ausência de obras centrais sobre o governo Fernando Collor e Dilma Rousseff. Entretanto apresentam obras que fundamentam questões importantes na análise dos dois governos como o texto de Maria Helena Capelato (1999), “Propaganda política e controle dos meios de comunicação”, que faz uma relação sobre a maneira como a propaganda política e a imprensa foram usadas por Getúlio Vargas, apontando os mecanismos utilizados pelo político como as técnicas de linguagens, *slogans* e frases de efeitos ao falar com a população para legitimar seu projeto político. Além da ausência de obras centrais sobre os dois governos, não estão listados nas referências a utilização de jornais, revistas, ou filmes, citados na obra ao longo dos capítulos.

A narrativa de Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota sobre o governo Collor é iniciada pela análise da campanha de 1989, explicada de forma clara, com ênfase para a quantidade de candidatos e seus partidos. O livro também se refere à construção feita pela imprensa nacional da imagem de “homem público moderno, campeão de luta contra a

corrupção, ‘Caçador de Marajás’”. Para retratar Collor, o livro faz uso de uma imagem do presidencialista pilotando um jato da aeronáutica, representando a jovialidade e a coragem de Fernando Collor. Pontos também destacados por autores especialistas no tema como Luís Franceschini (1992).

Imagem 42: Fernando Collor pilotando um caça da força aérea brasileira



Fonte: BRAICK; MOTA, 2016, p. 261.

Sobre o plano econômico, o livro também destaca apenas a medida de confisco do dinheiro das cadernetas de poupanças, sem citar as demais medidas, entretanto, aponta que com o lançamento dessa medida a inflação baixou, voltando a subir, o que levou, em 1991, ao lançamento do Plano Collor II, que congelou os preços e salários sem que a inflação baixasse de fato, como amplamente discutido na historiografia por David Maciel (2011).

Ao apontar os dois planos econômicos, embora com pouca ênfase às demais medidas, Patrícia Braick e Myriam Mota, avançam na análise em relação a Gilberto Cotrim no livro “**Historia Global**”, entretanto, não explicam conceitos e termos importantes na análise dos planos econômicos do governo.

Sobre os escândalos de corrupção, o livro marca o ano de 1991 como momento em que os primeiros escândalos envolvendo o governo veem à tona e cujo ápice deu-se em 1992, quando Pedro Collor em entrevista denuncia o esquema de tráfico de influência coordenado por Paulo César Farias, que culminou na abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Entretanto, a historiografia sobre o período aponta para os primeiros escândalos de corrupção envolvendo a equipe de governo a partir do terceiro mês de mandato através de reportagens que asseguravam a contratação de empresas para publicidade sem o processo de licitação, como apontam Fernando Lattman Weltman (1994) e Mario Sergio Conti (1999).

Diferente do livro de Gilberto Cotrim, este livro enfatizou o movimento *pro-impeachment*, explicando inclusive, o “Domingo Negro”, como ficou conhecido o domingo de manifestações contrárias ao pedido de Collor para que a população fosse às ruas vestindo

as cores do Brasil. Como imagem exemplificando o movimento dos “Caras Pintadas”, a fotografia de Eder Chiodetto, na descrição: “caras pintadas foi o nome dado aos estudantes que pintaram seus rostos e foram à rua contra Collor”.

Imagem 43: Movimento “Caras Pintadas”



Fonte: BRAICK; MOTA, 2016, p. 261

O livro não deixa claro que o movimento *pró-impeachment* foi um movimento social que envolveu, além dos estudantes, outras demandas sociais, bem como, a oposição ao governo. Mas na imagem utilizada do movimento, ao fundo observa-se uma bandeira do Partido dos Trabalhadores que evidencia a heterogeneidade do movimento como apontam Brasília Sallum Júnior e Guilherme Stolle Casarões (2011).

No final do capítulo “Brasil: da redemocratização aos dias atuais” são apresentadas atividades no *box* “Pensando criticamente”. A questão referente ao governo Collor trata sobre a influência da imprensa na ascensão e queda de Fernando Collor. Elemento fundamental nas análises historiográficas do governo como aponta Fernando Welttman (1994).

O livro editado pela Moderna, “**História das Cavernas ao Terceiro Milênio**”, dedica ao governo Dilma Rousseff duas páginas. A imagem utilizada para abertura da narrativa do governo é uma fotografia capturada na cerimônia de posse. Dilma Rousseff está com a faixa presidencial, vestida de branco, e é a primeira mulher a ocupar o cargo de presidente da República brasileira.

Imagem 44: Posse de Dilma Rousseff no segundo mandato



Fonte: BRAICK; MOTA, 2016, p. 263

O destaque da análise do livro em relação ao governo Dilma Rousseff é dado através da expansão das políticas assistencialistas, mantendo a estabilidade econômica e trabalhando pela erradicação da pobreza no país. Diferente de Roberto Cotrim, o livro de Patrícia Braick e Myriam Mota, pontua os avanços durante o governo Dilma com relação aos programas sociais, menciona o programa “Brasil sem Miséria⁴²”, citando que, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), durante o governo Dilma, o país conseguiu sair do mapa da fome⁴³ em 2014. Como feito deste governo, também é citado pelo livro o lançamento da Comissão Nacional da Verdade (CNV)⁴⁴, responsável por investigar a violação dos direitos humanos ocorridos no Brasil e 1964 a 1988.

O tema é tratado somente no livro de Patrícia Braick e Myriam Mota, apesar de ser uma vertente de análise importante, já que, a CNV, durante quatro anos, investigou e colheu depoimentos a fim de apurar os crimes contra os direitos humanos durante o período da ditadura no país, crimes cometidos inclusive contra Rousseff, quando presa e torturada.

⁴² O programa foi lançado em 2011, para tirar da pobreza mais de 16,2 milhões de brasileiros que estavam na faixa de pobreza extrema, já que sobreviviam com menos de R\$ 70 mensais.

⁴³ Através do *relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura* são descritos pela ONU os países em que a problemática da fome tem a maior preocupação. O Brasil deixa o mapa da fome pela primeira vez durante o governo Lula e a implementação do programa Fome Zero lançado em 2002.

⁴⁴ A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi um órgão temporário criado pela Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011 com a finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1964 e 5 de outubro de 1988 e encerrou suas atividades em 10 de dezembro de 2014 com a entrega do relatório final. O trabalho conduzido permitiu à Comissão Nacional da Verdade concluir que as graves violações de direitos humanos ocorridas no período investigado, especialmente nos 21 anos da ditadura instaurada em 1964, foram resultado de uma ação generalizada e sistemática do Estado, configurando crimes contra a humanidade (DIAS, 2015).

Ao falar da crise política do governo Dilma Rousseff, a obra **“História das Cavernas ao Terceiro Milênio”** aponta as manifestações populares, como as “jornadas de junho”, como um conjunto de vários protestos ocorridos no referido mês, como destaque apenas o movimento encabeçado pelo Movimento Passe Livre (MPL). A imagem utilizada para completar o texto é uma fotografia de uma manifestação contra o aumento das passagens que ocorreu em São Paulo, na fotografia é possível observar manifestantes com a faixa: “Se a tarifa não baixar, a cidade vai parar!”

Entretanto, as manifestações que ocorrerem em junho de 2013, não foram somente por conta do aumento das tarifas, segundo Pedro Bastos (2017) em análise sobre o governo Dilma Rousseff, as manifestações foram desencadeadas pelo MPL mas tomaram maiores proporções ao reunir vários segmentos sociais demonstrando a heterogeneidade do movimento contrário a corrupção e exigindo melhorias na saúde e educação, além da contrariedade dos investimentos do governo na realização da Copa do Mundo de futebol no país.

O livro também destaca a operação Lava Jato, pontuando a responsabilidade dessa operação no desgaste do governo já abalado pela crise econômica e social. Após elencar o panorama político em que Dilma Rousseff assume o segundo mandato, citando as medidas adotadas pelo governo para conter a crise, as autoras apontam como agravante da situação a acusação de que a presidente cometeu crime de responsabilidade fiscal, sem explicações aprofundadas sobre as medidas que a configuraram como crime, e o ápice da crise que se configura com a abertura do processo de *impeachment* e afastamento de Dilma Rousseff em abril de 2016. Entendido na narrativa de Patrícia Braick e Myriam Mota como apenas um processo de afastamento em decorrência do panorama econômico e político e agravado pelo crime de responsabilidade.

Segundo a resenha da obra contida no guia PNLD 2018, o livro se destaca pela diversidade de atividades que estimulam a participação e o envolvimento dos estudantes como agentes em favor da própria aprendizagem. Além disso, as atividades possibilitam o desenvolvimento de habilidades como a leitura de imagens, textos diversos e complementares e a variabilidade de fontes históricas (BRASIL, 2017). Todavia, apesar de apresentar atividade relacionada ao governo Collor com exercícios que relacionam a imprensa e sua influência na ascensão e queda, não há a presença de atividades com leitura de fonte ou textos complementares sobre a temática.

Com relação ao governo Dilma Rousseff, não há atividades. Entretanto, seu governo não é apresentado apenas como continuação do governo Lula. O livro apresenta a expansão dos programas sociais e a criação da Comissão Nacional da Verdade que representou um avanço significativo no que se refere à apuração dos crimes políticos ocorridos durante a Ditadura, fato em consonância com o que apresenta a resenha sobre a obra que objetiva “apresentar as mulheres como protagonistas dos acontecimentos e processos históricos” (BRASIL, 2017).

3.2.3 Livro 3: Contato Histórias – Quinteto Editora

Imagem 45: Livro Didático “Contato História”



Fonte: PNLD, 2018.

O Livro da coleção “**Contato História**”, dos autores Marco Pelegrini, Adriana Machado Dias e Keila Grinberg foi editado pela Quinteto Editora. O livro é organizado cronologicamente e de acordo com o guia PNLD 2018, “busca analisar as transformações que ocorrem na sociedade desde a origem do ser humano até o Brasil Contemporâneo” (BRASIL, 2017, p.71).

O manual do professor da coleção é dividido em 12 unidades idênticas às do livro destinado ao uso do Estudante. Organizado com as seções: “Estrutura da Coleção”, “Orientações didáticas e metodológicas” e “Leituras sobre o ensino de História”. O manual apresenta também os mapas de conteúdos, recursos, objetivos, comentários e sugestões de discussões e atividades em sala de aula de cada volume. Além de sinalizar quando o tema em questão favorece o trabalho interdisciplinar, constando também textos explicativos de aprofundamento, assim como materiais complementares e gabarito para as

atividades. Orienta o professor para a contextualização dos conteúdos a partir de pressupostos teóricos da Nova História Cultural e da Nova História.

O livro do estudante é organizado em 12 capítulos: “A industrialização e a expansão imperialista”, “A Primeira República”, “A Grande Guerra e a Revolução Russa”, “O período Entre guerras”, “A Era Vargas”, “A Segunda Guerra Mundial”, “As transformações mundiais durante a Guerra Fria”, “Movimentos de independência na África”, “A democracia no Brasil do pós-guerra”, “O Brasil durante a ditadura militar”, “O mundo contemporâneo” e “O Brasil contemporâneo”.

Cada capítulo é organizado com 10 a 12 subcapítulos que possuem apresentação com imagens, textos e questões introdutórias relacionadas ao tema do ponto, e as seções “Enquanto isso”, “O sujeito da história”, “Passado e presente” e “Explorando a imagem” que fazem a interação do texto como a historiografia, curiosidades e estimulam a interpretação de textos e imagens.

O livro também possui os *boxes*: “Ampliando seus conhecimentos”, que busca fazer a relação entre os temas e a arte e história, a “História no cinema” em que são indicados filmes que tratam sobre o tema histórico do capítulo e o *box* “Para ler” em que são apresentadas obras da historiografia ou literatura.

Ao final de cada capítulo, encontra-se a seção que direciona para as atividades e que possui as seguintes subseções: “Sistematizando o conhecimento”; “Expandindo o conteúdo”; “Explorando a imagem”; “Oficina de história”; e “Vestibulares”.

O terceiro livro da coleção, destinado aos alunos do 3º ano, objeto de análise nesse estudo, possui 288 páginas, das quais 24 páginas compõem o capítulo “Brasil contemporâneo” e o subcapítulo “O Brasil na era da Globalização”, que faz análises dos governos Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992), Fernando Henrique (1995-2003) Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2015), possuem três páginas cada. Os governos Collor e Rousseff ocupam uma página cada.

Na abertura da unidade 12, o texto introdutório descreve que abordará “o processo de consolidação da democracia após a Ditadura, a integração do Brasil no sistema mundial globalizado e os impactos dos avanços da globalização em diversas áreas da sociologia brasileira”. Como imagem para análise:

Imagem 46: Abertura do capítulo de Brasil contemporâneo



Fonte: PELEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2016, p. 273

A imagem é uma fotografia registrada na cidade de São Paulo em 2004, sem identificação do fotógrafo⁴⁵, em que se vê um prédio de luxo, com piscinas em cada andar, quadras de esportes na área de lazer, e, na mesma perspectiva da foto, uma favela com moradias simples e aparentemente com pouca estrutura, ruas estreitas, alguns carros e pessoas andando pela região.

Em um *box* são apresentadas questões relacionadas à fotografia para estimular a discussão sobre as desigualdades sociais (exibidas como principal problema enfrentado pelo Brasil na atualidade) e a indagação sobre quais outros problemas o país enfrenta e que podem ser citados pelos alunos em uma discussão estimulada a partir da análise da fotografia.

Especificamente sobre o governo Collor, com o título “O Brasil na era da Globalização”, a campanha de 1989 é apresentada de forma simplificada, não sendo abordados os embates de projetos e a importância da campanha no contexto político nacional pós-ditadura. O livro resume a campanha em uma frase: “brasileiros vão às ruas escolher presidente de forma direta”. Diminuindo a importância da primeira eleição direta pós Ditadura⁴⁶ e o embate de projetos em disputa durante o período (DIAS, 1990).

Em contrapartida, o livro de Cesar Pelegrini, Adriana Machado Dias e Keila Grinberg preocupou-se em contextualizar o ano de 1989 como o momento de inserção do país

⁴⁵ O registro aéreo foi feito em 2004 pelo fotógrafo Tuca Vieira sobre a comunidade de Paraisópolis, vizinha dos residenciais do Morumbi. Um relato sobre a história dessa fotografia pode ser acessado em <https://www.theguardian.com/cities/2017/nov/29/sao-paulo-tuca-vieira-photograph-paraisopolis-portuguese>. Acesso em 01 junho de 2020.

⁴⁶ Denominação utilizada pelos autores do livro Contato História, Marco Pelegrini, Adriana Machado Dias e Keila Grinberg.

ao “Mundo Globalizado”. Ponto de vista também presente na obra de Adelson Marques Gennari (2001), apontado nas referências bibliográficas.

Em seguida, faz referência às políticas neoliberais implementadas posteriormente no Brasil com o início o governo de Fernando Collor em 1990, todavia, não há a problematização do neoliberalismo, nem explicações conceituais assim como identificado nas obras de Gilberto Cotrim e Patrícia Braick e Myriam Mota. Fernando Collor é apresentado como o representante do projeto neoliberal e da modernidade. O que reproduz a imagem construída pelo próprio candidato, mas que não é referenciada pela historiografia, como aponta Tomas Skidmore (2000) ao assinalar a trajetória política de Fernando Collor como um fiel representante da classe dominante, neto de político e filho de empresário do ramo de comunicação em Alagoas.

Ao analisar o governo, os autores construíram a seguinte apresentação: “o ex-governador de Alagoas, Fernando Collor, foi eleito, vencendo o candidato do PT, Lula, líder sindical de origem operária” (PELEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2016, p. 221). Em nenhuma parte do texto, é citado qual o partido político com o qual Collor concorreu à presidência, informação relevante, uma vez que houve efetivamente uma construção da imagem de Collor desde as aparições em rede nacional de TV até a criação do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), como defendido por Monica Piccolo (2012). Além disso, o texto destacou o partido adversário e a origem do candidato Lula, sem fazer a mesma referência à carreira política de Fernando Collor. Elemento considerado central na historiografia para entendimento sobre a ascensão do fenômeno Collor, como pontua Luciano Martins (1991).

O livro dos autores Marco Pelegrini, Adriana Dias e Keila Grinberg, enfatiza as questões econômicas do governo do “Caçador de Marajás”, apresentado o seu discurso de posse e elencando fatores como “prender corruptos e acabar com a inflação” e, para tal, apresenta o “Plano de Combate à Inflação”, com destaque para o confisco das cadernetas de poupanças “gerando descontentamento”. Sem explicar termos importantes como a inflação, uma vez que a atual geração de estudantes não vivenciou os anos inflacionários e por conta disso há a necessidade de maiores explicações.

O livro não faz referência à “Caça aos Marajás”, que constituía a marca de Fernando Collor recorrente na historiografia sobre o tema, e resume o plano econômico apenas ao confisco. Apesar de apresentar que houve descontentamento em relação à implementação do plano econômico, não especifica quais as classes ou segmentos sociais descontentes com o confisco.

Entretanto, o livro, de modo resumido, apresenta o subtítulo “Abertura Neoliberal” em que apresenta o Consenso de Washington como uma “reunião econômica realizada em Washington para discutir a crise econômica latino americana” e apresenta também os preceitos básicos neoliberais como: “subordinação econômica às leis de mercado, a intervenção do Estado como obstáculo à iniciativa privada, desenvolvimento, desregulamentação do mercado de trabalho, corte de gastos sociais, privatizações de empresas estatais e abertura da economia para o mercado externo”.

A partir da análise nas referências ao final do capítulo, observou-se a presença da obra “Globalização, Neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90” de Adelson Marques Gennari (2001) que faz uma análise da política econômica empreendida nos anos noventa pelos governos brasileiros sob a orientação geral do que ficou conhecido na literatura por neoliberalismo (GENNARI, 2001). O texto apresenta o contexto do surgimento das propostas neoliberais e a inserção dessas práticas no Brasil a partir do governo Collor, momento que os autores designam como “Abertura neoliberal”.

Como consequência para o Brasil da implantação de políticas neoliberais por Collor, o livro cita que houve a redução de impostos sobre importações e muitas empresas nacionais foram atingidas, além da grande quantidade de privatizações de empresas estatais, narrativa condizente com a análise de Adelson Marques (2001).

Com relação à crise política do governo, a coleção “**Contato História**” marca seu início a partir da descoberta do Esquema PC, quando houve a nacionalização do esquema de corrupção, dando início às manifestações populares, sem relação com os embates existentes no presidencialismo ou o papel da oposição do governo e da imprensa nacional nesse processo de crise governamental. Como reiteradamente apontado pelos autores Brasília Sallun Júnior e Guilherme Paixão Casarões (2011).

Como imagem das manifestações, o livro faz uso da fotografia de Eptácio Pessoa, publicada no *O Estado de São Paulo* da manifestação pró-*impeachment* nas ruas de São Paulo. Na imagem, é possível observar alguns jovens segurando uma faixa que em que se lê “Fora Collor!” e a legenda explica que o movimento “Fora Collor” foi promovido em 1992 por jovens que ficaram conhecidos por “Caras Pintadas”, sem aprofundamento ou maior discussões sobre o movimento.

Imagem 47: Movimento Fora Collor em 1992



Fonte: PELEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2016, p. 274

No final do capítulo, espaço destinado às atividades, nenhuma questão relacionada ao governo Collor ou que faça qualquer relação com temáticas referentes ao assunto como, por exemplo, a participação popular nos processos democráticos, corrupção ou mesmo relacionadas à política econômica, que na análise do livro é o viés com maior relevância.

Embora a resenha do guia PNLD 2018 sobre a obra enfatize que o livro dialoga com o conhecimento da arte e do cinema, apresentando sugestões de filmes e propostas de atividades com diferentes obras artísticas, além de atividades interdisciplinares através da indicação de pesquisas, montagem de exposições, entrevistas e trabalhos escolares (BRASIL, 2017), nenhuma dessas proposições foi identificada no capítulo que trata sobre os governos de Fernando Collor e Dilma Rousseff.

O tópico de “**Contato História**” que trata sobre o governo Dilma Rousseff é intitulado “O governo Dilma Rousseff”. A partir de uma contextualização do fim do segundo mandato de Lula, “aponta Dilma como sucessora” e a apresenta como “Ex-militante de esquerda, Dilma chegou a ser presa e torturada quando lutava contra a ditadura militar”⁴⁷. (PELEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2016, p. 224). A apresentação de Dilma Rousseff,

⁴⁷ Em 1964, Dilma Rousseff iniciou na militância na Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop), com 16 anos. Depois, ingressou no Comando de Libertação Nacional (Colina), movimento adepto da luta armada. Em 1969, começou a viver na clandestinidade e foi obrigada a abandonar o curso de economia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que havia iniciado dois anos antes. Em julho daquele 1969, o Colina e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) se uniram, criando a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) da qual Dilma Rousseff fazia parte mas afirma que nunca participou efetivamente da luta armada. Em 1970, Dilma foi presa e submetida a torturas em São Paulo (Oban e DOPS), no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. As torturas aplicadas foram o pau de arara, à palmatória, choques e socos, que causaram problemas em sua arcada dentária. No total, foi condenada a seis anos e um mês de prisão, além de ter os direitos políticos cassados por dez anos. No entanto, conseguiu redução da pena junto ao Superior Tribunal Militar (STM) e saiu da prisão em 1972. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br>.

realizada a partir das suas lutas durante o período da Ditadura Empresarial Militar, é posta com destaque no que se refere à análise do primeiro mandato da presidente. Essa perspectiva de exposição da presidente possibilita interpretações equivocadas a respeito da sua trajetória política na atualidade, assim como ocorre na narrativa construída por Gilberto Cotrim no livro “**Historia Global**”.

Em análise das referências bibliográficas observou-se obras significativas que abordam temas como *Ditadura, Socialismo e Revolução*, como os escritos de Florestan Fernandes (1979), José Murilo de Carvalho (2008) e Daniel Ararão Reis Filho (1997). Que apresentam perspectivas historiográficas sobre esses temas e por consequência fundamentam a obra a respeito da trajetória política de Dilma Rousseff durante a Ditadura Militar no Brasil.

O livro não aborda o candidato que disputou o pleito em segundo turno com Dilma Rousseff, nem o contexto da campanha de 2010, apenas cita que Rousseff elegeu-se sob a tutela de Lula e deu continuidade a diversos programas sociais e obras públicas através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Sem maiores explicações.

Como marco para a crise do primeiro mandato, o livro faz referência aos escândalos de corrupção do “Mensalão” em que políticos do Partido dos Trabalhadores foram presos. Contudo, não explica o contexto dos escândalos ou o próprio termo “Mensalão⁴⁸”.

Em 2014, sobre a campanha de reeleição, é dado destaque para a polarização política materializada na disputa pelo pleito entre Dilma Rousseff e Aécio Neves, sem a contextualização política a respeito de seu adversário político. Além disso, o livro apresenta os problemas que Dilma precisaria enfrentar no segundo mandato: “alta da inflação e baixo crescimento econômico e desemprego” (PELEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2016, p. 225). Para ressaltar a informação, o livro cita Rodrigo Polito, que aponta a taxa de desemprego em 2016 na faixa de 9,5%. De acordo com a referência, o percentual foi retirado de uma publicação em *blog* pessoal, em detrimento de utilização de sites ou documentos oficiais sobre o período que dariam mais consistência à informação.

A publicação apresenta um *box* sobre a polarização política durante o segundo mandato, em que apresenta a crise do governo Dilma, que se constitui em “uma espécie de polarização política em relação ao *impeachment*” (PELEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2016, p. 225). Todavia, a oposição política se constitui já durante o primeiro mandato de Lula e intensifica-se durante o segundo mandato de Dilma em um contexto de crise econômica mundial e da gestação de um projeto político de Golpe parlamentar. Como defendido pelos

⁴⁸ O escândalo consistiu nos repasses de fundos de empresas que faziam doações ao Partido dos Trabalhadores (PT) para conquistar o apoio de políticos (SINGER, 2012).

autores Graça Costa (2016) e André Singer (2016), ao analisarem o processo de crise política do governo Dilma.

Para exemplificar a polarização política, o responsável pela pesquisa iconográfica, Túlio Shances⁴⁹, usa duas imagens das manifestações pró-*impeachment* na Avenida Paulista publicadas no *blog* pessoal do jornalista Well Rodrigues⁵⁰. Nas imagens é possível observar, do lado direito da página, a multidão com faixa “Fora Dilma”, bandeiras do país e pessoas vestidas das cores nacionais. Do lado esquerdo, a imagem do movimento contra o *impeachment* de Dilma Rousseff em que é possível observar militantes partidários vestidos de vermelho, faixas de centrais sindicais e poucas bandeiras do Brasil.

Imagem 48: Movimentos a favor e contra o *impeachment* de Dilma Rousseff



Fonte: PELEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2016, p. 276

Os autores tratam o afastamento de Dilma Rousseff como resultado da “polarização política”. Não há qualquer discussão sobre todo o processo que colocou fim ao seu governo. E observou-se a ausência de obras historiográficas nas referências que tratassem do governo Dilma Rousseff.

A resenha do Guia PNLD 2018 sobre a obra indica que o livro organiza os conteúdos a partir do recorte cronológico e aponta para diferentes visões sobre um mesmo fato, compreendendo-se a escrita da História como fruto de tensões e múltiplas interpretações (BRASIL, 2017), fato observado na análise, uma vez que os dois governos são descritos a partir das tensões políticas e ideológicas.

Entretanto, o peso atribuído para o exame do governo Collor, por exemplo, é diferente da narrativa do governo Dilma Rousseff. Enquanto Collor é apresentado como

⁴⁹ Não foram encontradas informações profissionais ou acadêmicas sobre o responsável pela iconografia na plataforma *Lattes/CNPq*.

⁵⁰ Não foram encontradas informações profissionais ou acadêmicas sobre o responsável pela iconografia na plataforma *Lattes/CNPq*.

“representante da modernidade”, Dilma Rousseff é identificada como “ex-militante de esquerda”. Ou seja, os autores incorporam à narrativa presente no livro didático, no que se refere a Collor, como a própria imagem construída pelo candidato, ao passo que em relação à Dilma Rousseff, enfatiza uma das maiores críticas que lhe fora conferida.

Assim como os outros livros, apesar da resenha apresentar que as atividades propostas tendem a dialogar com textos complementares e imagens, com a indicação de filmes e *sites* que podem servir como aprofundamento dos temas estudados (BRASIL, 2017), não foi observada nenhuma dessas proposições na obra “ **Contato História**” de Cesar Marcio Pellegrini, Adriana Machado Dias e Keila Grinberg.

3.2.4 Livro 4: História Sociedade & Cidadania- Editora FTD

Imagem 49: Livro didático “História Sociedade & Cidadania”



Fonte: PNLD, 2017.

O livro da editora FTD, “**História Sociedade & Cidadania**”, de autoria de Alfredo Boulos Junior, faz parte da coleção composta por três volumes lançada em 2016. O Manual do Professor está dividido em seções que apresentam questões relevantes para o uso do material e o ensino através das seções de orientação de leitura e didática ao professor: “Metodologia da História”, “Correntes historiográficas”, “Pressupostos teóricos”, “Objetivos para o ensino de História”, “Conceitos-chave da área de História”, “Currículos do Ensino Médio” e “Metodologia de Ensino-aprendizagem”, em que são apresentadas ao professor vertentes sobre a disciplina história, uma breve discussão sobre as correntes historiográficas e os conceitos relacionados à disciplina. Além de apresentar discussões sobre as fontes históricas e o trabalho com imagens e a necessidade de adoção de uma perspectiva

interdisciplinar. As seções “cidadania, etnia e gênero”, apresentam os pontos relevantes sobre a temática afro, indígena e de gênero na sociedade.

O livro do estudante está organizado em unidades temáticas compostas, em média, entre dois a cinco capítulos. As unidades temáticas são: “Resistência à dominação”, “Propaganda política”, “Esporte e cinema”, “Movimentos sociais”, “Meio ambientes e saúde”. Na abertura de cada unidade, um texto introdutório com imagem e questões que visam estimular a discussão sobre os capítulos que serão expostos. Além disso, os *boxes* “para saber mais”, “para refletir” e “Dialogando” apresentam sugestão de leitura, curiosidades e o diálogo com a historiografia dos temas.

As atividades estão ao final de cada capítulo e ao longo deles. Aparecem através de *boxes* interativos chamados “Leitura e escrita em História”, que apresentam leitura de imagens e contextualização com fontes históricas durante a exposição do conteúdo, e ao final de cada capítulo que fecha as unidades aparece a sessão “Você cidadão!” em que o livro aponta questões que fazem a associação do tema discutido em cada unidade com questões relacionadas ao cotidiano e a cidadania.

O livro do 3º ano possui 287 páginas das quais 21 páginas compõem o capítulo “O Brasil e a nova ordem mundial” em que são apresentados os governos de Fernando Collor, em duas páginas, e o governo de Dilma Rousseff, em três páginas.

O capítulo “O Brasil e a nova ordem mundial” é iniciado com uma charge de Samuca, publicada no *Diário Oficial de Pernambuco*, em 14 de abril de 2000, em que um homem de terno com a fisionomia de irritação, sentado em uma mesa em uma sala, fala ao telefone para que chamem os seguranças por que “tem uns índios querendo participar dos 500 anos!” e ao fundo um grupo de índios que olha para o homem como se não estivessem entendendo.

Imagem 50: Charge de abertura da unidade



Fonte: BOULOS, 2016, p. 281

As perguntas relacionadas à imagem provocam os leitores a pensar sobre quem seria o homem de terno ao telefone? Qual é a crítica do artista presente na charge? Qual a reação dos índios em relação ao homem?

O capítulo versa sobre a campanha política de 1989, do governo Collor ao governo Dilma Rousseff. No primeiro tópico sobre o governo Collor, denominado “A campanha presidencial de 1989”, o pleito é contextualizado e apresentado com significância em virtude de ser o primeiro pleito pós-Ditadura. Fernando Collor é apresentado como “jornalista, de família tradicional de políticos e empresário, ex-prefeito de Maceió, deputado federal pelo PDS e governador de Alagoas pelo PMDB”. O destaque para a trajetória política de Fernando Collor é realizado sem a associação da imagem do candidato a modernidade, como as demais obras aqui analisadas.

A imagem selecionada para ilustrar a eleição é uma fotografia de Collor durante a campanha discursando na comunidade da Rocinha no Rio de Janeiro, em que é possível vê-lo em primeiro plano, com fisionomia séria e ao fundo uma multidão de pessoas ouvindo seu discurso. Na legenda explicativa da imagem, “Collor fazia discursos inflamados e breves, recheados de frases de efeito e gestos teatrais”. O candidato discursava para os “descamisados” se apresentava como “inimigo da corrupção e dos Marajás” e seria o responsável por “derrubar a inflação”.

O livro de Boulos indica a experiência de Collor com os “meios de comunicação de massa” (BOULOS, 2016, p. 221) e ressalta que essa experiência e conhecimento o ajudou durante a campanha eleitoral, como ressalta Fernando Weltman (1994) e Sergio Conti (1999) em análise sobre o papel da imprensa televisiva e impressa na ascensão do Fenômeno Collor.

Imagem 51: Fernando Collor em campanha eleitoral



Fonte: BOULOS, 2016, p. 281

Em seguida, o texto faz menção ao candidato que disputou o segundo turno da eleição contra Collor. Lula é apresentado como “metalúrgico, líder sindical, popular em virtude da liderança nas Greves de 1978, foi candidato a governador e deputado federal”. Em seus discursos, segundo a narrativa de Alfredo Boulos Junior dirigia-se à classe trabalhadora e fazia críticas à desigualdade social, à pobreza, defendia o fim do pagamento da dívida externa e um governo democrático popular, mencionava a necessidade de reforma agrária e o desenvolvimento nacional em prol dos trabalhadores. Motivos pelo quais, segundo Luciano Martins (1991), a burguesia nacional temia a vitória de Lula.

O destaque da narrativa do livro de Boulos é a polarização ideológica que se estabeleceu durante a campanha de 1989: de um lado, os “conservadores” que apoiaram Lula (PFL, PDS e boa parte do PMDB, Leonel Brizola e Mario Covas), entretanto, Collor vence o pleito com apoio de “grandes partidos e meios de comunicação a partir do uso eleitoral de fatos da vida pessoal de Lula” (BOULOS, 2016, p. 221). Interpretação também defendida na historiografia por Carlos Melo (2007).

Sobre o governo Collor, com início em 15 de março de 1990, o livro “**História Sociedade & Cidadania**” de Alfredo Boulos, cita o discurso de posse e apresenta o plano econômico, com ênfase ao bloqueio da poupança, congelamento dos preços e aumento da taxa de consumo e o início das privatizações, fazendo referências breves a algumas medidas neoliberais, sem explicar o que são essas medidas e o que representam para a economia do país. Assim como as demais obras analisadas, não há a contextualização e problematização do conceito neoliberal.

Ao tratar sobre a crise política do governo no tópico “Falta de Ética na política”, o livro destaca as denúncias de corrupção desencadeadas por Pedro Collor, a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito e a ligação de Collor com o esquema de corrupção coordenado pelo ex-tesoureiro de campanha, Paulo Cesar Farias. Marcando, assim como nos outros livros analisados nesse estudo, a crise política do governo Collor com as denúncias de corrupção feitas por Pedro Collor.

No tópico “O *Impeachment*”, o livro trata da “explosão de grandes manifestações populares” (BOULOS, 2016, p. 221) ao falar sobre as manifestações em 1992 e apresenta que “na linha de frente das manifestações os ‘Caras Pintadas’ (BOULOS, 2016, p. 221). Ao retratar que os “Caras Pintadas” estavam a frente do movimento *pró-impeachment* o livro deixa de lado, assim como as outras obras analisadas, as disputas de projetos políticos e o papel da oposição ao governo Collor e, principalmente, o papel da grande imprensa no

processo de afastamento do primeiro presidente eleito diretamente pós-Ditadura Empresarial Militar.

Em comparação com as outras obras, Boulos conferiu maior destaque para a campanha eleitoral e o embate ideológico existente em todo o processo de redemocratização do país, fato que também se evidencia na narrativa ao observar o *box* “Dialogando”, em que o livro faz a relação entre o inimigo comum durante a ditadura militar, os comunistas, e o inimigo comum durante o governo Collor, os marajás. A partir da análise, é possível identificar que ocorreu uma “mudança no imaginário político brasileiro”(BOULOS, 2016, p. 222) que deixa de ser os comunistas e passa a ser os funcionários fantasmas do serviço público. Perspectiva apontada pela autora Renata Marcelle Lara (2014) no texto “Sentido do comunismo no imaginário brasileiro”, citado nas referências do livro.

Com relação ao governo Dilma Rousseff, o livro de Alfredo Boulos apresenta a temática em três páginas. Segundo o texto, intitulado “O governo Dilma Rousseff”, Dilma vence as eleições de 2010 “prometendo dar continuidade aos programas do governo Lula”. Entretanto, enfatiza que quando toma posse a conjuntura política mundial estava desfavorável em virtude da crise econômica dos Estados Unidos e da Europa. Ponto também presente na análise de Mauricio Silva e Silvio César Benevides (2017).

Desse modo, o livro faz a relação de Dilma Rousseff como responsável pela continuidade do projeto político de Lula, minimizando a importância da eleição da primeira mulher para a presidência, mas, destaca a conjuntura política mundial como justificativa para que não houvesse o desenvolvimento esperado.

A narrativa apresenta, ainda, medidas tomadas por Rousseff para conter a crise política, como: “intensificou investimentos em infraestrutura com o Programa de Aceleração do Crescimento, ampliação de parceiros comerciais, diminuição de exportações para os EUA, concessões de aeroportos. Rodovias e ferrovias para melhorar os serviços e os custos de produção” (BOULOS, 2016, p. 224). Todavia, as medidas não foram suficientes e no terceiro ano de governo, com a queda da atividade econômica e a dificuldade de aprovação de projetos, a crise do governo se intensifica. Aspectos também presentes na análise realizada por Marcia Cassin (2017) a respeito da crise política deste governo.

O livro também destaca os protestos de junho de 2013, em virtude da Copa das Confederações, apresentando as características das manifestações com “uso intenso de redes sociais, grande número de jovens e a reunião de diferentes camadas sociais” (BOULOS, 2016, p. 224). Com relação a narrativa sobre esses protestos, citando as redes sociais como

ferramentas importantes para a organização e discussão política, Boulos aproxima a narrativa da discussão apresentada por Eurico Matos (2017) em que as redes sociais digitais representam um novo palanque para as discussões políticas no país.

Na imagem utilizada para retratar as manifestações é possível ver um homem em primeiro plano, segurando um cartaz em que se lê “me chama de copa e investe em mim” e uma multidão de pessoas na manifestação. Na legenda explicativa da imagem “milhares de brasileiros saíram às ruas para protestar contra o aumento do preço das passagens de ônibus”.

Imagem 52: Manifestações em junho de 2013



Fonte: BOULOS, 2016, p. 284

A imagem da manifestação e o texto dão a ideia de que as manifestações ocorreram em virtude de grandes investimentos do governo na Copa das Confederações, associado ao momento de crise econômica em que o país passava. Entretanto, é importante citar que os protestos de junho de 2013 foram intensos e mobilizaram milhares de pessoas nas principais cidades brasileiras e como pauta das reclamações estavam o aumento da passagem em São Paulo, a qualidade dos serviços públicos oferecidos e os problemas em saúde e educação, como expõe Carlos Eduardo Plinio (2016) e Jessé Pinto (2017).

No tópico “Operação Lava Jato”, o livro trata sobre os escândalos de corrupção de modo resumido, apontando que personalidades da política tradicional ligadas ao Partido dos Trabalhadores foram presas na operação e contextualizando o modo como Dilma Rousseff chega ao segundo mandato, vencendo as eleições de 2014 contra Aécio Neves.

Em 2015, segundo a narrativa proposta pelo autor, a crise do governo se agrava “o Brasil apresentou PIB negativo de -3,8%, aumentou os preços dos alimentos e do aluguel, enquanto as taxas de desemprego voltaram a subir” (BOULOS, 2016, p. 225). Os dados são

apresentados sem nenhuma referência. Em seguida o livro aborda o pedido de abertura de *impeachment* com a justificativa de “crise de irresponsabilidade”, sem contextualização ou explicações sobre o que a expressão significa política, econômica ou socialmente para o país.

No tocante às manifestações que marcam o fim do governo Dilma Rousseff e os trâmites do *impeachment* na Câmara, o livro recorre às imagens dos movimentos contra e a favor do afastamento da presidente. De um lado, a manifestação na Avenida Paulista com os manifestantes de vermelho e bandeiras partidárias e de centrais sindicais. Na outra, os manifestantes, também na Avenida Paulista, trajando roupas amarelas e bandeiras nacionais a favor do *impeachment*. Não são apresentadas referências ou legendas explicativas sobre os movimentos.

Assim como nos outros livros analisados não há uma discussão em torno do processo de *impeachment* que colocou fim ao governo Dilma Rousseff apesar de constar uma análise historiográfica intensa sobre a temática.

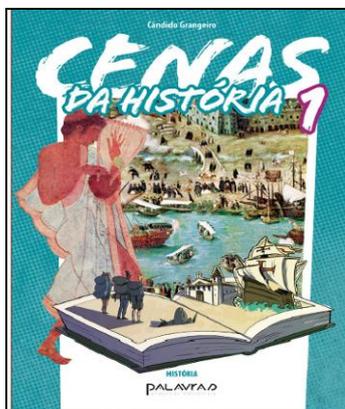
A resenha do livro no Guia PNLD 2018 apresenta que a obra foca no desenvolvimento das competências de leitura e escrita por meio de textos e documentos variados (BRASIL, 2017), entretanto, a análise de documentos ou textos complementares, indicação de filmes e obras sobre a temática não fizeram parte do capítulo.

Com relação à proposta pedagógica, a resenha aponta que o livro enfatiza a noção de história-problema, por meio de questionamentos que introduzem a temática abordada em cada capítulo (BRASIL, 2017), fato observável na abertura do capítulo de Brasil Contemporâneo, ao tratar da questão indígena. Entretanto, com relações às análises efetivas do governo de Fernando Collor e Dilma Rousseff, os questionamentos introdutórios ou mesmo ao longo da narrativa foram inexistentes.

O descompasso entre a resenha e a obra também é notável no que se refere à análise do governo Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita presidente do Brasil e a narrativa associada ao seu governo como apenas a continuidade do Governo Lula. Embora a resenha do guia PNLD 2018 indique que a obra objetiva destacar “a figura das mulheres enquanto sujeitos da história e sua presença em diferentes espaços sociais” (BRASIL, 2017, p. 69), tal perspectiva não esteve presente no capítulo destinado a primeira presidente do Brasil.

3.2.5 Livro 5: Cenas da história- Palavras Projetos Gráficos LTDA

Imagem 53: Livro didático “Cenas da História”



Fonte: PNLD, 2017.

O livro da editora Palavras, “**Cenas da História**”, de autoria de Candido Grangeiro é estruturado a partir de uma dimensão cronológica sequencial em três volumes. No volume destinado ao 1º ano, o corte temporal segue o curso da formação da humanidade e da constituição das primeiras sociedades até a construção do Estado Absolutista; além de abordar as relações entre a história e o cinema. O volume do 2º ano aborda a Expansão Marítima Europeia, os desdobramentos da colonização, até o processo de Independência do Brasil, e faz a relação entre história e música. O volume do 3º ano trata da história contemporânea, do século XIX ao tempo presente e contemplam as articulações entre história, imprensa e comunicação.

O Manual do Professor da coleção é constituído de partes comuns nos três volumes que exploram as perspectivas teóricas que fundamentam a coleção e a parte específica a volume tratando diretamente dos conteúdos em sala de aula, as possibilidades de uso e sugestão de leituras para o professor. Além de orientações para construção e respostas das atividades, dicas, atividades e textos complementares, indicações de livros, *sites* de internet e filmes, sugestões de operacionalização das seções, boxes e textos dos capítulos.

O Livro do Estudante é composto por três volumes com o texto, intercalado por seções, *boxes* e atividades e as unidades têm início com uma história em quadrinhos. Ao final das unidades, a seção “Laboratórios de projetos” propõe atividades relacionadas a evidências históricas, produção historiográfica e com relação a interpretações de histórias em quadrinhos.

Os capítulos temáticos são compostos pelas seções: “O estudo da História”, “Cenas do mundo”, “História e tecnologia”, “O passado em uso” e “Para pensar o Brasil” que são seções que visam contextualizar os temas com a historiografia e a cidadania e o cotidiano dos estudantes. A seção “Amplificador” encerra as inserções nos textos principais por meio de subseções fixas como: “Para rever”, que apresenta atividades sobre o capítulo relacionado a conceitos históricos como tempo, memória e dinâmicas sociais, “Pelas lentes da história” que visa estimular a interpretação de imagens históricas e a seção “Conexão”, faz a interdisciplinaridade com outras ciências.

O livro do 3º ano possui 288 páginas. O capítulo 14, com o título “Brasil: a democracia como exceção”, trata sobre o Brasil democrático, o retorno a ditadura e a retomada da democracia e possui 27 páginas. O governo Collor é citado no contexto da volta a democracia em dois parágrafos. Já o governo Dilma Rousseff é citado no capítulo 15 com o título “A nova (dês) ordem mundial: o Brasil e o mundo” que trata sobre a desorganização do mundo soviético, o processo de globalização e o Brasil contemporâneo. A explicação sobre o governo Dilma Rousseff é destinada uma página com destaque para a crise no primeiro mandato e a reeleição em 2014.

O Governo Collor é apresentado no capítulo “Enfim Democracia”, com subtópico “Contra a Inflação”. O período de 1990-1992 é condensado em dois parágrafos, o primeiro que trata sobre o combate à inflação, mas uma vez sem explicação sobre o termo, durante os governos de José Sarney citado como uma contextualização rasa sobre o contexto econômico que antecedeu a campanha eleitoral de 1989. Em três linhas, a narrativa expõe índices inflacionários e aponta a substituição de José Sarney por Fernando Collor em 1990.

Em análise das referências bibliográficas do livro de Candido Grangeiro, não foram observadas obras especificamente sobre o governo Collor, mas notou-se o uso dos escritos de Maria D’alga Kinzu (2001) sobre a democratização brasileira com análise do processo político desde a transição.

No que tange o governo de Fernando Collor, Candido Grangeiro destaca o Plano econômico implementado por Collor, caracterizando-o como “polêmico” e cita apenas a medida de confisco dos rendimentos das contas correntes e poupanças e a ineficiência no controle da inflação. Sem citar que durante o governo Collor foram instituídos dois planos econômicos: o Plano Collor I em março de 1990 e o Plano Collor II em fevereiro de 1991, amplamente discutidos na historiografia, a exemplo a análise realizada por Bresser Pereira (1991).

O segundo parágrafo, com destaque ao processo de *impeachment* de Collor, associa o afastamento do presidente à ineficiência e aos escândalos de corrupção. O livro cita o movimento dos “Caras Pintadas” e apresenta uma imagem de vários jovens com os rostos pintados fazendo alusão ao movimento.

Imagem 54: Movimento “Caras Pintadas”



Fonte: GRANGEIRO, 2016, p. 279

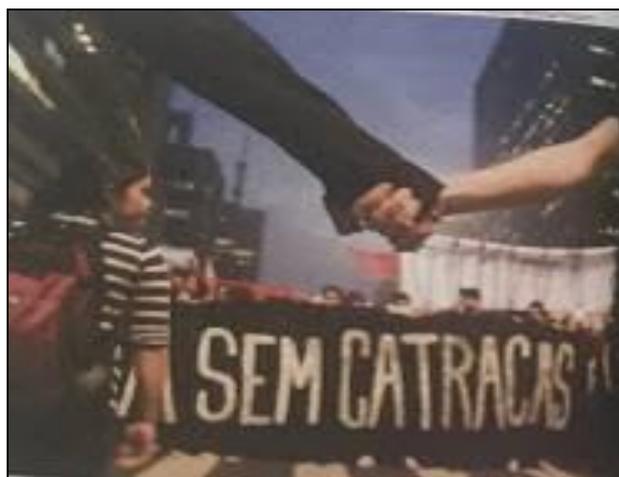
Com relação ao governo Rousseff, o livro apresenta os governos Lula e Dilma, dando a ideia de que o governo de Dilma foi a continuidade do governo anterior, sem contextualizações ou explicações da conjuntura política dos referidos governos. Segundo Carlo Plinio (2016), como justificativa para o golpe parlamentar sofrido por Dilma Rousseff em 2016 está o distanciamento da presidente das políticas, principalmente econômicas, adotadas por Lula durante os seus mandatos. Ao apontar na Nova Matriz Econômica a redução da taxa de juros com a necessidade de igualar com a taxa do mercado internacional, Rousseff cria um conflito com os bancos, diferente do que ocorre durante o governo Lula que através de associação com os setores rentistas buscou mecanismos que pudessem favorecer a economia nacional, através do denominado “pacto social”.

Inserido no capítulo “Brasil Contemporâneo”, o governo Dilma Rousseff é apresentado com o subtópico “Mergulhando na crise”, com destaque apenas à crise política do governo, sem contextualizações ou explicações eficientes sobre o plano de governo, programas ou projetos implementados no período de seu primeiro mandato.

A narrativa é superficial, com maior destaque para a “jornada de junho”, como ficaram conhecidas as manifestações durante junho de 2013, e a operação “Lava Jato”. Como imagem para ilustrar o período, a equipe responsável pela iconografia do livro, Thais Pereira,

Leticia Lemos e Monica Sousa, optam pela imagem capturada em uma manifestação em São Paulo durante os movimentos sociais organizados na cidade em junho de 2013.

Imagem 55: Jornada de Junho 2013



Fonte: GRANGEIRO, 2016, p. 282

Na imagem é possível observar manifestantes, aparentemente jovens. Em primeiro plano duas mãos dadas e, ao fundo, manifestantes segurando uma faixa em que se lê: “sem catracas”. A imagem traduz a união dos manifestantes em relação ao aumento das passagens no transporte público em São Paulo, entretanto, como indica a historiografia, o movimento levantava outras discussões que não apenas o aumento da tarifa e reunia vários seguimentos sociais (PINTO, 2017).

O segundo mandato é iniciado com o título “A sociedade polarizada”, em que de maneira breve é exposta a campanha eleitoral de 2014 e o embate de projetos entre Dilma Rousseff e Aécio Neves. Em seguida, o livro destaca a crise do segundo mandato, apontando que “o país mergulhava em grande crise econômica”. Mais uma vez, não são realizadas contextualizações ou apresentação das medidas tomadas pelo governo para conter a crise.

Segundo o livro “**Cenas da História**”, o *impeachment* de Dilma Rousseff acontece em virtude de que “cada vez mais o governo perdia amplos apoios nos setores políticos e sociais, isolando-se” (GRANGEIRO, 2016, p. 220). Ao construir essa narrativa, o livro deixa de tratar sobre os embates de projetos durante esse período na política Brasileira, além de reduzir as realizações do governo de Dilma Rousseff a dois mandatos de ineficiência e crise, sem apresentar a conjuntura política e econômica do país durante esse período.

Além disso, apesar de não haver referências bibliográficas relacionadas diretamente ao governo Dilma Rousseff, ao atribuir que seu *impeachment* ocorre em virtude da polaridade política, falta de apoio nos setores políticos e sociais e ao isolamento, a narrativa de Grangeiro assemelha-se a análise historiográfica realizada por Juca Ferreira (2016) que caracteriza o processo como um mecanismo utilizado pela oposição para tornar hegemônico um projeto não legitimado pelas urnas.

A partir da análise realizadas nos materiais didáticos, foram elaborados quadros referentes à organização dos conteúdos, proposta pedagógica, iconografia, número de páginas destinadas a análise do governo Collor, utilização de conceitos e problematizações, nos quais os conteúdos referentes ao governo foram abordados na narrativa e as atividades propostas para a fixação do conteúdo.

Quadro 2: Análise dos livros didáticos e o Governo Collor

| Aspectos analisados | História Global | História das Cavernas ao Terceiro Milênio | Contato História | História sociedade & Cidadania | Cenas da História |
|--|---|--|--|---|---|
| Organização | Unidades temáticas Cronológica; Seções fixas e seções intercaladas de pesquisa. | Capítulos temáticos | Cronológica Capítulos e subcapítulos | Cronológica | Cronológica sequencial temática |
| Proposta pedagógica | Interdisciplinar e estímulo ao pensamento crítico | História geral linear | Interdisciplinar | Interdisciplinar | Interdisciplinar |
| Iconografia | Sem imagens | Com imagens/fotografias | Com imagens/fotografia | Com imagens/fotografias | Com imagem/fotografia |
| Número de páginas destinadas ao tema | 4 | 2 | 1 | 2 | 2 parágrafos |
| Obras especializadas sobre o tema citadas na bibliografia a | Sem obras centrais | Sem obras centrais | Obras centrais sobre neoliberalismo | Sem textos centrais sobre o período | Sem obras bibliográficas sobre Collor |
| Conceitos | Sem contextualização ou discussão dos conceitos | Sem contextualizações ou discussões conceituais | Com explicações conceituais/neoliberalismo | Sem explicações conceituais | Sem explicações conceituais |
| Conteúdos abordados | Campanha Plano Collor I Esquema PC | Campanha Plano Collor I Denúncias e Pedro Collor Domingo negro | Plano Collor I Esquema PC <i>Impeachment</i> | Campanha Discurso de posse Plano Collor I | Campanha Plano Collor I <i>Impeachment</i> “Caras pintadas” |

| | | | | | |
|--|---|--|--|---|---|
| | | Caras Pintadas | | Denúncias de corrupção Esquema PC CPI Impeachment “Caras Pintadas” | |
| Atividades | Sem atividades | Atividade relacionando a influência da imprensa no processo de <i>impeachment</i> | Sem atividades | Sem atividades | Sem atividades |
| Análise da obra de acordo com o PNLD 2018 | Objetiva desenvolver pensamento crítico; preocupação com a cidadania e questão indígena, Interpretação de fontes diversas, exploração iconográfica, as atividades visam explorar o desenvolvimento e habilidades de leituras iconográficas e interpretação de fontes diversas. Apresenta probabilidade de relação entre passado e presente. | Objetiva o estímulo a consciência crítica, diversidade de atividades e contextualização histórica. Diversidade de fontes, indicação de filmes e vídeos que possibilita a interdisciplinaridade e a contextualização do tema. | A organização da obra a partir de corte cronológico possibilita a apresentação dos temas a partir das várias interpretações historiográficas. Entende a produção historiográfica sobre os conteúdos a partir das tensões entre as múltiplas interpretações. Diversidade de atividades, indicação de obras complementares e filmes. Diversidade de fontes | Apresenta textos, <i>boxes</i> e atividades variadas. Apresenta preocupação com a questão indígena, afro e das mulheres. Estimula a consciência crítica e destaca as questões sociais nas análises. | Apresenta contextualização historiográfica, diversidade de fontes e atividades. Estímulo à análise crítica Interpretações iconográficas Associação do conteúdo com arte, cinema e música. |
| Análise crítica | Campanha é resumida em duas linhas; não aborda o “combate aos Marajás”, nem o movimento a favor do <i>impeachment</i> . Em um <i>box</i> da página destaca um abaixo assinado sobre a demarcação de terras | Campanha é apresentada de modo mais específico, elencando a construção feita pela imprensa da imagem de Collor associando-o a modernidade. Faz uso de imagens jornalísticas contextualizadas; explica o movimento a | Deixa de lado o contexto de embate de projetos durante a campanha de 1989. Entretanto, direciona a discussão para a inserção do Brasil ao “mundo globalizado” a partir das medidas econômicas de Collor, sem, contudo, apresentar as consequências políticas e sociais dessas medidas. | O foco da análise é feito a partir da disputa de projetos políticos, por conta disso, confere maior destaque à campanha eleitoral, apresentando os | O livro não trata da campanha eleitoral, deixando de lado temas importantes como o embate ideológico durante o período, além disso, todo o governo é condensado |

| | | | | | |
|--|--|--|---|--|---|
| | indígenas, descontextualizado da discussão. Sem atividades de fixação do conteúdo. | favor do <i>impeachment</i> , mas não pontua a construção feita da imprensa também do movimento dos “Caras Pintadas”. Apresenta atividades relacionadas ao tema. | Não destaca de maneira significativa a participação popular nas manifestações pró- <i>impeachment</i> e muito menos a pluralidade do movimento. | candidatos e suas trajetórias políticas; faz uso de imagens jornalísticas; apresenta a crise a partir da “pressão da sociedade civil”, embora credite o movimento apenas aos estudantes. | em dois parágrafos com maior destaque ao plano econômico. Ao tratar da crise política o livro apresenta o movimento dos “Caras Pintadas” como um grupo de estudantes, deixando de tratar da heterogeneidade do movimento e do papel da oposição do governo. |
|--|--|--|---|--|---|

Fonte: Elaboração da autora.

Os livros analisados sobre o Governo Collor não fazem a apreciação do período de modo satisfatório. Há pouca ou nenhuma utilização de imagens, não há indicação de textos complementares, filmes ou qualquer outra fonte que trate sobre a temática. A imprensa não é entendida como ativa no processo de construção da imagem de Collor, apenas no livro **“Historia Sociedade & Cidadania”** de Alfredo Boulos Junior da editora, e no livro **“História da Caverna ao Terceiro Milênio”** de Patrícia Braick e Myriam Becho Mota, da editora Moderna, embora de modo superficial.

A crise de hegemonia, ponto de vista adotado nesse estudo que entende o processo de crise política a partir da perspectiva de embate de projetos políticos, do governo é, na maioria dos livros, marcada ou pelas denúncias realizadas por Pedro Collor ou pela relação de Fernando Collor com o esquema de corrupção do ex-tesoureiro da campanha, Paulo Cesar Farias. Entretanto, antes desse, outros escândalos de corrupção foram noticiados pela imprensa. Assim como apontam Fernando Weltman (1994), Mario Sergio Conti (1999) e Ary Ramos (2006).

Além disso, a narrativa dos materiais analisados sobre os processos de afastamento do presidente não leva em consideração a heterogeneidade de movimento, admite a liderança ao movimento estudantil, sem levar em consideração a oposição ao governo ou o papel de outros setores sociais nesse processo. O *impeachment* é posto como um desejo único da sociedade brasileira representada por estudantes.

Para além das análises do processo histórico, os livros não apresentam atividades relacionadas ao assunto, apenas no livro “**História da Caverna ao Terceiro Milênio**” foi identificada uma questão no final do capítulo que tratava sobre o governo Collor, fazendo a relação entre as medidas neoliberais e o governo.

Com base nesses dados, buscou-se a organização de um quadro relacionando a perspectiva adotada dos conteúdos e a historiografia, para a observação da discrepância entre os conteúdos no livro didático e o debate historiográfico.

Em linhas gerais, o conteúdo presente nas obras analisadas em relação ao governo Fernando Collor é resumido, mesmo levando em consideração o limite de páginas de um livro didático. Assim, os conteúdos que tratam sobre outros governos brasileiros como o de Juscelino Kubitschek (1956- 1961), que nos livros analisados tem em média 3 a 4 páginas ou João Goulart (1961-1964) com em média de 4 a 5 páginas com análises de imagens e atividades. Os conteúdos relacionados aos regimes totalitários na Itália e Alemanha, nos livros didáticos analisados, têm em média de 6 a 9 páginas com textos, *boxes* e atividades.

Quadro 3: Livros didáticos e a historiografia sobre o Governo Collor

| Livros | Campanha | Governo/ Plano Collor | Crise política |
|--|---|---|---|
| História Global | A campanha é apresentada sem a discussão em torno da sua importância enquanto primeiro pleito direto Pós-Ditadura Empresarial Militar | Apresenta o plano econômico apenas como confisco das cadernetas de poupança. | Crise marcada a partir da descoberta do Esquema PC. |
| História das Cavernas ao Terceiro Milênio | Destaque para a quantidade de candidatos disputando o pleito; Cita a construção feita pela imprensa da imagem de Fernando Collor. | Apresentação do plano como apenas o confisco. | Crise a partir das denúncias de Pedro Collor; contextualização do “Domingo Negro”; explica o movimento “Caras Pintadas” |
| Contato História | Análise bastante simplificada. Sem contextualização. | Destaque para as medidas neoliberais. | Marca a crise do governo a descoberta do esquema PC. |
| História sociedade & Cidadania | Contextualiza o pleito, atribui relevância em relação à primeira disputa direta pós Ditadura. Aponta o discurso de Collor e a construção feita da sua imagem pela equipe de campanha e pela imprensa. | Destaque para o discurso de posse; apresentação do plano econômico, não apenas como o confisco da poupança, mas como um projeto de governo. | Marca a crise a partir das denúncias de Pedro Collor; atribui aos “Caras Pintadas” a liderança do movimento a favor do <i>impeachment</i> . |
| Cenas da História | Contextualiza a campanha com o governo Sarney em uma linha, apenas como a substituição de um presidente por outro. | Trata do plano econômico como mecanismo de controle da inflação. | A crise é associada à ineficiência do Plano Econômico no controle da inflação e aos escândalos de corrupção. Apresenta o movimento dos “Caras Pintadas” |

| | | | |
|------------------------------|---|---|--|
| <p>Historiografia</p> | <p>A campanha tem relevância em virtude da redemocratização do país pós-Ditadura Empresarial Militar. Existia uma quantidade significativa de candidatos e a discussão em torno da nacionalização de um novo projeto político capaz de tirar o país da crise política e econômica. Em disputa estavam o projeto Neoliberal representado por Collor e o Social Democrata representado por Lula. Collor vence o pleito, em virtude da construção feita de sua imagem pela equipe de campanha e imprensa que via no Caçador de Marajás os melhores representantes de um projeto político que os favorecia.</p> | <p>O governo Collor insere as medidas neoliberais no contexto político e econômico brasileiro. Um projeto estabelecido a partir da constatação da falência do modelo intervencionista. A concepção da ideologia Neoliberal é marcada no Consenso de Washington e resumidamente apresentam dois aspectos fundamentais que são: a redução da intervenção estatal e a abertura da economia. As medidas neoliberais implementadas por Collor como as privatizações e as reformas administrativas e a abertura do mercado brasileiro reforçam tal perspectiva.</p> | <p>Os primeiros casos de corrupção envolvendo a equipe de governo datam do terceiro mês de governo a partir da publicação de matérias sobre a contratação de empresas de publicidade sem licitação. E depois, vários outros casos são noticiados, a princípio envolvendo a equipe ministerial, a esposa e amigos próximos de Fernando Collor. Em 1992, as denúncias feitas pelo irmão Pedro Collor, juntamente com o fracasso das medidas econômicas e a falta de apoio político fundamentam a abertura da Comissão Parlamentar de inquérito que conclui o envolvimento direto de Collor com Paulo Cesar Farias em um esquema corrupto de tráfico de influência e lavagem de dinheiro. Nesse contexto, as manifestações a favor do impeachment ganham força nas ruas, a princípio exigindo maior ética na política, e posteriormente exigindo a saída do presidente. A imprensa atribui ao movimento estudantil a organização do movimento, tido como popular, entretanto, essa interpretação deixa de lado os embates existentes no presidencialismo e o papel da oposição ao governo que viu no movimento “Caras Pintadas” uma real oportunidade de findar o mandato de Collor. Além disso, essa perspectiva de análise descarta, por exemplo, a pluralidade dentro do próprio movimento estudantil.</p> |
|------------------------------|---|---|--|

Fonte: Elaboração da autora.

O livro da editora FTD, “**História Sociedade e Cidadania**”, de Alfredo Boulos Junior, é o material que melhor aborda o governo Collor, embora apresente descompasso,

principalmente em relação ao movimento a favor do *impeachment*, tido como um movimento organizado e orquestrado por estudantes.

A obra apresenta uma narrativa mais condizente com historiografia, ao contextualizar a campanha e sua importância em virtude de ser o primeiro pleito direto pós-Ditadura Empresarial Militar, além de apresentar a construção dos discursos de Fernando Collor, bem como, a construção feita pela imprensa da imagem do “Caçador de Marajás”, o livro deixa a análise do governo mais abrangente e contextualizada.

Ao tratar da crise do governo Collor, embora não pontue todo o contexto desde o terceiro mês do governo, e entende-se os limites das análises na ferramenta didática, o livro aponta as denúncias de corrupção feitas pelo irmão do presidente, mas não limita o processo a esse fato. Além disso, aponta que as manifestações ocorrem em virtude de exigências da população de ética na política e o crescimento desses movimentos até a Comissão Parlamentar de inquérito, que não é citada nas obras.

A partir da análise dos materiais do governo Dilma Rousseff também foram elaborados quadros com a organização das obras, a proposta pedagógica de cada uma, o número de páginas destinadas a narrativa do governo, além da identificação das referências utilizadas, os conteúdos abordados e a análise da obra apresentada no Guia PNLD 2018 e a partir dessas informações a apresentação de uma análise crítica de cada livro didático.

Quadro 4: Análise dos livros didáticos e o governo Dilma Rousseff

| Aspectos analisados | História Global | História das Cavernas ao Terceiro Milênio | Contato História | História Sociedade & Cidadania | Cenas da História |
|--|---|--|--|--|--|
| Organização | Unidades temáticas | Capítulos temáticos | Cronológica Capítulos e subcapítulos | Cronológica | Cronológica sequencial temática |
| Proposta pedagógica | Interdisciplinar e estímulo ao pensamento crítico | História geral linear | Interdisciplinar | Interdisciplinar | Interdisciplinar |
| Iconografia | Sem imagens | Com imagem/fotografia | Com imagem/fotografia | Com imagem/fotografia | Com imagens/fotografia |
| Número de páginas destinadas ao tema | 2 | 2 | 1 | 3 | 1 |
| Obras especializadas sobre o tema citadas na bibliografia | Sem referências sobre o governo Dilma Rousseff | Sem referências sobre o governo Dilma Rousseff | Sem referências sobre o governo Dilma Rousseff | Sem referências sobre o governo Dilma Rousseff | Sem referências sobre o governo Dilma Rousseff |
| Conceitos | Sem explicações | Sem explicações conceituais | Sem explicações | Sem explicações | Sem explicações conceituais |

| | | | | | |
|--|--|--|--|---|--|
| | conceituais | | conceituais | conceituais | |
| Conteúdos abordados | Primeiro mandato Crise política Jornada de junho 2013 <i>Impeachment</i> | Primeiro mandato Comissão Nacional da Verdade Jornada de junho Movimento Passe Livre Lava jato <i>Impeachment</i> | Primeiro mandato <i>Impeachment/</i> polarização política | Primeiro mandato Discurso de posse Crise econômica Protesto de junho Operação lava Jato <i>Impeachment</i> | Campanha 2014 Crise política no final do primeiro mandato Jornada de junho Operação lava jato |
| Atividades | Sem atividades | Sem atividades | Sem atividades | Sem atividades | Sem atividades |
| Análise da obra de acordo com o PNLD 2018 | Objetiva desenvolver pensamento crítico; preocupação com a cidadania e questão indígena, Interpretação de fontes diversas, exploração iconográfica. As atividades visam explorar o desenvolvimento de habilidades de leituras iconográficas e interpretação de fontes diversas. Apresenta probabilidade de relação entre passado e presente. | Objetiva o estímulo a consciência crítica, diversidade de atividades e contextualização histórica. Diversidade de fontes, indicação de filmes e vídeos que possibilita a interdisciplinaridade e a contextualização do tema. | A organização da obra a partir de corte cronológico possibilita a apresentação dos temas a partir das várias interpretações historiográficas. Entende a produção historiográfica sobre os conteúdos a partir das tensões entre as múltiplas interpretações. Diversidade de atividades, indicação de obras complementares e filmes. Diversidade de fontes | Apresenta textos, <i>boxes</i> e atividades variadas. Apresenta preocupação com a questão indígena, afro e das mulheres. Estimula a consciência crítica e destaca as questões sociais nas análises. Destaque para a figura da mulher enquanto sujeito da história e sua presença em diferentes lugares sociais. | Apresenta contextualização historiográfica, diversidade de fontes e atividades. Estímulo a análise crítica. Interpretações iconográficas. Associação do conteúdo com arte, cinema e música. |
| Análise crítica | Durante a análise da campanha apenas Dilma Rousseff é apresentada enfatizando sua luta contra a Ditadura. A análise do governo é feita de modo muito resumido, com destaque apenas para a crise; não aborda os embates | Apesar de apresentar o governo Dilma como uma continuidade do Governo Lula, apresenta medidas importantes do governo em relação a desigualdade social e a investigação de crimes de corrupção e contra os Direitos humanos, como a Comissão Nacional | Confere maior destaque às realizações do governo durante o primeiro mandato da presidente Dilma, apresentado as medidas como “continuidades” do governo Lula. O segundo mandato é apresentado | A campanha é discutida resumidamente, sem a contextualização dos embates políticos e ideológicos. Todavia, ao tratar sobre o governo, aponta a “ampliação de programas sociais” e rupturas” dissociando a | Com relação à campanha, associa o governo Dilma apenas como uma continuidade das políticas implementadas do Lula. Não apresenta contextualizações políticas, econômicas ou sociais sobre o período; a crise política é |

| | | | | | |
|--|---|---|--|---|---|
| | ideológicos; também não disponibiliza imagens ou atividades sobre o tema. | da Verdade. Não relaciona a crise do governo com a conjuntura mundial; apresenta resumidamente o processo de afastamento. | apenas no tocante à crise política, com destaque para as manifestações de junho de 2013. Trata da polarização política em um <i>box</i> e não contextualiza o <i>impeachment</i> | imagem de Dilma apenas como sucessora de Lula, embora aponte que Dilma Rousseff na posse afirmou dar continuidade as medidas de Lulas. Também apresenta medidas para conter a crise em decorrência da conjuntura mundial em que governa. Atribui a queda do governo a falta de apoio em virtude do “racha e pressão de políticos investigados na operação lava jato”. | apresentada como ineficiência de Dilma em conter a tensão política e a crise econômica, o que explica o <i>impeachment</i> . Sem atividades sobre o tema. |
|--|---|---|--|---|---|

Fonte: Elaboração da autora.

Os livros didáticos analisados sobre o governo Dilma Rousseff são resumidos e dialogam muito pouco com a historiografia sobre o tema. A narrativa melhor construída foi a do livro “**História Sociedade & Cidadania**” de Alfredo Boulos Júnior, que apresenta o governo como uma continuidade do governo Lula, assim como todas as outras obras, mas aponta medidas adotadas por Dilma Rousseff que melhoram e expandem os programas sociais implementados por Lula. Contextualiza a crise econômica do governo a crise econômica internacional, discute os movimentos sociais da jornada de junho em 2013 como um movimento que teve outros motivos além do aumento das tarifas de transportes e destaca o papel da imprensa e da internet em todo o contexto do governo, principalmente relacionado a polaridade política instituída desde a campanha eleitoral.

Além disso, discute o processo de *impeachment* como resultado da conjuntura política, mas também em virtude de rompimento com políticos aliados investigados por corrupção, como aponta a análise historiografia em relação ao Golpe Parlamentar sofrido por Dilma Rousseff.

Os livros didáticos exploram o conteúdo referente ao governo Dilma em duas páginas, com pouca contextualização, poucas imagens, sem apresentação de fontes sobre o

período, sem *boxes* interativos e também sem atividades. Ou seja, o primeiro governo feminino é apresentado superficialmente em comparação a outros temas, embora as resenhas das obras no PNLD 2018 ressalte a importância do papel da mulher enquanto sujeito histórico e a necessidade de que a temática seja explorada nos materiais didáticos.

Quando há a comparação, por exemplo, da quantidade de páginas destinadas ao governo Dilma Rousseff com outros temas, mesmo levando em consideração o limite de páginas de um livro didático, observou-se que as obras didáticas analisadas tratam sobre temas como a Revolução Industrial, com a média de 3 a 5 páginas, sobre a Primeira Guerra Mundial entre 4 a 6 páginas e no que se refere a Primeira República Brasileira, sobre a República da Espada, por exemplo, a análise é feita, em média, em 2 a 3 páginas.

A partir da análise dos livros didáticos e com base da historiografia sobre o governo Dilma Rousseff elaborou-se o quadro com a perspectiva da campanha, governo e crise política adotadas nos livros e a discussão historiográfica.

Quadro 5: Livro didáticos e a Historiografia sobre o Governo Dilma Rousseff

| Livros | Campanha | Governo/ medidas | Crise política |
|--|--|---|---|
| História Global | Dilma é apresentada a partir da trajetória política durante a Ditadura Empresarial Militar, sem explicações aprofundadas sobre o contexto político possibilitando interpretações equivocadas sobre a presidente atualmente. | Apresentado como “continuidades das políticas adotadas por Lula”; | Crise em 2013, a partir dos protestos de junho; o <i>impeachment</i> é apresentado como decorrente de “várias frentes insatisfeitas com o desempenho do governo”. |
| História das Cavernas ao Terceiro Milênio | Trata a campanha a partir da continuidade do governo Lula. | Apresenta medidas adotadas durante o governo; continuidade de políticas assistencialistas; aponta pontos positivos como: saída do Brasil do mapa da fome, Comissão Nacional da Verdade. | Destaque para a operação Lava Jato; manifestações de junho de 2013. |
| Contato História | Apresentação de Dilma Rousseff como sucessora de Lula durante o primeiro mandato; cita brevemente a disputa de 2014 para reeleição e faz a apresentação de Dilma Rousseff a partir da luta contra a ditadura como participante da luta armada. | Destaca as realizações de governo e apresenta algumas medidas relacionadas ao primeiro mandato | Marca a crise política a partir das manifestações de junho de 2013 e aos escândalos de corrupção durante o primeiro mandato |
| História Sociedade & Cidadania | Destaque para a imagem de Dilma em desfile de posse; credita a vitória de Dilma à popularidade de Lula e as promessas de continuidade. | Relaciona a crise econômica do governo Dilma Rousseff com a crise mundial dos Estados Unidos e Europa; apresenta medidas adotadas | Marca a crise a partir da queda da atividade econômica no terceiro ano do governo e a dificuldade de aprovação de projetos. |

| | | | |
|--------------------------|---|---|--|
| | | por Dilma e ampliação de programas sociais. | |
| Cenas da História | Trata da campanha de primeiro e segundo mandato de Dilma a partir da continuidade do governo Lula durante o primeiro mandato; no segundo destaca a polarização política. | O governo é tratado a partir da crise. | Destaque para a crise do primeiro mandato com a “jornada de junho” e a operação “Lava Jato”. |
| Historiografia | <p>A campanha eleitoral de 2014 é marcada na historiografia pela polarização política e pelo ativismo político na internet, que foi apresentado como um novo palco para debate público, além de um canal direto entre os eleitores e os candidatos.</p> <p>Nesse sentido, os autores discutem a polaridade política ideológica dos candidatos Dilma Rousseff e Aécio Neves.</p> | <p>A análise do governo Dilma é contextualizada com o governo Lula em virtude do projeto político social democrata que foi capaz de estabelecer um pacto social entre as classes e garantiu a Lula dois mandatos e visibilidade internacional. Entretanto, Dilma Rousseff elege-se com a responsabilidade de continuidade das políticas de cunho social, como uma herança dada a ela por Lula, a população e, sobretudo, a imprensa nacional.</p> <p>Todavia, em virtude da conjuntura mundial de crise econômica Dilma toma posse com outra perspectiva e estabelece várias medidas de contenção da crise econômica que distanciam seu governo do pacto social do governo Lula. Além disso, a falta de apoio e os escândalos de corrupção deflagrados com a Operação Lava Jato atingem o governo PT e são associados à imagem de Dilma Rousseff.</p> | <p>A crise governamental é marcada já durante o primeiro mandato em virtude da crise econômica mundial, da falta de apoio político, e das medidas econômicas impopulares somadas as investigações da Polícia Federal deflagradas pela Operação Lava Jato junto a construção da imprensa sobre a ineficiência de Dilma Rousseff no cargo insuflam as manifestações populares no final de 2013, a princípio contra o aumento das tarifas de transporte, mas ganha proporção nacional com manifestações contra a corrupção e melhorias na saúde e educação, além da contrariedade da realização da copa das confederações no país em virtude dos gastos públicos que seriam destinados a realização do evento.</p> <p>Nesse contexto, Dilma finda o primeiro mandato e consegue se reeleger em uma disputa apertada contra o PSDB. No segundo mandato as medidas econômicas não são suficientes para conter a crise e sem apoio dos grupos rentistas a presidente é ainda mais criticada pelos grupos de oposição e pelas imprensas. Intensificam-se as repercussões da Operação Lava Jato, e por conta de rompimentos políticos e falta de apoio é aberto o processo de <i>impeachment</i> sob a</p> |

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | | <p>acusação de crime de responsabilidade.</p> <p>Em torno dessa discussão há um debate significativo em torno do processo de afastamento de Dilma que caracteriza o processo como um <i>impeachment</i> travestido de golpe político através de ordenamentos jurídicos e sem provas efetivas de crime praticado por ela. Há ainda perspectiva do <i>impeachment</i> como um processo legal dentro da normalidade constitucional.</p> |
|--|--|--|--|

Fonte: Elaboração da autora.

Nota-se que o governo Dilma Rousseff é apresentado em todas as obras como uma continuidade do governo Lula. Por conta disso, os livros analisados ressaltam a ideia de uma tutela em relação às medidas adotadas durante esse período pelo ex-presidente Lula, embora a historiografia apresente dados de distanciamento entre as medidas adotadas por ele e Dilma.

Além disso, a narrativa construída no livro de Roberto Cotrim, “**Historia Global**”, e do livro “**Contato História**” de Marco Pelegrini, Adriana Machado Dias e Keila Grinberg ao apresentar Dilma Rousseff como “participante da luta armada durante a ditadura” (PELEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2016, p. 225) pode inferir nos alunos a ideia negativa do movimento de combate à Ditadura e a negatização da imagem de Dilma Rousseff, já que não há a apresentação de nenhum dos outros candidatos a partir de suas trajetórias políticas. Situação que exige atenção e contextualização dos professores em sala de aula.

As narrativas construídas nos materiais didáticos analisados diminuem a importância do governo da primeira mulher eleita para o maior cargo político nacional. Apenas o livro de Alfredo Boulos, “**História Sociedade & Cidadania**”, ainda que superficialmente, aponta avanços conquistados durante o governo Dilma Rousseff, como é o caso da saída do Brasil do mapa da fome e os avanços da Comissão Nacional da Verdade.

Há que se citar, também, a falta de imagens sobre o período ou contextualizações sobre todo o processo. A crise é apresentada como consequência ou da incompetência do governo em avançar com as medidas e projetos do governo Lula ou por insatisfação de grupos “indeterminados da sociedade” (BOULOS, 2016, p. 221). Assim, a análise aqui apresentada, de cinco importantes livros didáticos, de grande circulação, sustenta a urgência da elaboração de um material paradidático que possa aproximar os saberes acadêmico e escolar e incorporar

ao cotidiano escolar elementos centrais para o ensino tanto do governo Collor, como dos governos de Dilma Rousseff. É exatamente este desafio que está sendo aqui proposto.

3.2.6 Apresentação do paradidático “DEMOCRACIA BRASILEIRA EM CRISE: os *impeachment* de Fernando Collor e Dilma Rousseff “

A partir da pesquisa realizada nesse estudo, identificou-se que os dois governos de presidentes afastados do cargo durante a Nova República são abordados nos materiais didáticos analisados de modo superficial, sem inclusão de elementos centrais para a análise. Desse modo, a elaboração de um material paradidático que trate sobre a temática de maneira contextualizada, em diálogo com a historiografia e associada ao uso da mídia como documento de investigação, em virtude da variedade de material e de dinamização do ensino com seu uso, pode facilitar o processo de ensino aprendizagem e a formação da consciência crítica nos alunos do ensino médio, público ao qual se destina o material.

Segundo Ana Beatriz Thomson (2016) em análise sobre a utilização de paradidáticos no ensino de História, a escolha de matérias dessa categoria se configura como uma escolha política realizada pelo docente, pois envolve diretamente o comprometimento com a formação dos alunos (THOMSON, 2016). Desse modo, a escolha de um material didático ou paradidático é uma escolha do docente, não isenta de intenção, relacionada à maneira e a versão histórica que necessita ser contada.

A partir da classificação realizada por Bittencourt (2011) de matérias didáticos em suporte informativo, caracterizados como materiais produzidos para “comunicar elementos do saber das disciplinas” e documentos, que são materiais que não fazem parte originalmente dos saberes das disciplinas, mas que são utilizados com finalidade pedagógica (BITTENCOURT, 2011), propõe-se aqui a incorporação do conceito de paradidático como material elaborado com fins pedagógicos que podem ser originalmente destinadas a essa finalidade, como livros e revistas, embora existam materiais não produzidos com essa intenção que, entretanto, são utilizados com propósito de ensino, como, por exemplo, filmes e documentários (THOMSON, 2016).

Na elaboração do paradidático foi levada em consideração a perspectiva de Kazumi Munakata (1997) na qual os paradidáticos são livros que têm características próprias com diferenças singulares em relação aos livros didáticos. A principal delas “não seguir uma

seriação de conteúdos” (MUNAKATA, 1997, p. 145), ou seja, os paradidáticos abordam um determinado assunto específico, como será o nosso caso. Além disso, outra característica é a linguagem acessível e direcionada a uma faixa etária específica, apresentando ou reforçando diferentes versões do assunto abordado (THOMSON, 2016). Assim, o paradidático terá como tema os governos Collor e Dilma (os dois mandatos), incorporando temas ausentes nas obras didáticas analisadas, sempre em diálogo com a produção bibliográfica especializada sobre os temas.

Os paradidáticos surgiram no contexto editorial a partir da necessidade de estímulo à leitura entre o público infanto-juvenil e se expandiu no mercado editorial brasileiro na década de 1980 com a expansão do ensino (THOMSON, 2016), apresentando-se como um novo filamento lucrativo para as editoras nacionais, no que se refere a matérias impressas. Já, os paradidáticos tidos como documentos, surgem a partir do contexto de diversificação das relações de ensino-aprendizagem. Os materiais paradidáticos possuem uma finalidade prática “completar o livro didático, subsidiar o trabalho docente e oferecer ao professor e aos alunos novas abordagens” (ZAMBONI, 1991, *apud* THOMSON, 2016, p. 25).

Nesse sentido, o paradidático **“DEMOCRACIA BRASILEIRA EM CRISE: os impeachment de Fernando Collor e Dilma Rousseff”** busca apresentar novas perspectivas dos governos Collor e Dilma a partir da percepção de que os recursos didáticos são ferramentas de produção de conhecimento e o espaço escolar não pode ser entendido apenas como recepção de saber produzido nas universidades e sim como espaço em que o conhecimento histórico também é construído com a troca de experiências entre os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

A elaboração de um paradidático sobre a temática se justifica pela necessidade de aprofundamento dos dois governos em virtude do contexto político que desencadearam manifestações populares e o afastamento dos dois presidentes. O tema é tratado de forma bastante superficial nos materiais analisados nesse estudo, embora tenham sido períodos tão importantes: durante o processo de transição política democrática pelo qual passou o país após o Regime Empresarial Militar, no que tange o governo Collor; e com respeito ao governo Dilma, as consequências da destituição orquestradas por um Golpe de estado parlamentar e que são responsáveis pela ascensão de um projeto de extrema direita no país.

Nesse sentido o material pretende realizar uma discussão dos dois processos de afastamento presidencial a partir das pesquisas acadêmicas, realizando o método de transposição didática e transformando o conteúdo em uma linguagem dinâmica e atrativa para

os alunos do ensino médio por meio da utilização de reportagens e fotografias, demonstrando as várias possibilidades de inserção da mídia de modo geral em sala de aula ⁵¹como mecanismo de discussão da realidade política nacional.

Como objetivos, o produto pedagógico aqui proposto apresenta:

Objetivo geral:

- Discutir e contextualizar os governos de Fernando Collor (1990-1992) e Dilma Rousseff (2014-2016) a partir da imprensa nacional.

Objetivos específicos:

- Contextualizar a campanha eleitoral de 1989;
- Apresentar os escândalos políticos do governo Fernando Collor;
- Discutir as medidas econômicas adotadas durante o governo Collor e suas consequências para o país;
- Discutir a crise de hegemonia do governo do “caçador de Marajás”
- Contextualizar a campanha eleitoral de 2014;
- Discutir as medidas econômicas do governo Dilma Rousseff;
- Debater a crise política do governo Dilma Rousseff;
- Discutir no papel da imprensa nacional, da ascensão e queda dos dois presidentes com mandatos interrompidos na Nova República;

Na produção do paradidático, também será levado em consideração que o ensino de História não se restringe apenas à assimilação de conteúdo, mas se compromete com a articulação de conhecimento, competência e valores com a finalidade de capacitar os alunos a utilizarem as informações para transformar as suas realidades sociais (BEZERRA, 2003), através da orientação e troca de experiências junto ao professor. Por isso, a análise dos dois governos é tão fundamental, por ter sido um período de grande mobilização social e popular capaz de afastar de suas funções o representante, democraticamente eleito, do cargo mais alto da política nacional. Entender como isso se estabeleceu e quais os envolvidos nesse processo através de imagens e reportagens produzidas durante esse movimento parece ser uma forma clara de se entender e se perceber como se faz história.

⁵¹ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007. FERREIRA, Raquel França dos Santos. Ensino de História com o uso de jornais: construindo olhares investigativos. **Travessias**, v. 5, n. 1, 2011, p. 531-560.

Segundo Jaime Pinsky (2003) existe a necessidade do professor/ historiador utilizar os materiais didáticos, além de buscar novas perspectivas e linguagens ao abordar temas e discussões em sala de aula (PINSKY, 2003). É exatamente o que se pretende com a elaboração do paradidático: buscar através do jornalismo e da mídia de modo geral, a construção de uma análise crítica dos governos de Collor de Mello e Dilma Rousseff para que os estudantes se reconheçam como sujeitos históricos a partir da apresentação do movimento *pró-impeachment*, nos dois casos, como um movimento que teve a participação significativa do Movimento Estudantil organizado, embora tenha sido um movimento plural e heterogêneo com apoio de legendas políticas partidárias.

A principal dificuldade na elaboração do material se configurou na abordagem metodológica. Como transformar a temática em algo atrativo aos estudantes? Como aproximar a linguagem acadêmica do cotidiano dos alunos? A alternativa foi integrar à análise histórica as fontes disponíveis como imagens jornalísticas, indicação de filmes e documentários, e a construção de textos que possibilitem a problematização do tema.

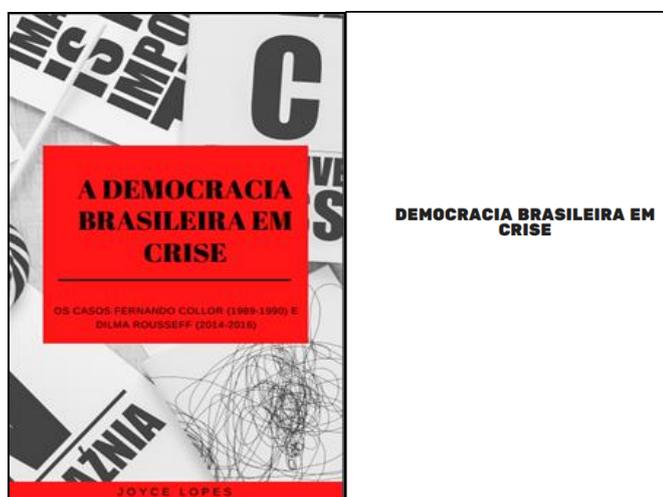
Como parte integrante do paradidático, foi construído um conjunto de sugestões pedagógicas que possam ser incorporadas pelo professor como importantes ferramentas facilitadoras, a seguir sistematizadas:

- Sobre o uso das imagens jornalísticas: é preciso que as imagens sejam problematizadas, com um diálogo sobre o que a imagem retrata, qual a sua finalidade, se condiz com o texto, qual a construção e intenção da nacionalização da imagem ou reportagem e qual o posicionamento da imprensa com relação à temática.
- Sobre a contextualização nos *boxes*: os *boxes* interativos possibilitam uma ampliação da análise, é necessário que o professor estimule as discussões, possibilitando que os alunos pensem e reflitam sobre temas que norteiam o estudo dos dois governos. A apresentação de conceitos importantes como política, cidadania, neoliberalismo, inflação e relações de poder devem ser apresentados aos alunos e discutidos através de diálogo direto e troca de experiências para que sejam capazes de perceber que são sujeitos históricos.
- Sobre as atividades de pesquisas: as atividades são essenciais para a fixação do conteúdo, nesse sentido, estão dispostas por todo o material; o professor poderá incentivar e fazer uso das ferramentas disponibilizadas e que tornam as atividades mais atrativas.

- O uso da internet para pesquisa: serão disponibilizados *links* para acesso direto a reportagens, o que poderá dinamizar o ensino da temática e despertar o interesse dos alunos, além de ampliar as fontes consultadas.

Nesse contexto, o material aborda temas como: crise política, embate de projetos antagônicos, neoliberalismo, movimentos sociais, entre outros. Temas tão presentes no cotidiano que precisam ser explorados de forma plural para que os alunos entendam a construção do conhecimento histórico através da mediação de conceitos e, assim, possam se reconhecer enquanto sujeitos históricos.

Imagem 56: Capa e Contracapa do Produto “Democracia Brasileira em Crise”



Fonte: LOPES, 2020.

O produto tem sua estrutura organizada em dois capítulos, o primeiro “Governo Fernando Collor de Mello (1990-1992)” em que será apresentada a trajetória política do “Fenômeno Collor” durante a campanha de 1989, o seu discurso em torno da moralização política e a “caça aos marajás”. Serão tratadas também as principais medidas neoliberais realizadas por Collor e a discussão sobre o neoliberalismo como agenda de governo. Além do mapeamento da crise política do governo, os escândalos de corrupção e o processo de impeachment e a participação da imprensa e da sociedade nos movimentos a favor do afastamento do presidente em 1992.

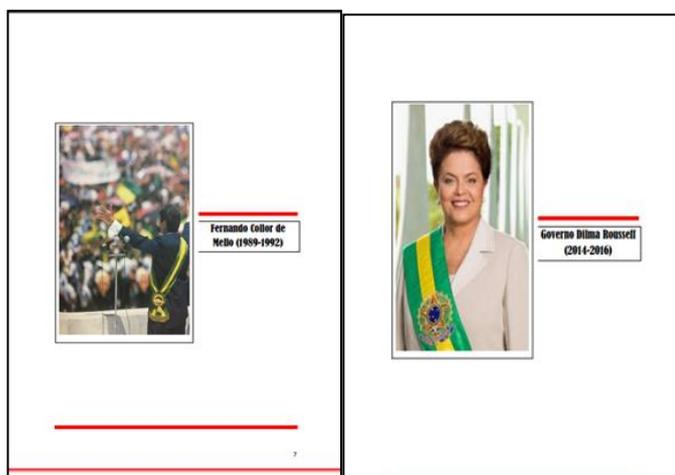
Imagem 57: Apresentação e Introdução do Produto



Fonte: LOPES, 2020

O segundo capítulo, intitulado “Governo Dilma Rousseff (2014-2016)”, versará sobre a herança e a cobrança da imprensa nacional com relação ao governo Dilma e a relação estabelecida com o ex-presidente Lula, o rompimento do pacto social estabelecido durante o governo de Lula e a conjuntura política do primeiro mandato de Dilma Rousseff para a percepção de como a presidente organiza a campanha de reeleição em 2014. Além disso, serão apresentadas as principais medidas durante o segundo mandato e a crise de hegemonia que culminou no golpe parlamentar sofrido por ela em 2016.

Imagem 58: Abertura dos capítulos



Fonte: LOPES, 2020.

O material possui também *boxes* explicativos sobre termos considerados relevantes da pesquisa, explicação de conceitos e indicação de obras que tratam sobre a temática para que a partir da leitura do produto e de sua utilização em sala de aula o aluno possa se aprofundar em outras leituras sobre o tema.

Nos *boxes* “Saiba Mais” são dispostas, a cada capítulo, a apresentação das duas figuras políticas objeto de estudo, Fernando Collor e Dilma Rousseff, destacando suas trajetórias políticas. Essa contextualização é importante para a percepção de como os dois chegam ao cargo de presidente da República Brasileira. Além disso, através dos boxes “Pensando”, o material levanta discussões com temas relacionados e conceitos importantes para o pensamento crítico dos alunos como: política, desigualdade social, ética e cidadania.

Imagem 59: *Boxes* “Saiba Mais” e “Pensando”



Fonte: LOPES, 2020

Nas sessões “**Leia Mais...**” são indicados aos leitores uma série de narrativas que complementam o assunto abordado. Indicações de pesquisas ou contextualizações de conceitos relevantes para o entendimento do processo histórico. Além disso, em “**Hora de Pesquisar**”, são disponibilizadas atividades de pesquisa ou links de vídeos relevantes como os discursos e programas eleitorais de Fernando Collor e Dilma Rousseff.

Imagem 60: Box “Leia mais...”

Dilma Viza Rousseff

Dilma nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, sendo casada e mãe de três filhos e administradora. Filha de Frei Augusto Paulo Rousseff e Dilma Juarez Lima Rousseff, professora. Durante a adolescência viveu interesses sobre teatro e cinema, incluindo que influenciaram a sua luta contra a Ditadura Militar em Brasília, além de ter estado em movimentos revolucionários como o COLINA, Comando da Libertação Nacional, o UABR, Patrulha Vanguarda Armada Revolucionária. Foi presa e torturada pelo regime. Em 1977 graduou-se em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Filada ao PCF, foi secretária de Fazenda do governo Vargas, secretária de recursos e energia do ex-governador do Rio Grande do Sul e depois como ministra do plano do governo de Luis. Foi ministra de Minas e Energia do primeiro mandato de Lula, embora sempre à margem do governo, na época em que a eleita precisava lidar presidente do país em 2010 com corrupção em 2014.

A capa da revista veja sobre o depoimento do senador Alberto Fraga e a prisão de Dilma Rousseff em Curitiba, em meio às investigações de corrupção no Petrolão. A revista foi publicada em 24 de janeiro de 2014 em Quid e internet de veja?

- Análise e construção da capa da revista veja?
- Qual o impacto da publicação?

Leia mais: “Dilma Rousseff no impeachment”, texto de Eurico Medeiros, ministro entre o atual governo Dilma de campanha de renovação do impeachment discutindo a crise e parte das investigações políticas nos veículos sociais.

Fonte: LOPES, 2020

As atividades de fixação estão distribuídas ao longo de cada capítulo, a partir da observação das fotografias e reportagens em que são dispostas e associadas questões que estimulam as análises críticas para que o aluno seja capaz de identificar a intenção da fotografia e/ou reportagens publicadas durante os governos Fernando Collor e Dilma Rousseff. No tópico intitulado “Agora é sua vez”, também são apresentadas atividades de interpretação das reportagens veiculadas pela imprensa nacional na intenção de estímulo da fixação do conteúdo e da própria interpretação textual.

Imagem 61: Box “Agora é sua vez”

favorecimento da economia nacional, com o chamado Pacto Social.

Durante o segundo mandato, Dilma Rousseff precisava lidar com a crise política e apontar índices econômicos mais eficientes. Entretanto, a adoção de medidas impopulares como o aumento de impostos de fomento da energia elétrica, mudanças na aposentadoria e a complicação no cenário de crise institucional motivaram, parte aos desdobramentos da Operação Lava Jato, para as primeiras manifestações em março de 2015, organizadas pelos movimentos Brasil Luta, Revoltas Cívicas e Movimento Contraos Escândalos.

Operação Lava Jato

Operação iniciada em 17 de março de 2014 pelo juiz Sérgio Moro para a investigação de crimes de corrupção, gestão fraudulenta, lavagem de dinheiro e organização criminosa na Petrobras. Apesar das investigações, o processo é considerado um dos maiores e mais complexos e a investigação continua com repercussões na política nacional.

Agora é sua vez...

- Qual o impacto da internet nos processos políticos democráticos do país?
- Você participou ou teve acesso a alguma publicação dos movimentos citados?
- Qual a sua perspectiva sobre o processo de impeachment de Dilma Rousseff?

Fonte: LOPES, 2020

Desse modo, o produto trata da temática de modo mais específico, configurando-se como uma ferramenta eficaz para o entendimento dos processos políticos democráticos do Brasil pós-Ditadura Empresarial Militar, a partir dos embates de classes existentes e na identificação da importância dos movimentos sociais nesses processos.

CONCLUSÃO

O presente estudo realizou a análise sobre os dois processos de *impeachment* que ocorreram no Brasil em 1992, Fernando Collor, e em 2016, Dilma Rousseff. Para tanto, foram mapeadas as reportagens e fotografias publicadas sobre os dois presidentes desde a campanha até o processo de destituição, a fim de apontar a construção realizada pela imprensa dos dois atos e em seguida analisar como os dois períodos estão descritos nos livros didáticos utilizados em algumas escolas públicas estaduais do Maranhão pré selecionadas por mim.

Durante os anos de 1990 a 1992, o país passa por um processo de crise política e de mobilização social que teve peso significativo nos processos políticos democráticos do país. O governo de Fernando Collor de Mello teve sua ascensão através da relação da troca estabelecida entre o “Caçador de Marajás” e a imprensa nacional. O candidato conseguiu, através da mídia, ocupar o vazio político existente após o Regime Ditatorial, colando sua imagem de modernidade e defesa da moralidade como estandarte de um governo que seria responsável pela modernidade do país através do projeto neoliberal.

Entretanto, Fernando Collor falha na implementação do projeto neoliberal e os recorrentes escândalos de corrupção, primeiramente relacionados a sua equipe, e posteriormente relacionados diretamente ao presidente, acabam transformando a política nacional em virtude do processo de *impeachment* legalmente instituído a partir da comprovação dos crimes de corrupção praticados durante o mandato.

Através das análises das matérias publicadas pelo jornal *Folha de São Paulo* e *O Globo* durante a campanha e governo, se observou a defesa do projeto representado por Fernando Collor, o neoliberalismo. O Jornal *Folha de São Paulo*, no entanto, apresentou críticas a imagem do presidente, enquanto que o jornal *O Globo* declara apoio ao “Caçador de Marajás” e é grande responsável, junto a revista *Veja*, pela nacionalização da imagem de Fernando Collor durante a campanha e período da crise. É um dos últimos jornais a publicar matérias sobre os casos de corrupção do governo.

Com relação aos jornais maranhenses *O Imparcial* e *O Estado do Maranhão*, as reportagens sobre os dois governos reproduziam as publicações nos impressos nacionais, apresentavam críticas ao governo Collor durante a crise e retratavam as consequências da crise governamental para o Estado.

O destaque para as manifestações populares pró *impeachment*, que ganha as ruas das principais cidades brasileiras até o julgamento do processo de destituição de Fernando Collor, é visível em todos os impressos. Observou-se também o silenciamento de movimentos contrários ao processo de *impeachment* de Fernando Collor, existia unanimidade no desejo de retirá-lo do cargo de presidente? Provavelmente não, entretanto a imprensa nacional silencia esse movimento e destaca apenas a mobilização dos protestos favoráveis ao *impeachment* atrelando a um desejo popular, descartando os embates da disputa de poder no presidencialismo e o papel da oposição frente às manifestações.

Nos livros didáticos analisados, o governo Fernando Collor é apresentado de forma resumida, e, apesar da resenha presente no Guia PNLD 2018 apontar que todas as obras possuem diversidades de fontes e atividades diversas, possibilitar a leitura, e análise crítica dos temas abordados, no que se refere a este período há pouca diversidade de atividades e, ainda que a imprensa represente um papel fundamental nesta causa, as atividades ou análises pouco fazem relação do processo com os meios de comunicação.

Além disso, os livros tem pouca ou nenhuma discussão de conceitos, os planos econômico implementados no governo de Fernando Collor são apresentados de modo resumido associando apenas as medidas de confisco, e quando citam as outras medidas do plano são de modo superficial.

Com relação à crise política do governo Collor, as análises dos livros didáticos reforçam as narrativas construída pela imprensa em 1992, associando as manifestações apenas aos estudantes através do movimento dos “Caras Pintadas”.

Com relação ao governo Dilma Rousseff, o estudo constatou a construção da imprensa em relação ao governo, sempre a associando a herança e tutela do governo Lula, atrelando suas medidas tomadas como uma continuidade do projeto de seu antecessor.

Além disso, o jornal *O Globo* atribui a Dilma Rousseff a ineficiência no comando do país, e por conta disso a falta de apoio político, e a associa aos escândalos de corrupção envolvendo o Partido dos Trabalhadores. Da, também, destaque às manifestações em junho, com um caráter de romanização do movimento, assim como em 1992, atribuindo as manifestações apenas um caráter popular.

A cobertura da campanha pelos jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo*, demonstram a polaridade política e ideológica que marca o pleito de 2014. E também apontam essas oposições na internet através dos seus sítios online.

Com relação à crise política do governo, os jornais de circulação nacional (pesquisados neste trabalho) e a revista *Veja*, posicionam-se através de críticas ferrenhas a presidente, nacionalizando os escândalos de corrupção e associando os esquemas a imagem de Dilma Rousseff. Com exceção do jornal *Folha de São Paulo* que, apesar de apontar as críticas à política econômica, não defende um processo de *impeachment*.

Por conta da crise econômica, e de escândalos políticos relacionados ao seu partido, não necessariamente, a própria presidente, embora a imprensa através de reportagens sensacionalistas insistisse em fazer a associação dos escândalos a ela, e do embate direto com a fração de classe dominante representante do capital, Dilma Rousseff sofre o Golpe Parlamentar em 2016 em contexto político completamente contrário ao qual o país enfrentou em 1992 com Fernando Collor. Esta diferença se deve ao fato de não ter sido comprovado que Dilma Rousseff tenha cometido qualquer crime de Responsabilidade do qual foi acusada.

A narrativa sobre todo o processo nos livros didáticos analisados é descrito de modo resumido e superficial. As obras reforçam as narrativas da imprensa, atribuindo a Dilma a continuidade dos projetos de Lula, perspectiva que não aponta as ampliações dos projetos sociais, bem como, as tentativas de conter a crise política e econômica do governo.

O processo de *impeachment* não é discutido e explicado de modo claro, apresentando as perspectivas historiográficas sobre o processo, sobretudo, a que atribui ao *impeachment* o caráter de golpe parlamentar defendida nessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

Fontes Documentais

- BRASIL. Presidente, 1990-1995 (F. Collor). **Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional**. Brasília, 1991.
- BRASIL, Ministério da educação. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasil, MEC, 1996.
- BRASIL, Ministério da Educação, **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Brasília: Ministério da Educação, 2010.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular- Ensino Fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, 2017.
- BRASIL, Ministério da Educação. Instituto **Nacional de Estudos Pesquisas Educacional Anísio Teixeira (INEP)**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.
- BRASIL, Ministério da educação. **PNLD 2018: história-guia dos livros didáticos- ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2017.
- COLLOR, Fernando. **Discurso de posse no Congresso Nacional**, 15 de março de 1990. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/08/29/veja-a-integra-dodiscurso>. Acesso 18 de maio de 2018.
- ROUSSEFF, Dilma. **Discurso de posse no Congresso Nacional**, 1 de janeiro de 2011. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/08/29/veja-a-integra-dodiscurso>. Acesso 18 de maio de 2018.
- _____. **Discurso de posse no Congresso Nacional**, 1 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/08/29/veja-a-integra-do-discurso>. Acesso 20 de maio de 2018.

Jornais

- FOLHA DE SÃO PAULO**, 16/03/1990.
- FOLHA DE SÃO PAULO**, 05/09/1990.
- FOLHA DE SÃO PAULO**, 15/09/1991.
- FOLHA DE SÃO PAULO**, 11/05/1992.
- FOLHA DE SÃO PAULO**, 12/08/1992.
- FOLHA DE SÃO PAULO**, 15/08/1992.
- Disponível em: www.acervofolhadesaopaulo.com
- O GLOBO**, 16/12/1989.
- O GLOBO**, 26/12/1989.
- O GLOBO**, 16/03/1990.
- O GLOBO**, 04/09/1991
- O GLOBO**, 17/08/1992.
- O GLOBO**, 19/02/2010.
- Disponível em: oglobo.globo.com/busca/acervo
- O IMPARCIAL**, 10/04/1992.
- O IMPARCIAL**, 29/08/1992.
- Disponível em: acervo de periódicos da Biblioteca Pública Benedito Leite

O ESTADO DO MARANHÃO, 23/04/1991.

O ESTADO DO MARANHÃO, 02/04/1992.

O ESTADO DO MARANHÃO, 17/08/1992.

O ESTADO DO MARANHÃO, 17/04/2016.

Disponível em: acervo de periódicos da Biblioteca Pública Benedito Leite

PORTAL DE NOCTICIAS G1, 18/06/2013.

PORTAL DE NOTICIAS G1, 24/10/2014.

Disponível em: g1.globo.com

ACERVO SENADO, 12/04/2015.

ACERVO SENADO, 15/03/2015.

Disponível em: www.acervisenado/imagensmanifestacao/impeachment.com.br

ACERVO MEMORIA GLOBO, 16/03/1990.

Disponível em: www.memoriaglobo.com

Revistas

VEJA, 22/04/1988.

VEJA, 9/05/1992.

VEJA, 29/10/2014.

Disponível em: veja.abril.com.br

Programas Eleitorais

FRENANDO COLLOR, 30/03/1989, 4/11/1980, 10/11/1989, 11/11/1989, 22/11/1989.

Disponível em: www.memoriaglobo.com

DILMA ROUSSEFF, 19/04/2014, 20/04/2014, 19/08/2014, 30/07/2014.

Disponível em: www.youtube.com/user/dilmamudamais

Referências Bibliográficas

ABUD, Katia Maria. Ensino de História e Base Nacional Comum Curricular: Desafios, incertezas e possibilidades. In: RIBEIRO JÚNIOR, Halferd Carlos; VELÈRIO, Mairon Escorsi. **Ensino de História e Currículo. Reflexões sobre a Base Nacional Curricular, formação de professores e prática de ensino**. Jundiaí: Paco Editoria, 2017, p. 13-26.

ALLI, Lira. É golpe e estamos em luta!. In. In. JINKINGS, Kim Doria; CLETO, Murilo (orgs). **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise**. São Paulo: Boitempo, 2016, pp. 165-169.

ALQUÉRES, Hubert. Para que Lado penderão os brasileiros. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 de jan. de 2014, p.2.

AGUIAR, Gomes; DOURADO, João. Gestão Participativa: concepção e percepção de participação na visão dos que atuam na escola pública da rede municipal de Maceió. In: **Avaliação de Políticas Públicas: Interfaces entre educação e gestão escolar**. Maceió: EDUFAL, 2018.

AZEVEDO, João Martins Lima; LIMA, Moises Nobre. Notas sobre a análise da gestão da educação e da qualidade do ensino no contexto das políticas educativas. **Revista Brasileira**

de Políticas e Administração da Educação (RBP AE), Recife: ANPAE, 2011, V. 27, n. 3, set./dez. 2011.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In.: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Violar Memórias e gerar a História: abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um parto difícil. In. _____. **História: a arte de inventar o passado**. São Paulo: EDUSC, 2000.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. História, sociedade e cidadania. 3º ed. São Paulo: FTB, 2016.

BALLMANN, Maria da Graça; AGUIAR, Leticia Carneiro. LBD, Projetos em disputa: da tramitação a aprovação em 1996. **Revista Retrato da Escola, Brasília**, v. 10, nº9, p. 407-428. 2016.

BAPTISTA, Geisa Costa Santos. A importância da demarcação de saberes no ensino de ciências para a sociedade tradicionais. **Revista Ciência e Educação**, Rio de Janeiro, V. 16, nº 3, P.679-694, 2010.

BARROS, José D'Assunção. Memória e História: uma discussão conceitual. **Tempos Históricos**, Marechal Candido Rondon, v. 15, p. 317-343, 2011.

BREZEZINSKI, Iria. Transição e desdobramento da LDB/1996: embate entre projetos antagônicos de sociedade e de educação. **Trabalhos, educação, saúde**, Rio de Janeiro, vol.8, nº2, p. 185-206, jul/out 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/07.pdf>

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o Golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, número especial, pp. 1-63, 2017.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington – a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. **Caderno Dívida Externa**, São Paulo, vol. 6, 1995.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.

BITTENCOURT, Jane. **A base Nacional Comum Curricular: uma análise a partir do ciclo de políticas públicas**. São Paulo: EDUSC, 2018.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política**. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOITO JR. Armando. Os autores e o enredo da crise política. In. JINKINGS, Kim Doria; BEZERRA, Holien Gonçalves. Conceitos básicos. Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos. IN: KARNAL, Leandro (org.) **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: contexto, p.37-48, 2003.

CLETO, Murilo (orgs). **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise**. São Paulo: Boitempo, 2016.

CAMPAGNOLI, Karina Regalio. Reflexos sobre as contribuições de um projeto de extensão para a formação inicial no curso de licenciatura em pedagogia. **Revista Conexão**, Rio de Janeiro, v. 15 n. 2, Maio-Agosto de 2014. Pp. 185-228.

BORGES, Lucymara Valentin; FUCHTER, Marcia; KOHLS, Vanessa. Estado e democracia: uma abordagem conceitual e o modelo brasileiro. **Anais do VI seminário de desenvolvimento regional Rio Grande do Sul**, 2013. Disponível em: www.unisc.br/site/sidr/2013/Textos/224.pdf. Acesso em: 15 de mai.2018.

BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. 4ed. São Paulo: Moderna, 2016.

- COTRIM, GILBERTO. **História Global**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- CASSIN, Marcia Pereira da Silva. As políticas sociais nos governos do PT e as consolidações da hegemonia burguesa no Brasil. **Anais do IV simpósio mineiro de Assistentes sociais**. Minas Gerais: UFMG, 2017.
- CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. 2ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CONTI, Mario Sergio. **Notícias do planalto: a imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- CANDIDO, Grangueiro. **Cenas da História**. Rio de Janeiro: Palavras Projetos Gráficos, 2016.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- CHAUÍ, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In: JINKINGS, Kim Doria; CLETO, Murilo (orgs). **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.
- CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. **A Revolução Impressa. A imprensa na França (1775-1800)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- DOSSE, François. História do Tempo Presente e historiografia. IN: Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v.4, n°1, p.5-22, jan/jun., 2012.
- DIAS, Luís Antônio. Política e participação juvenil: Os Caras Pintadas e o movimento político do impeachment. **Revista História Agora**, Rio de Janeiro, v3, n° 2, p. 103-129. Jun. 1990.
- DREIFFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. **A Internacional Capitalista. Estratégias e táticas do empresariado transnacional. 1918-1986**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- FERREIRA, Juca. Cultura e Resistência. In: JINKINGS, Kim Doria; CLETO, Murilo (orgs.) **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FIGUEIRAS, Luiz. **O neoliberalismo no Brasil: estruturas, dinâmica e ajustes do modelo econômico**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- FURLITTI, V. B. A Gestão **Democrática sob a égide da legislação**: um olhar sobre a realidade do estado do Ceará. Avaliação de políticas públicas: interfaces entre educação e gestão escolar. Maceió: EDUFAL, 2017.
- FRANCESCHINI, L. Marajás e Caras pintadas: a memória do governo Collor nas páginas de o Globo. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, v. 2, n° 2, p. 23-45, nov. de 1992.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Os caminhos da História ensinada**. Campinas - São Paulo. Papirus, 2011.
- GEDDRS, Barbara. Fontes institucionais da corrupção no Brasil. In: ROSENN, KS.; DOWNES, R. (orgs.) **Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- GENNARI, Adelson Marques. **Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- _____. **Cadernos do Cárcere**, vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JULLIARD, Jacques. A Política. In: GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (orgs.) **História: Novos Problemas, Novos Objetos e Novas Abordagens**. São Paulo: Francisco Alves, 1988.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KRENISKI, Gislania Carla P. O jornal como fonte histórica: a representação e o imaginário sobre o “vagabundo” na imprensa brasileira (1989-1991). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH**, São PAULO, Junho de 2011.

LATTMAN- WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio de Abreu; CARNEIRO, José Alan Dias. **A imprensa faz e desfaz um presidente: o papel da imprensa na ascensão e queda do fenômeno Collor**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LOWY, Michael. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: JINKINGS, Kim Doria; CLETO, Murilo (Org.) **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise..** São Paulo: Boitempo, 2016.

LUCCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. São Paulo: Editora contexto, 2008.

LOPES, Casimiro; ALBUQUERQUE, Alice Ribeiro. "Conhecimento escolar: processos de seleção cultural e mediação didática." *Educação & Realidade*. 22(1): 95 -112. jan-jun.1997.

MACIEL, David. O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992). **Revista VIG**, Rio de Janeiro, v. 34, p. 34-49, dez. de 2011.

LOPES, Antônia Regina. Conhecimento escolar em química: processo de mediação didática da ciência. *Química Nova*, v. 20, nº 5, p. 563-568.

MENDONÇA, Erasto. **Crítica da Estrutura da Escola**. São Paulo: Cortez, 2018.

MARTINS, Luciano. A Autonomia Política do Governo Collor. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 45, p. 27-33, jan. 1991.

MASSUCHIN, Talhes Vieira. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. 9 ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2011

MATOS, Eurico. Dilma Rousseff no impeachment: uma análise das estratégias de comemoração política nas redes sociais digitais. **Associação Brasileira de pesquisadores em Comunicação e Política**, Com política: Porto alegre, 2017. Disponível em: www.compolitica.org. Acessado em 19 de julho de 2018.

MELO, Carlos. **Collor: o ator e suas circunstâncias**. São Paulo: Ed. Novo conceito, 2007.

MENDONÇA, Sonia & FONTES, Virgínia. **História do Brasil Recente 1964-1992**. São Paulo: Ática, 2002.

MISCHE, Ann. **De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política**. Tese de Doutorado defendida na New School for Social Research, Universidade de Columbia, 1997.

MONDAINI, Marco. A síntese da democracia progressista: liberalismo, democracia e socialismo no pensamento político de Norberto Bobbio. In: TOSI, Giuseppe (org.). **Norberto Bobbio: democracia, direitos humanos, guerra e paz**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

MONTEIRO, Ana Maria. **Professores de História: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

MOTA, Ana Elisabete. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico político ao Serviço Social brasileiro. In: MOTA, Ana Elisabete (org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e redução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. Tese (doutorado em história e filosofia da educação). São Paulo: PUC, 1997.

NOBRE, Marcos. Pensando o impeachment. **Revista Novos Estudos**, Rio de Janeiro, v. 3.nº 34, nov. de 1992.

OLIVEIRA, Luís Ademir. Et al. Disputa eleitoral de 2014: da tela da televisão para as redes sociais. **Comunicação e Mercado/ UNIGRAN**. 2016. Vol. 04, n. 11, p. 29-42.

PAIVA, Paulo. Collor economics. In: FARO, Clovis de (org.) **Plano Collor: avaliações e perspectiva**. Rio de Janeiro: livros técnicos, 1990.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. As incertezas do Plano Collor. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 45, p. 83-96, jan. 1991. ISSN 0034-7140.

PICCOLO, Monica. **Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2010.

_____. A trajetória de Fernando Collor rumo a presidência: estratégias eleitorais televisivas. **Revista Litteris**, nº 10, 2013.

PELEGRINI, Marco; DIAS, Adriana Machado; GRIMBERG, Keila. **Contato História**. São Paulo: Quinteto Editora, 2016.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **O que e como ensinar: por uma história prazerosa e consequente**. In: KARNAL, LEANDRO (Orgs.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: contexto, 2003.

PINTO, Jessé. **A análise do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

PIOLLI, Evaldo; SILVA, Eduardo Pinto; HELEOANI, José Roberto M. Plano Nacional de Educação, autonomia controlada e adoecimento do professor. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 35, n. 97, p. 589-607, set-dez, 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v35n97/1678-7110-ccedes-35-97-00589.pdf>

PLINIO, Carlos Eduardo Santos. Emergência e declínio do governo Dilma Rousseff á luz das capacidades do Estado Brasileiro (2011-2016). **Revista Brasileira de Planejamento Orçamento**, Brasília, Vol 6, nº 1, p. 94-121, 2016.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUINTÃO, Thales Torres. Os medias e a construção dos caras pintadas. **Revista Todavia**, Porto Alegre, ano 1, nº 1, p. 103-117, jul 2010.

_____. **A relação entre o (neo)patrimonialismo e a sociedade civil no caso Collor**. Revista Todavia, Porto Alegre, ano 1, nº 2 , p. 100-120, agos. 2010.

RAMOS, Ary. **Neoliberalismo e Corrupção: análise comparativa dos ajustes neoliberais no Brasil de Fernando Collor (1990-1992) e no México de Carlos Salinas (1988-1992)**. São Paulo: UNESP, 2006.

ROCHA, Helenice. **A presença do passado na aula de história**. In: MAGALHÃES, Marcelo et. al (orgs.). **Ensino de História. Usos do passado, memória e mídia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017, p. 37-62.

SALLUM JÚNIOR, Brasília João; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixao e. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 82, p. 163-200, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n82/a08n82.pdf> .

SAVIANI, Dermeval. Organização da Educação Nacional: sistema e Conselho Nacional de Educação, plano e fórum nacional de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 769-787, jul.-set. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/07.pdf>

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; GARCIA, Tânia Maria F. Braga. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história. **Caderno cede**, Capinas, vol. 25, nº 67. 2005.

SEGNINE, Liliana Rolfsen Petrilli. Educação e Trabalho: uma relação necessária quanto insuficiente. São Paulo: Perspectiva, 2000.

- SILVA, Marco Antônio. A fetichização do livro didático no Brasil. **EDUC. REAL**, Porto Alegre, vol. 37, n.3, p. 803-821, set-dez, 2012.
- SILVA, Jeferson Rodrigo da. Livro Didático Como Documento Histórico: Possibilidades, Questões e Limites de Abordagem. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, ano 2, n.5, p.177-197, jun/2009.
- SILVA, Maurício Ferreira; BENEVIDES, Silvio César. Impeachment ou golpe? Análise do processo de destituição de Dilma Rousseff. **Trabalho preparado para apresentação no 9º Congresso Latino americano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino americana de Ciência Política (ALACIP)**. Montevideu, 26 ao 28 de julho de 2017.
- SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: companhia das letras, 2012.
- _____. A. Cutucando onças com Vara curta: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n.102. p. 23-45, jul. 2016.
- SKIDMORE, A queda de Collor: uma perspectiva histórica. In.: ROSENN, KS.; DOWNES, R. (orgs.) **Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- SÔNAGO, Márcio Jesus Ferreira. A fotografia como fonte histórica. **Revista historie**, Rio Grande, 2010.
- SOUZA. A. O impeachment de Collor e a reforma institucional no Brasil. In.: ROSENN, KS.; DOWNES, R. (orgs.) **Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- SOUZA, Diego Lima. **A era Collor e a Mídia: as (in)coerências da memória Guanabara-PB**, São Paulo: Cortez, 2014.
- TEIXEIRA, F. José. O neoliberalismo em debate. In: TEIXEIRA, F. Jose (Org.) **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- THOMSON, Ana Beatriz Accorsi. Os paradidáticos no ensino de História: uma reflexão sobre a literatura infantil/juvenil na atualidade. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, n. 4, vol. 3, jan/jun. 2016, p. 27-49.
- VIEIRA, Maria Aparecida. Os autores e o enredo da crise política de 2018. São Paulo: Boitempo, 2017.
- VILLA, Sandra Kassia. Para entender a crise. São Paulo: Boitempo, 2016.
- WELTMAN, Fernando. **A Imprensa faz e desfaz um presidente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- ZAMBONI, Enesto. **Que História é essa? Uma proposta analítica dos livros paradidáticos de história**. Tese de doutorado em educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 1991.

